

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO**  
**LINGUAGEM E TECNOLOGIA**

**TRANSGENERIDADE, UNIVERSIDADE E VIDA: HISTÓRIAS E CONSTRUÇÕES**  
**IDENTITÁRIAS DE MULHERES TRANS**

**RAILSON SOARES CARDOSO**

**ANÁPOLIS/GO**  
**2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO**  
**LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

**TRANSGENERIDADE, UNIVERSIDADE E VIDA: HISTÓRIAS E CONSTRUÇÕES**  
**IDENTITÁRIAS DE MULHERES TRANS**

**RAILSON SOARES CARDOSO**

Dissertação de Mestrado apresentada para Banca de Defesa do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPGIELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

**Linha de Pesquisa:** Educação, escola e tecnologias.

**Eixo temático:** Processos Educativos e Diversidade.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Márcio de Mota Castro.

**ANÁPOLIS/GO**  
**2021**

**RAILSON SOARES CARDOSO**

**TRANSGENERIDADE, UNIVERSIDADE E VIDA: HISTÓRIAS E CONSTRUÇÕES  
IDENTITÁRIAS DE MULHERES TRANS**

Dissertação de Mestrado apresentada para Banca de Defesa do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPGIELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Raimundo Marcio Mota de Castro  
Universidade Estadual de Goiás -PPG-IELT  
Orientador / Presidente

Prof. Dr. Paulo Antônio Vieira Junior  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
MELT - PUC GO /UFG  
Membro Externo

Prof. Dr. Hélio Frank de Oliveira  
Universidade Estadual de Goiás – PPG-IELT  
Membro Interno

Anápolis-GO, 30 de Setembro de 2021.

Dedico este trabalho às pessoas que vivem suas sexualidades e suas identidades de gênero fora do padrão heterocisnormativo, estabelecido, estigmatizadas e consideradas “anormais”, desviantes e imorais, tendo seus direitos negados diante da sociedade.

Dedico a todas as Travestis, Transexuais e Transgêneros brasileiras que lutam pelo direito de existir, para que não tenhamos mais casos como da adolescente de 13 anos, Keron Ravach, morta a pauladas no Ceará, em janeiro de 2021, se tornando a vítima mais jovem no levantamento feito desde 2018 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA).

Dedico, ainda, a Roberta da Silva, de 33 anos, que sofreu uma tentativa de homicídio por transfobia, no dia 24 de julho de 2021, crime cometido por um menor de idade, acusado de atear fogo no corpo de Roberta que até o fechamento deste texto luta pela vida, apesar de ter tido um braço e parte de outro membros amputados, e permanece internada em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), na cidade de Recife/PE.

Dedico a todas e todos que sentem na pele o medo de morrer ao ir ao mercado, por conta do padrão binário cisgênero e pelo terrorismo heterossexual, aplicado dia a dia pelos tantos dispositivos sociais-culturais-religiosos de controle dos corpos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos deuses e orixás, pela força para enfrentar as adversidades que encontrei em meu percurso.

À minha mãe que sempre me inspirou a ser uma pessoa melhor em todas as áreas da vida; ao meu pai, por me ensinar a lutar pelo alcance dos objetivos; as minhas irmãs e irmãos, Mateus, Micael, Alessandra, Bruno, Yago e em especial Raisia Soares e Railene Soares, que sempre me apoiaram em todas as escolhas que fiz.

Aos meus amigos e amigas, em especial Thaisa Ruskaia que me apoiou a mudar-me para outra cidade, cedendo sua casa para que eu pudesse ter um pouco mais de conforto durante as aulas, na cidade de Anápolis-GO.

Agradeço ao professor Dr Jorge Adão que me instruiu a fazer este trabalho com qualidade e dedicação e ao professor Dr. Tiago Araújo que contribuiu para minha formação e construção do pré-projeto para entrada nesse Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Aos companheiros de todos os dias no PPG-IELT, aos queridos amigos Dione Uester, Camila Lobo, Adriane Pires, Rodrigo Rocha, Simei, Eliene, Walesca, Edergênio e Renan Nogueira, mesmo com as intrigas e estresses (risos), à minha amiga e pedagoga Luciana Ribeiro Vieira (quem me ouviu por tantas vezes e com sua simpatia e jeito psicóloga de ser, amiga, “irmãzona”, com seu café perfeito nos mantendo acordados durante os dias inteiros de aulas, sempre nos incentivando, no intuito de não deixarmos levar pelas angústias da vida e dificuldades acadêmicas, para continuarmos esse trabalho) e às tias da cantina Ivania e Jane (que sempre nos recepcionaram com um sorriso no rosto, e nos serviam com muito carinho, além de ótimas prosas e resenhas que nos distraiam da seriedade acadêmica), e por fim, agradeço também a secretária Aurilene, que sempre auxiliou a mim e todos os estudantes do IELT-UEG, com informações e disponibilidade. À vocês, minha admiração, respeito e consideração.

Aos docentes do PPG-IELT que com conhecimento, carisma e respeito por todos nós, nos conduziram a várias problematizações, com diálogos e discussões enriquecedoras.

Ao meu amigo e orientador, prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro, que no decorrer dessa trajetória se mostrou acolhedor, humilde e atencioso, para conduzir-me por um melhor caminho. Agradeço-te, pois, em nossas reuniões sempre se mostrou respeitoso, atencioso e possibilitou outro olhar para os problemas surgidos no percurso da pesquisa. Agradeço pelas orientações com paciência no direcionamento do caminho do conhecimento científico, e a

confiança em acreditar em meu potencial. Assim, compreendo seu árduo trabalho e entendo sua constante preocupação com minhas produções e leituras.

À Universidade Estadual de Goiás (UEG), por me proporcionar três alegrias: o Curso de Graduação em Pedagogia, a Pós-graduação Lato Sensu em Gestão e Docência do Ensino Superior, e por fim, a oportunidade de me aperfeiçoar, crescer e me desenvolver academicamente e intelectualmente em uma Universidade Pública, participando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – PPG-IELT.

Àqueles que participaram dessa pesquisa nos seminários, publicações, conversas, e-mails, livros, em tudo que trouxe luz ao desenvolvimento desses saberes.

E por fim, agradeço aos Professores Doutores Paulo Antônio Vieira Júnior e Hέλvio Frank de Oliveira, que se propuseram a ler e analisar o presente trabalho, contribuindo com seus saberes, primeiro no meu processo de qualificação e posteriormente na defesa final. Seus olhares atentos, respeitosos e rigorosos contribuíram para o melhor entendimento na produção textual, a fim de possibilitar um maior alcance da temática na sociedade, além de abrir a possibilidade de transformar o meio ao qual estamos inseridos, desconstruindo saberes instituídos e forjados histórico-socialmente.

*“Não sou nova aqui, Não te peço licença, Sua permissão, nunca fez diferença, Como toda educação, Foda-se sua crença, Foda-se sua crença, ah.”*

*Urias (2019).*



CARDOSO, Railson Soares. **TRANSGENERIDADE, UNIVERSIDADE E VIDA: HISTÓRIAS E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MULHERES TRANS.** Orientador: Raimundo Márcio Mota de Castro. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2021.

## **RESUMO**

A pesquisa objetiva compreender e analisar as significações de pessoas transgênero acerca da constituição de sua identidade de gênero, em relação com fenômenos sociais e instituições culturais como a família, a escola, o Estado, a Universidade entre outras. Entendo gênero como construção histórico-social a partir da concepção binária da heteronormatividade, a pesquisa fundamenta-se em teorias transfeministas, de gênero e fenomenológicas. O percurso teórico é pautado nas teorias de Hall (2006), Woodward (2000) sobre identidade; para pensar questões de gênero utilizamos Butler (2004), Jesus (2004) e Louro (2013). O percurso metodológico trata-se de uma pesquisa fenomenológica, com objetivos exploratórios, procedimentos bibliográficos e empíricos. Participam do estudo, 3 mulheres trans que se dispuseram a participar de forma voluntária. As narrativas apontam para situações de violência nas suas relações sociais, bem como a negação da existência de identidades fora do padrão cisnormativo essencialista levando muitas vezes à exclusão e impossibilidade de acesso a direitos básicos à construção da dignidade humana. Observa-se o chamado “processo transexualizador”, de transformação do corpo em busca da performatividade do gênero à qual elas se identificam. Os resultados pontuam a necessidade de pensar as identidades de gênero além da concepção da cisnormatividade compulsória.

**Palavras-chave:** Transgênero; identidades; memórias; performatividade.

CARDOSO, Railson Soares. **Experiences and lived of transgender people**: intertwining between their place in society and in education. Advisor: Raimundo Márcio Mota de Castro. 2021. 185 f. Dissertation (Interdisciplinary Master in Education, Language and Technologies) – Stricto Sensu Interdisciplinary Postgraduate Program in Education, Language and Technologies, State University of Goiás, Anápolis, 2021.

#### **ABSTRACT**

The research aims to understand and analyze the meanings of transgender people regarding the constitution of their gender identity, in relation to social phenomena and cultural institutions such as the family, school, State, University, among others. I understand gender as a historical-social construction from the binary conception of heteronormativity, the research is based on transfeminist, gender and phenomenological theories. The theoretical path is based on the theories of Hall (2006), Woodward (2000) about identity; to think about gender issues we used Butler (2004), Jesus (2004) and Louro (2013). The methodological path is a phenomenological research, with exploratory objectives, bibliographic and empirical procedures. Participate in the study, 3 trans women who were willing to participate voluntarily. The narratives point to situations of violence in their social relationships, as well as the denial of the existence of identities outside the essentialist cisnormative standard, often leading to exclusion and impossibility of access to basic rights for the construction of human dignity. The so-called “transsexualizing process” of transformation of the body in search of the performativity of the gender to which they identify is observed. The results point to the need to think about gender identities beyond the conception of compulsory cisnormativity.

**Keywords:** Transgender; identities; memoirs; performativity

## LISTA DE SIGLAS

ANTRA- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. APA–

American Psychological Association

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID–Classificação Internacional de Doenças

CID-10 - Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CNCD/LGBT–Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestise Transexuais

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DSTs– Doenças Sexualmente Transmissíveis

ENCEJA -Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FtM–Female to Male

GO - Goiás

HBIGDA– Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association

LBGT–Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer e Intersexuais

LGBTs– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MtF– Male to Female

OMS – Organização Mundial de Saúde

PPG-IELT – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias

RS – Representações Sociais

SUS– Sistema Único de Saúde

TCLE–Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNUCSH–Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas

WPATH–World Professional Association for Transgender Health

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
<b>1 - DIVERSIDADE: REPENSANDO POSSIBILIDADES TEÓRICAS .....</b>	<b>36</b>
1.1 “O mundo segue girando”: diversidade e a sexualidade .....	37
1.2 “Os erros que o homem traz”: sexo e gênero.....	41
1.3 “Tudo é raro, nada é comum”: identidades .....	47
1.4 “Que seria do sim Sem o talvez e o não”: performance e linguagem .....	53
<b>2 - DIABA: TRANSGÊNERO X TRAVESTI X TRANSEXUAL .....</b>	<b>57</b>
2.1 “Eu sempre fui vista por muitos como o mal”: transgênero .....	59
2.2 “Não te peço licença, sua permissão, nunca fez diferença”: patologia: travesti x transexual .....	70
<b>3 - MULHER: PESSOALIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>79</b>
3.1 Bato palmas para as travestis que lutam para existir: Dignidade da pessoa humana .....	82
3.1.1 “Não é homem nem mulher: identidades .....	83
3.1.2 “É uma trava feminina”: performatividade.....	86
3.1.3 “É sempre uma mulher?”: passabilidade .....	88
3.1.4 “Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher”: patologia .....	93
3.2 “Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário”: relações interpessoais.....	98
3.2.1 “E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher”: família .....	99
3.2.2 “Não tem Deus, Nem pátria amada”: religião .....	102
3.2.3 “Vil vocabulário, ela é tão singular, só se contenta com plurais”: escola e ensino .....	103
<b>4 - NÃO RECOMENDADO: SOCIABILIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>107</b>
4.1 “Não tenha compaixão, diga não à aberração!”: mercado de trabalho e prostituição. ....	109
4.2 “Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado”: uso de banheiros públicos e nome social.....	112
4.3 “Não recomendado à sociedade”: redesignação .....	118
4.4 “Não creia no seu coração”: ensino superior .....	120
<b>5 - PERCEBO QUE SOU INDESTRUTÍVEL: CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>125</b>
REFERÊNCIAS .....	133
<b>APÊNDICE</b>	
A – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	142

B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....	146
C - HISTÓRIAS E NARRATIVAS DE VIDA: entrevistas .....	147

**ANEXO**

A – PROTOCOLO DE APROVAÇÃO DO CEP .....	174
--	-----

## INTRODUÇÃO: “A lenda”

*Vou te contar a lenda da bixa esquisita  
 Não sei se você acredita ela não é feia  
 Mas eu vou te contar a lenda da bixa esquisita  
 Não sei se você acredita ela não é feia  
 Ela sempre desejou ter uma vida tão promissora  
 Desobedeceu seu pai, sua mãe, o estado, a professora  
 Ela jogou tudo pro alto  
 Deu a cara pra bater  
 Pois pra ser livre e feliz tem que ralar o cu, se fuder  
 De boba ela só tem a cara e o jeito de andar  
 Mas sabe que pra ter sucesso não basta apenas estudar  
 Estudar, estudar, estudar sem parar  
 Tão esperta essa bixona, não basta apenas estudar  
 Fraca de fisionomia, muito mais que abusada  
 Essa bixa é molotov, o bonde das rejeitada  
 Eu tô bonita? ('Tá engraçada)  
 Eu não tô bonita? ('Tá engraçada)  
 Me arrumei tanto pra ser aplaudida mas até agora só deram risada  
 Abandonada pelo pai, por sua tia foi criada  
 Faz das tripas o coração, lava roupa, louça e o chão  
 Eu fui expulsa da igreja (ela foi desassociada)  
 Eu tinha tudo pra der certo e dei até o cu fazer bico  
 Hoje, meu corpo, minhas regras  
 Meus roteiros, minhas pregas  
 Sou eu mesmo quem fabrico.  
**Linn Da Quebrada***

A escolha da música “A lenda”, para esta introdução se dá pelo fato da cantora Linn explicar que a lenda é sobre sua identidade enquanto uma mulher trans negra, sempre vista como uma identidade engraçada, fictícia, mentirosa porque não diz a “verdade sobre seu sexo”, uma identidade que não tem direito de existir, que é uma lenda, uma mentira inventada, algo para ser engraçado, para servir de escárnio, não deve ser levado a sério.

Ao iniciar um trabalho desse porte, é necessário apresentar os caminhos trilhados, as escolhas realizadas, tendo presente que estas serão fundamentais, não se trata de um único olhar possível, mas de mais um olhar dentre tantos outros que se amalgamam e juntos e misturados produzem o eco, no vazio do silêncio que insiste em abafar tantas vozes, tantos gemidos, tantas dores provocadas pela incompreensão. “Assim, destaco duas escolhas na produção escrita: a primeira reside na utilização da redação em primeira pessoa para enfatizar um percurso que identifica pesquisador com as participantes, tornando a personalidade de cada um – eu e outro, o encontro do “nós”. A segunda reside em tornar o texto acadêmico um ato de subversão, neste

sentido poesia e prosa se entrelaçam; se entrecruzam em uma ação simbiótica e permitem “subverter a ordem do pronto, do definitivo, do acabado” (CASTRO, 2014). Neste sentido, todas as partes textuais do trabalho iniciam com a letra de uma música que apontam pistas e anseios a serem alcançados no decorrer da escrita.

Por tratar-se de pesquisa que envolve seres humanos, sua efetivação foi possibilitada pela submissão e posterior aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual de Goiás, sob o Parecer 4.918.236 / - CCAE 45358921.1.0000.8113 , autorizado em 19 de agosto de 2021.

### **“Vou te contar”: Minhas vivências e meu encontro com o tema**

Eu, Railson gay, pobre, negro, nada malhado, nem padrão, evangélico até os 16 anos, nasci na IV Região Administrativa Brazlândia, do Distrito Federal (DF), no final dos anos 1980. Filho de Alba Lucia Soares Silva, natural da Paraíba, trabalhadora doméstica, e de Raul Vaz Cardoso, na época pedreiro, que dez anos depois de meu nascimento tornou-se auxiliar de serviços gerais, concursado pelo Distrito Federal. Cursei toda educação básica em escolas públicas. Meus pais separaram-se. No ano de 2014, mudei-me com minha mãe para a cidade de Águas Lindas de Goiás (GO) - Entorno do Distrito Federal. Um ano depois, retornei para Brazlândia para morar com meu pai. Reprovei diversas vezes no primeiro ano do ensino médio, confusões sobre minha identidade sexual e a religião cristã, perseguições por ser gay e fora dos padrões brancos, magro, alto e rico. Sofri chacotas, piadas, ofensas pelo meu jeito de falar, de andar, de sentar-se, de me expressar, me excluindo e inviabilizando. Por esses tantos fatores, optei por concluir o terceiro ano do Ensino Médio a partir da prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCEJA, no ano de 2009.

Em 2009, mudei-me para a cidade de Luziânia (GO), entorno do Distrito Federal, por ter sido contratado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás como Auxiliar Administrativo em um Colégio Estadual, a fim de ter a tão sonhada autonomia, e poder viver livre, da forma que eu quisesse. Ledo engano! Mal sabia, a “bixinha” que ainda não teria espaço, muito menos segurança para ser quem realmente era.

Por meio de colegas de trabalho e professores da escola tomei conhecimento de um Campus da Universidade Estadual de Goiás, na cidade de Luziânia-GO, e incentivado por muitos, dentre os quais destaco o professor Diomar, formado em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Jussara, gay afeminado, também fora dos padrões, mas admirado por seu conhecimento e sua postura enquanto educador. Prestei o vestibular para

essa universidade. A inscrição para o vestibular foi paga pelo amigo/professor Diomar. Fui aprovado em 16º (décimo sexto) lugar para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Acreditei mais uma vez que ali conseguiria o tão sonhado espaço de respeito para ser eu, livre de perseguições e preconceitos. Consegui? Em partes! Longe de ser um espaço acolhedor e aceitável, evoluído e desconstruído de preconceitos, tive que lutar muito para ser ouvido e respeitado, às vezes através de gritos e berros, até quase na base de ameaças de medir força bruta. Em ambiente de maioria feminina, mas ainda controlado por homens, não era permitido demonstrar feminilidade ou delicadeza. Podia ser gay, mas tinha que ser macho e agressivo; e assim o fui. As máscaras eram uma forma de proteção e de sobrevivência.

No ano de 2010, passei a receber bolsa pecuniária do Projeto de estágio remunerado da Secretaria Municipal de Luziânia, essa ação afirmativa me possibilitou morar sozinho arcando com despesas básicas como: aluguel, transporte, alimentação, textos, livros e cópias de materiais acadêmicos. No período do estágio pude conhecer métodos e processos de ensino e aprendizagem da escola e da sala de aula; também pude exercer a ciência pedagógica, lecionando para crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2011, entrei para o movimento estudantil, esse sim foi um espaço mais aceitável para a condição da minha identidade sexual. No ano seguinte concorri às eleições para presidente do Diretório Acadêmico do Campus, logrando êxito na empreitada. Assim, participei do movimento estudantil presidindo o Diretório Acadêmico Honestino Guimarães do Campus Luziânia; participei do Diretório Central dos Estudantes – UEG; do movimento Nacional dos Estudantes de Pedagogia; e também do Conselho Acadêmico do Campus Luziânia, bem como presidente interino do Diretório Central dos Estudantes da UEG, movimento que garantiu que a voz de muitos estudantes fosse ouvida, principalmente dos pobres, negros, mulheres, gays, travestis, transexuais e transgêneros, garantindo a permanência dessas pessoas nos cursos de graduação.

Das disciplinas cursadas, na Licenciatura em Pedagogia, reconheço a importância de todas, mas ecoaram fortemente em minha formação as seguintes: História da Educação, onde pude observar as diversas correntes pedagógicas, teorias e interesses de classe para com a manutenção de uma educação elitista; Sociologia da Educação, Filosofia da Educação; Educação, Patrimônio, Estado e Cultura da África, Educação e Currículo e Introdução à História da África; essas últimas me conduziram a perceber de forma mais evidente a luta de interesses sobre o que deve ou não ser ensinado, quem se beneficia com essa seleção de saberes; bem como o silenciamento dos professores e do currículo com relação à diversidade, especialmente a diversidade sexual e de gênero. Percebi durante todo o curso a inexistência de disciplinas que

se propusessem a debater a preservação dos Direitos Humanos, o reconhecimento das diferenças e uma “educação” para igualdade, principalmente no que tange às questões relacionadas à diversidade sexual, à igualdade de gênero.

Durante a minha pré-adolescência e adolescência não compreendia o porquê a minha sexualidade era incômoda para as pessoas. Durante minha formação acadêmica, me incomodou que o preconceito, a ausência de aceitação ainda fosse tão presente mesmo dentro da Universidade, desta forma, me interessei em investigar as estratégias do silenciamento da Universidade e exclusão social de pessoas não cis heterossexuais. A partir dessa inquietude tive contato com as teorias da sexualidade de Michael Foucault e pude perceber a construção do sexo e da sexualidade como um produto social, histórico e político, de forma a controlar os corpos dos indivíduos socialmente, excluindo qualquer outra forma de se viver e sentir a sexualidade fora do padrão pré-estabelecido.

Essas inquietudes durante a graduação, me levaram à produção de uma monografia voltada à temática da diversidade de sexual e o seu silenciamento no currículo, a fim de analisar o preparo ou despreparo dos profissionais da educação para o trato dessas questões relacionadas à sexualidade e os discursos normatizantes que a permeiam; bem como a escola como um dispositivo de controle sobre a sexualidade e o cultivo desses discursos normatizantes e excludentes. Ao fim do ano de 2014, apresentei a monografia com o título “O silêncio do discurso oculto: a diversidade sexual e sua aplicabilidade na formação curricular docente”. Cumprida as exigências legais para a conclusão do curso superior, coleí grau no começo do ano de 2015 quando recebi o título de Licenciado em Pedagogia.

Ao final do percurso percebi que não basta apenas estudar, parafraseando a letra da música da cantora transgênero Lin da Quebrada, é preciso ralar muito, ralar o cu, ralar o corpo, é preciso desobedecer às normas impostas, a família, os professores, os colegas, as regras, o sistema. Nesse sentido, a cantora Linn faz ao falar sobre “estudar”, refere-se a forma como as travestis e transexuais são tratadas como objetos, e mesmo que ela estude, trabalhe, se foda, ela ainda será marginalizada por conta da sua identidade trans. Talvez nunca deixemos de ser os esquisitos, os diferentes, mas continuaremos sendo nós.

Em 2015, ingressei no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em “Gestão e Docência da Educação Superior: presentificando a interdisciplinaridade” no Campus Luziânia da UEG e ao finalizar o curso prossegui as reflexões sobre a temática, iniciadas na licenciatura, ou seja, sobre os silenciamentos que orbitam a diversidade sexual. Após a conclusão da especialização, lecionei, por um ano, para crianças com necessidades específicas e em cursos de graduação de instituições particulares.

No ano de 2019 ingressei no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Anápolis de Ciências Sociais e Humanas (UNUCSH), com o projeto inicial que tinha como tema a “Diversidade Sexual e os Direitos Humanos”. Em conversas com meu orientador fui instigado a pensar uma questão ainda mais silenciada na educação: a presença de transexuais, transgêneros e travestis, principalmente no Ensino Superior. Foi esse desassossego que me conduziu a pensar, refletir e aceitar o desafio.

### “Uma vida tão promissora”: tema, problema e objetivos

Ao pensar sobre a proposta de pesquisar o **tema** relacionado às pessoas trans fui tomado pela inquietude de um pesquisador iniciante e fui percebendo a invisibilidade de pessoas trans no Brasil, em todos os segmentos sociais. Logo percebi que essa invisibilidade é tão evidente que o país ocupa a liderança de violência e morte contra pessoas Trans, sem que estas recebam a devida visibilidade, seja pela imprensa, seja pela opinião pública, seja por empregadores ou pelo Estado, fazendo com que essas populações ainda careçam de políticas públicas que garantam direitos básicos dessas pessoas.

Ainda no século XXI convivemos com as marcas das desigualdades através de marcadores sociais instaurados desde o processo de colonização e “inventa” as diferenças étnico-raciais, sexuais e de gênero, entre outros. Desta forma, podemos perceber que a sociedade ainda é marcada pelo machismo, racismo, etnocentrismo, intolerância religiosa, homofobia e outras práticas de violência e exclusões sociais, políticas e culturais.

Assim o **problema** de pesquisa reside na seguinte questão: Como as pessoas Trans vivenciam e experienciam suas identidades desde a educação formal até o nível superior? Este problema de pesquisa é tangenciado por outras questões emergentes, tais como: Pessoas Transgênero têm maiores condições de superar a exclusão social, garantindo acesso a direitos civis, econômicos e políticos a partir da formação superior? A ascensão social, através do acesso ao ensino superior, é capaz de ressignificar preconceitos e conceitos impostos às pessoas Transgênero? As instituições de ensino superior reverberam, as discussões de defesa e garantia da liberdade sexual e o reconhecimento da diversidade sexual e das identidades sexuais e de gênero, nos espaços acadêmicos e culturais? No entanto, reconheço a limitação dessa pesquisa e apenas menciono esses outros questionamentos como provocações de um trabalho em processo de construção.

Portanto, o **objetivo geral** da pesquisa é mapear/rastrear/observar os sentidos e as implicações da construção das identidades e as relações sociais na constituição plena da pessoa

transgênero, desde sua formação familiar até a formação superior que emergem das narrativas de pessoas transgênero. Como **objetivos específicos** esta pesquisa busca compreender a construção teórica das identidades de gênero, de forma social e histórica, bem como sua influência na vida de pessoas Transgênero; entender a trajetória de pessoas Transgênero e suas significações vividas no contexto social; bem como perceber a significação de marcadores sociais como vida profissional, relações sociais, educacionais e o processo de amadurecimento intelectual para as pessoas Transgênero.

### **“Não basta apenas estudar”: a importância, relevância e referencial teórico**

Esse trabalho se justifica pela constante negação dos direitos às pessoas transgênero no Brasil, bem como a constante exposição à marginalização e à violência sofrida por pessoas transgênero no país. Além disso, há falta de pesquisas e dados realizados pelo Estado que apontem tais violência a essa população, ou políticas públicas voltadas para diminuir as desigualdades sofridas por ela. A maioria destes estudos é realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), uma instituição que agrega transfeminilidades em busca de direitos.

Em 2020, a ANTRA encontrou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans. Um total de 175 casos foram mapeados contra 44 nos Estados Unidos. Já em 2021, nos quatro primeiros meses, enquanto nos EUA foram 19 pessoas trans assassinadas, no Brasil chegamos à triste marca de 56 assassinatos – sendo 54 mulheres trans/Travestis e 2 homens trans/Transmasculinos. São inúmeros os casos que apresentaram requintes de crueldade e uso excessivo de força, e espancamentos - indicativos de se tratarem de crimes de ódio. Tendo sido encontrados ainda 5 casos de suicídio, 17 tentativas de assassinatos e 18 violações de direitos humanos contra pessoas trans, no mesmo período. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 1)

Cada ano que se passa, as violências contra pessoas transexuais e travestis no Brasil tem aumentado e nada é feito para diminuir ou coibir essa situação. Podemos observar que essa população segue sendo invisibilizada e silenciada na sociedade brasileira com a falta de políticas públicas que sejam capazes de tirar essas pessoas da marginalidade e garantir os direitos humanos básicos a esses indivíduos.

Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas

ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso as políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 1).

As teorias transfeministas apontam para a violência a que estão submetidos esses corpos desde uma perspectiva de naturalização dos corpos, da hegemonia da heterossexualidade e da patologização sobre os corpos trans, trazendo a tona discussões como a precariedade de direitos, a marginalização escolar e do mercado de trabalho devido ao preconceito e violência como mostra os estudos de, Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Paul B. Preciado (2015) entre outros, outras e outros, que estão produzindo epistemologias não cis hetero e branco centradas, pessoas transgênero que analisam as relações sociais que permitem negociar constantemente a existência ou não de pessoas trans em espaços historicamente cisnormatizadores, como a escola e o mercado de trabalho.

Como constituinte teórico apoio-me nos estudos realizados por Marco Antônio Coutinho Jorge; Natália Pereira Travassos (2018), Camila Cristina de Castro Souza (2015), Sylvia Cavasin; Beto de Jesus; Lula Ramires et al., (2008), Michel Foucault (1999), Guacira Lopes Louro (2000), Sérgio Carrara (2010), John Langshaw Ausitn (1990), Rodrigo Borba (2013), Judith Butler (2000-2003), Nilma Lino Gomes (2005), Jaqueline Gomes de Jesus (2014) entre outros.

Esses autores têm como entendimento comum que a sexualidade vem sendo estudada, manipulada e controlada por interesses de determinada classe social ou segmento político, psicológico, religioso ou médico a mais de dois séculos, a partir de dispositivos produtores de discurso, como a higienização médica, a patologização psicológica, a moral social, religiosa e a repressão familiar ou escolar, como aponta Foucault (1999).

Segundo Foucault (1999, p. 67), “a sexualidade é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a ‘scientia sexualis’”; ou seja, desenvolve-se em torno da sexualidade humana, uma prática discursiva que a orienta, que a controla, manipula e torna-a lícita ou ilícita, “pura” ou “pecaminosa”, uma ciência sexual preocupada em definir o que é e o que não é natural do sexo para o sexo.

O que se diz e o que não se diz são discursos construídos historicamente, culturalmente e socialmente, passam a ser elementos de dispositivos de dominação e discriminação ideológica (FOUCAULT, 1999), isto é, se tornam parte do discurso sociocultural do que se pode ou não fazer, e sentir com relação ao desejo, ao prazer e às performatividades que deveriam ser exercidas por cada indivíduo a partir do seus genitais; ou seja, as relações e papéis de cada

indivíduo regulamentaria um padrão *apriorístico* considerado superior e ideal: o padrão heterossexual; mantendo assim, o controle da hierarquia social da sexualidade e de gênero.

Observa-se que nas culturas ocidentais existe uma cosmovisão eurocêntrica que insere nas relações sociais determinados padrões de comportamento, de vivência, de objetivo de existência de cada indivíduo a partir do seu sexo biológico de nascimento e, conseqüentemente, em nossas instituições de forma a não se viver, não se ensinar, não reconhecer e não assegurar o respeito à Diversidade Sexual e muito menos às Identidades de Gênero. Essa cosmovisão juntamente com outros aspectos coloniais, como o capitalismo, insistem na manutenção de instituições sociais, como uma determinada fé, a família, o Estado, que negam os direitos coletivos e sociais das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (LGBT) entre outras, bem como reafirmam socialmente a naturalização e superioridade das relações heterocisnormativas, gerando postura de aversão, repúdio, hostilidade e agressão a qualquer forma de manifestação de identidades que não estejam em concordância com o padrão. A sexualidade é um produto histórico e socialmente construído, que nada de natural tem em sua concepção e construção, tornando possível a construção de comportamentos e funções a serem exercidas social e culturalmente, essas construções, *apriori* favorecem um determinado grupo, o heterossexual, reconhecido social e juridicamente como a única forma das relações erótico-afetivas entre os indivíduos, que compactuam com a construção de uma única identidade sexual e de gênero aceitável, que esteja em concordância com o corpo biológico dos indivíduos; ou seja, as atitudes e performances que o indivíduo que nasceu com pênis ou vagina, deve estar de acordo com os desejos e comportamentos socialmente estabelecidos como corretos para esses corpos definidos como masculinos e femininos.

Segundo Butler (2013) na construção das identidades de gênero, existem mecanismos de legislação não voluntária da identidade, mecanismo e dispositivos que constroem as identidades em cada cultura e tempo, assim, as identidades sexuais e de gênero variam de uma cultura para outra, como de um determinado tempo para outro, e sofrem alterações que influenciam e determinam a conduta dos indivíduos pelo sexo biológico ao qual nascem e as formas de ser, a partir deste “órgão” em determinado espaço tempo. Pode-se entender que as identidades de gênero são impostas aos corpos a partir de um cenário que delimita e legitima as ações que podem e devem ser adotadas por cada indivíduo.

Nesse sentido, Butler (2013) afirma que o gênero não é algo natural de nossos órgãos genitais, mas fruto de nossas ações em um determinado grupo, cultura, tempo, sociedade. Essa autora compreende que o sexo é um identificador construído historicamente capaz de hierarquizar as funções do gênero atribuído ao sexo de nascimento de cada indivíduo. A partir

da heterossexualidade compulsória, que delimita e norteia os padrões performáticos que devem ser adotados por este ou aquele indivíduo. As performatividades de gênero não acontecem livremente sendo reguladas por uma estrutura muito rígida (a heterossexualidade compulsória e os discursos que a sustentam) que delimita suas possibilidades (BORBA, 2013, p. 3). A elaboração das identidades sexuais não está diretamente ligada às questões naturais do sexo biológico, ao contrário, são fruto dos processos linguísticos, culturais, religiosos, econômicos e políticos.

Ao compreender as identidades cis gênero e transgênero, entendo que a primeira está relacionada à pessoas que se identificam com o gênero ligado ao sexo biológico ao qual nasceu, enquanto que a segunda está relacionada à pessoas que se identificam com o gênero oposto ao sexo biológico ao qual nasceu. Há ainda as pessoas cuja identidade sexual não se identifica com nenhum dos gêneros, estes são tidos como não binários.

Para a compreensão dessa nova perspectiva, não só o Estado, mas também as instituições de ensino – principalmente a Universidade – desempenham uma importante função social no processo de construção e desconstrução dos conhecimentos e discursos inferiorizantes e normatizantes. Esses discursos foram construídos ao longo do tempo a partir do outro, o outro incluso na norma, o outro detentor do saber, o outro correto, perfeito, o “homem, branco, judaico-cristão, heterossexual”, colocando o outro construído no lugar de subalternidade; para este, só resta aceitar e acatar o que falam de si para si. Spivak (2010) conceitua o subalterno como aquele que está na camada mais baixa da sociedade constituída pelos modos de exclusão do mercado, da representação política e legal e sem a possibilidade de se tornarem membros plenos no extrato social, assim ela procura explicar a posição dos intelectuais do desconstrucionismo que pretendem falar pelo outro – o subalterno – como um ato de resistência, sem, no entanto perceberem que esse ato se configura como um ato imbricado pelo discurso hegemônico, excludente, demonstrando assim que o intelectual do desconstrucionismo julga poder falar pelo outro mantendo o subalterno, o excluído, os minorizados em direitos em silêncio, sem lhes oferecer um espaço que possam falar. Dessa forma a autora, traz a necessidade do intelectual pós-colonial, ou seja, aqueles que foram até então silenciados, assumam o discurso de si sobre si, que falem por si mesmos, que ocupem os espaços de produção acadêmica, de produção cultural, de produção de capital, que os subalternizados falem por si mesmos.

Nesse sentido, ressignificando o conceito de subalterno para as identidades transgênero, como sujeitos empurrados para a margem da sociedade, não dignos de direitos, ouvir a narrativa da trajetória de pessoas Transgênero e suas significações para a vivência nos diversos espaços

sociais, compreendendo como as pessoas Transgênero se veem, é de suma importância para resistir e reconstruir uma sociedade em que todos possam ter voz, vez e lugar de fala e de expressão sem os prévios julgamentos, silenciamentos e invisibilidade impostos.

É necessário investigar e analisar a construção teórica das identidades de gênero, social e histórica, bem como sua influência na vida de pessoas Transgênero, percebendo esse movimento de circularidade de saberes e “des-saberes” em torno das construções da identidade sexual e de gêneros e ainda, como a Educação Superior tem reconfigurado de forma teórica e metodológica, os conhecimentos e saberes acerca das pessoas transgênero. Esta pesquisa busca desvelar os sentidos construídos, as implicações da formação superior e as relações socioculturais que emergem nas narrativas de pessoas Transgênero, observando como as pessoas Trans vivenciam e experienciam suas identidades desde a educação formal até o nível superior, o objetivo geral é mapear/rastrear/observar os sentidos e as implicações da construção das identidades e as relações sociais na constituição plena da pessoa transgênero, desde sua formação familiar até a formação superior que emergem das narrativas de pessoas transgênero. Como objetivos específicos esta pesquisa busca compreender a construção teórica das identidades de gênero, de forma social e histórica, bem como sua influência na vida de pessoas Transgênero; entender a trajetória de pessoas Transgênero e suas significações vividas no contexto social; bem como perceber a significação de marcadores sociais como vida profissional, relações sociais, educacionais e o processo de amadurecimento intelectual para as pessoas Transgênero.

Diante do exposto, fui instigado a recorrer ao Banco de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), com a finalidade de verificar a produção acadêmica em nível de mestrado e doutorado, sobre a temática na última década (2011-2020). Para a pesquisa utilizei de dois descritores distintos: transgênero; transexualidade e a interseccionalidade com a educação.

O primeiro descritor “Transgênero and educação” demonstrou a ocorrência de 110 (cento e dez) trabalhos entre teses e dissertações, sendo 76 (setenta e seis) dissertações de mestrado e 22 (vinte e duas) teses de doutorado. As principais temáticas das pesquisas realizadas estavam relacionadas às questões da saúde e ao direito da pessoa transgênero. Buscando similaridade com o tema da pesquisa que realizo, sobre transgênero e sua relação social perpassada pela educação, apenas 2 (dois) trabalhos abordam a questão, tratando-se de uma tese de doutorado sobre o uso do nome social de pessoas Trans dentro da Universidade e uma dissertação de mestrado sobre a inclusão de pessoas Trans na Universidade.

Ao pesquisar sobre transexualidade, o Banco de Teses de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) disponibiliza 237(duzentos e trinta e sete) trabalhos que abordam a temática, sendo 44 teses de doutorado e 185 dissertações de mestrado, desse universo ressalta-se uma tese sobre a questão da transexualidade na educação superior e três dissertações sobre a questão das pessoas trans no ambiente acadêmico, como se nota no quadro abaixo:

**QUADRO 1 - DISSERTAÇÕES E TESES RELACIONADAS AO TEMA TRANSGÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS**

<b>TÍTULO</b>	<b>FILIAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ORIGEM</b>	<b>AUTOR/A</b>	<b>TIPO ANO DE DEFESA</b>
SUBJETIVIDADES EM TRÂNSITO: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do Sul do Brasil.	Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,	Crishna Mirella de Andrade Correa	TESE 2017
IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE: Representações Sociais nos processos de formação e educação	Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas	Robson Batista Dias	DISSERTAÇÃO 2015
FORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Programa de Pós-graduação em Psicologia	Adriana Lohannados Santos	DISSERTAÇÃO 2018
INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS NA UFPEL: pelo direito de ser igual quando a diferença inferioriza e ser diferente quando a igualdade descaracteriza	Fundação Universidade Federal de Sergipe Programa de Pós-graduação em Educação	Kelli Vergara Watanabe	DISSERTAÇÃO 2019

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES  
Autor: CARDOSO, 2021.

O trabalho de Correa (2017) busca analisar os percursos e lutas pelo uso do nome social, dentro da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal de Santa Catarina, bem como o uso do nome social que vem sendo regulamentado dentro das Universidades Públicas do Brasil, destacando que das 284 Universidades Públicas do país 205 já regulamentaram a possibilidade do uso do nome social, vale ressaltar que essa pesquisa foi realizada no ano de 2017, um ano antes da promulgação do Decreto nº 58.228, de 16 de maio de 2018 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis, mulheres transexuais e homens trans em todos os órgãos públicos, incluindo as Universidades.

Watanabe (2019) procura analisar como se dá o processo de inclusão e permanência de pessoas transexuais na Universidade, a partir da Universidade Federal de Pelotas-RS,

destacando que apenas 0,02% das pessoas trans conseguem chegar à universidade. A metodologia adotada neste estudo de caso foi a análise de fontes primárias e secundárias, com a realização de entrevistas nas unidades da universidade, com servidor e alunos trans. No mesmo sentido o trabalho de Santos (2017) procura analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitári@s e as estratégias de enfrentamento e resistências das normas de gênero nesses espaços e na sociedade.

O último trabalho encontrado, realizado por Dias (2015), buscou investigar, analisar e compreender as representações sociais dos indivíduos trans acerca da constituição de sua identidade de gênero, em interlocução com seus processos educativos formais e informais, ou seja, suas relações com a sociedade e o reconhecimento das suas identidades de gênero.

Essas pesquisas consultadas possuem um referencial teórico que aborda questões sobre a sociedade heteronormativa, sexo centrista=sexista e cissexista; a hegemonia da heterossexualidade compulsória, o pensamento binário da concepção de gênero, as violências sofridas por pessoas trans, as construções sociais culturais e históricas das identidades de gênero, a marginalidade das pessoas transgênero na sociedade brasileira e sobre o movimento trans no Brasil. Nota-se com isso, a relevância de ampliar o olhar, e aprofundar a temática como forma de problematizar de forma crítica e assertiva, caminhos que possibilitem a pessoas trans uma reconstrução de sentidos para suas vidas tão mitigadas pelas danosas demandas de opressão que ainda se encontram, mas que insistentemente teimam em resistir.

### **“Meus roteiros, minhas pregas”: o percurso metodológico**

No que se refere ao percurso metodológico, aproximo-me do método fenomenológico de investigação. Para Figueiredo (2009), a fenomenologia é um método de pesquisa e uma corrente filosófica que surgiu no fim do século XIX com Franz Brentano, mas tem Husserl (1859-1958) como seu principal representante no início do século XX. Essa corrente filosófica “[...] visa a descrição da realidade e coloca como ponto de partida de sua reflexão o próprio ser humano, no esforço de encontrar o que é dado na experiência, descrevendo ‘o que se passa’ efetivamente do ponto de vista daquele que vive determinada situação concreta [...]” (MARTINS; ARANHA apud ADÃO, 2014, p. 11).

Conforme nos aponta Moreira (2002, p. 62-63):

A palavra “fenomenologia”, ao que tudo indica, foi usada pela primeira vez pelo matemático, astrônomo, físico e filósofo suíço-alemão Johann Heinrich Lambert (1728 – 1777) e, posteriormente com sentido diferente, por G.W.F. Hegel, na sua *Fenomenologia do Espírito* (original de 1807) [...] a

Fenomenologia nasce no início do século XX com a obra *Investigações Lógicas*, de Edmund Husserl (1859 – 1938) [...] Para Husserl, a Fenomenologia era uma forma totalmente nova de fazer filosofia, deixando de lado especulações metafísicas abstratas e entrando em contato com as “próprias coisas”, dando destaque à experiência vivida. [...] A Fenomenologia deveria proporcionar um método filosófico que fosse livre por completo de todas as pressuposições que pudesse ter aquele que refletisse; descreveria os fenômenos enfocando exclusivamente a eles, deixando de lado quaisquer questões sobre suas origens causais e sua natureza fora do próprio ato da consciência. Desta forma, não irá pressupor nada, nem o senso comum, nem o mundo natural, nem as descobertas e as teorias da ciência.

Assim, a fenomenologia surge como um movimento filosófico que busca a liberdade das pré-suposições do pensamento científico, ou do senso comum, buscando primeiramente a essência percebida na consciência humana sobre determinado fenômeno, ou seja, antes de mais nada a percepção humana, o sentido dado ao fenômeno pelos indivíduos é objeto primeiro da pesquisa fenomenológica.

Embora sob alguns aspectos permaneça ainda hoje como um domínio de psicólogos e cientistas da área da saúde, o método de investigação crítico, rigoroso e sistemático da Fenomenologia tem paulatinamente ganho reconhecimento como uma abordagem à pesquisa qualitativa, aplicável ao estudo dos fenômenos importantes em vários campos [...] para os não filósofos, a Fenomenologia é um campo de conhecimento inexplorado; para os pesquisadores, por seu turno, o método fenomenológico, enquanto método de pesquisa, também continua a ser relativamente desconhecido e pouco divulgado nos manuais tradicionais de pesquisa (MOREIRA, 2002, p. 60).

Devido seu caráter de investigação dos processos ao invés das coisas, os pesquisadores ainda têm dificuldade de lidar com o método fenomenológico, além de ainda não existir um conceito claro da fenomenologia, devido principalmente à dificuldade em definir o que é um fenômeno, bem como a grande diferença de critérios para explicar a fenomenologia desde os trabalhos de Husserl.

O termo fenomenologia deriva de duas outras palavras de raiz grega: *phainomenon* (aquilo que se mostra a partir de si mesmo) e *logos* (ciência ou estudo). Portanto, etimologicamente, Fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno, sendo que por fenômeno, em seu sentido mais genérico, entende-se tudo o que aparece, que se manifesta ou se revela por si mesmo. [...] O conceito de fenômeno representa, a nosso ver, a primeira grande dificuldade no estudo da Fenomenologia. Isso se deve em parte ao fato de que a palavra tem mais de um sentido, e o sentido conhecido pela pessoa, depende, de certa forma, da sua formação; além disso, em fenomenologia, o sentido de fenômeno não é de maneira alguma um conceito claro, simples e indisputável (MOREIRA, 2002, p. 63).

Para Capalbo (1994 apud FIGUEIREDO, 2009, p. 29), a fenomenologia é:

a “ciência dos fenômenos”, entendendo por fenômeno o que se mostra no seu ser de si mesmo à consciência, o que é, pois, imediatamente dado em si mesmo à consciência. Assim, para Husserl, não há dicotomia entre ser e aparência, entre ser e fenômeno. O que se visa nesta experiência é descrever o ser do fenômeno, procurando, pouco a pouco, que seu núcleo essencial se desvele à consciência.

Neste sentido, a fenomenologia procura desvelar a essência das coisas percebidas pela consciência humana e os sentidos atribuídos às experiências vividas, aos fenômenos percebidos pelos indivíduos, preocupada apenas com as operações realizadas pela consciência, ou seja, valorizando a relação de um objeto com a consciência que dá sentido a este objeto a fim de se chegar à essência desse objeto por meio da experiência, preocupando-se com a compreensão e significações dadas ao objeto pesquisado e não apenas aos fatos ou causas desse objeto, de forma a não separar o sujeito do objeto, reunindo a existência e a significação do homem e do mundo.

Existe ainda, uma grande dificuldade em explicar o movimento fenomenológico, devido a sua complexidade e suas variantes e ramificações, a Fenomenologia aparece como “método filosófico”, “movimento filosófico”, “escola de Filosofia” e até mesmo como “ciência”, embora não tenha conseguido alcançar o *status* de ciência, como pretendia Husserl, nem como “escola de Filosofia” devido a sua grande variedade, é possível reconhecê-la como método e também como movimento, entendendo a fenomenologia como um relato do tempo, do mundo vivido, a descrição direta da nossa experiência como ela é (MOREIRA, 2002).

Essa pesquisa busca entender os sentidos atribuídos aos fenômenos vividos pelas pessoas entrevistadas, ou seja, a percepção dos entrevistados sobre os fenômenos investigados, a transexualidade e o ensino superior, em outras palavras, a consciência das experiências destes fenômenos. Dito isto, esta pesquisa é uma pesquisa de abordagem qualitativa aproximando-se do método fenomenológico uma vez que tem em seus objetivos a descoberta de sentidos e entender as subjetividades dos participantes.

Entende-se que a pesquisa qualitativa tem presente o fato da experiência dos indivíduos relacionada ao contexto social e cultural em que vivem desta forma, compreender as relações e sentidos atribuídos pelos pesquisados apenas por meio da investigação quantitativa de dados não é capaz de abranger a natureza humana. Essa abordagem quantitativa dos dados considera que o comportamento humano é resultado de forças, fatores e estruturas internas e externas que agem sobre os indivíduos de forma passiva, sem considerar que os seres humanos são seres ativos que interpretam continuamente o mundo que vivem e se tornam agentes produtores e reprodutores da sua própria existência.

Entretanto, os defensores da tradição quantitativa, pautados pela cultura acadêmica positivista, criticavam e não reconheciam a pesquisa qualitativa como sendo científica, acusando a pesquisa qualitativa de impressionista e não objetiva, conforme Moreira (2020, p. 43), ainda hoje, muitos pesquisadores acostumados com a tradição experimental e dos grandes levantamentos amostrais ainda conservam tal ponto de vista.

A postura acadêmica positivista tem por base os métodos quantitativos, que acredita que determinado fenômeno possa ser estudado apenas pelo método experimental e pelo levantamento de dados, nas ciências sociais esse posicionamento teve início no século XX quando as ciências sociais almejavam estudar o comportamento humano, pressupondo que as pessoas poderiam e deveriam ser estudadas do mesmo modo que objetos físicos. Segundo Moreira (2002), este movimento tem sua fundamentação nos estudos de Augustos Conte (1830-1842) com o Curso de Filosofia Positiva, bem como Jhon Stuart Mill (1843) com o Sistema de Lógica e ainda a influência de Emile Durkeim, através da obra Suicídio (1897) fazendo uso da pesquisa quantitativa nas ciências sociais.

Enfatizando as relações causais entre certas estruturas ou condições e particulares resultados, aqueles adotando uma abordagem positivista deixam pouco espaço em seus modelos para a iniciativa humana na produção da ação. Para estes estudiosos, a operacionalização e quantificação de variáveis ou fatores é extremamente profícua e provê a oportunidade para procedimentos estatísticos. Usando dados vindos de experimentos, levantamentos amostrais e outras práticas de contagem, estes pesquisadores estão preocupados com a descoberta e especificação das estruturas, forças ou condições que, segundo eles, fazem com que as pessoas ajam desta ou daquela maneira. Focando em resultados e variáveis correlatas, eles tipicamente mostram o comportamento humano em termos de variáveis dependentes e independentes, variáveis mediadoras e variáveis possivelmente poluidoras (MOREIRA, 2002, p. 46).

A corrente positivista do conhecimento científico investiga os fatores através da coleta de dados e a observação, em busca de explicar as estruturas e forças que atuam sobre os indivíduos, sem considerar as ações humanas e os significados culturais destes para os sujeitos. No caso do fenômeno das identidades sexuais e de gênero, observamos como aponta Lanz (2015, p. 57), que as pessoas também são capazes de ser agentes ativos na definição e incorporação das normas de conduta e dos papéis de gênero que efetivamente desejam adotar e seguir. Desta forma, investigar este fenômeno apenas pelo viés positivista, quantitativo, experimental, não seria suficiente para responder às perguntas sobre o fenômeno em si, ou seja, como esse fenômeno se mostra no dia a dia dos indivíduos investigados.

Assim, se a corrente de investigação positivista não é capaz de responder às questões do comportamento humano, qual metodologia seguir? Para Moreira (2002, p.46), a corrente

interpretacionista se aproxima com mais facilidade deste problema, uma vez que, os interpretacionistas afirmam que as pessoas são diferentes dos objetos e que o estudo do comportamento humano, conseqüentemente, requer uma metodologia que leve em conta tais diferenças.

Segundo Moreira (2002), para os interpretacionistas, no entanto, o estudo do comportamento humano é o estudo das experiências vividas de cada um e a experiência humana estriba-se nos sentidos, interpretações, atividades e interações das pessoas (id, ib.). Para os pesquisadores interpretacionistas o comportamento humano é interativo e interpretativo, ou seja, é na interação das pessoas com o mundo que elas se tornam capazes de interpretar as situações que vivenciam.

Dentro das correntes positivistas e interpretacionistas existem diversos ramos e abordagens comumente utilizadas pelos pesquisadores, entretanto, dentro das correntes interpretacionistas, existe a importância do interacionismo simbólico, eixo básico que se comunica e se assemelha a maioria das pesquisas com tendência interpretacionista. O interacionismo simbólico foi desenvolvido por George Herbert Mead (1934) e Herbert George Blumer (1969), sendo visto como o estudo do modo de vida das pessoas, ou melhor, dizendo:

[...] o interacionismo simbólico pode ser visto como o estudo dos modos pelos quais as pessoas enxergam o sentido nas situações que vivem e dos modos segundo os quais elas conduzem suas atividades, em contatos com outras pessoas, numa base cotidiana. É uma abordagem pé no chão que insiste em vincular a visão de como a vida humana é vivida nas práticas e experiências rotineiras das pessoas cujas vidas queremos estudar (MOREIRA, 2002, p. 47).

O interacionismo simbólico reconhece os sentidos construídos culturalmente nas interações entre as pessoas, ressaltando que o comportamento humano não pode ser entendido fora do contexto comunitário.

Segundo Moreira (2002, p. 48):

Os objetos não têm sentido pré-definidos (sentidos inerentes); as pessoas trazem os objetos à existência pelas maneiras com que agem em relação a eles [...] Como seres interativos e autor reflexivos, as pessoas também controlam, monitoram, ajustam e avaliam seu próprio comportamento ao longo do tempo. A constatação de que as pessoas também podem levar em conta, considerar e alterar seu próprio comportamento no processo de desenvolver linhas de ação em relação às coisas tem profundas implicações para o estudo do comportamento humano.

Neste sentido, torna-se improdutivo investigar o comportamento humano a partir de fatos, variáveis e estruturas predefinidas, sem considerar a capacidade humana de moldar suas

experiências e transformar o meio a partir da sua consciência. Assim, a pesquisa quantitativa dá lugar à pesquisa qualitativa com foco na abordagem interpretacionista, que valoriza e busca entender as ações humanas a partir de suas relações com as coisas e os sentidos atribuídos às coisas em seu dia-a-dia.

Segundo Minayo (apud FIGUEIREDO, 2009, p. 96):

a pesquisa qualitativa surge diante da impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, alguns fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade. Está direcionada para a investigação dos significados das relações humanas, em que suas ações são influenciadas pelas emoções e/ou sentimentos aflorados diante das situações vivenciadas no dia-a-dia.

Para Moreira (2002), a pesquisa qualitativa se caracteriza mais por dúvidas, indefinições e conceitos vagos do que por certezas e rotinas de trabalho pré-estabelecidas e inflexíveis, o que torna difícil para os estudiosos da metodologia qualitativa manter-se atualizado devido ao grande número de rótulos, atualizações e abordagens que surgem frequentemente, desta forma, os conceitos e as variantes da pesquisa qualitativa ainda são confusos e de difícil explicação, entretanto, compreende-se que a pesquisa qualitativa foca-se no ser humano, como agente que significa suas experiências do dia-a-dia.

Compreendemos que a pesquisa qualitativa abre mão de abordagens matemáticas na coleta dos dados, preocupando-se com a interpretação que os seres humanos fazem do mundo em seu dia-a-dia, desta forma, a pesquisa qualitativa adota procedimentos e técnicas que valorizem as expressões orais e escritas dos pesquisados, que abraçam a corrente interpretacionista das experiências vividas pelas pessoas. Dentro da corrente interpretacionista encontra-se a fenomenologia, método escolhido para esta pesquisa, busca a essência das experiências vividas, ou seja, sem qualquer pressuposto ideológico ou teórico, a fenomenologia busca investigar como os fenômenos sociais, são percebidos na consciência humana a partir da experiência comum.

A entrevista é usada principalmente quando o pesquisador procura obter informações que o pesquisado supostamente possa ter; trata-se de uma conversa entre duas ou mais pessoas. Podendo ser completamente abertas ou não estruturadas; semi-estruturadas ou parcialmente abertas; fechadas ou completamente estruturadas (MOREIRA, 2002).

Entrevista estruturada: neste caso, um conjunto estruturado de questões é administrado a cada respondente, sempre na mesma sequência e com as mesmas palavras, através de um questionário ou de uma escala de atitudes. O pesquisador tem hipóteses a testar ou informações específicas a buscar e supõe

que as perguntas que faz são suficientes para esclarecer o assunto. [...] Entrevista não estruturada ou completamente aberta, aqui já não há um conjunto específico de questões, mas algumas guias de ordem geral. O pesquisador supõe que pouco ou nada conhece do assunto em pauta e sua função é ouvir e entender. É provável que o investigador precise perguntar coisas que não estavam programadas, principalmente para esclarecer tópicos ou cobrir assuntos que não estão aparecendo naturalmente na entrevista. [...] Entrevista semiestruturada: fica entre os dois extremos discutidos. O entrevistador pergunta algumas questões em uma ordem predeterminada, mas dentro de cada questão é relativamente grande a liberdade do entrevistado. Além disso, outras questões podem ser levantadas, dependendo das respostas dos entrevistados, ou seja, podem existir questões suplementares sempre que algo de interessante e não previsto na lista original de questões aparecer (MOREIRA, 2002, p. 54-55).

Desta forma, nesta pesquisa, será adotada a entrevista narrativa semi estruturada, a fim de desvelar os sentidos e compreender as subjetividades dos participantes captados nas narrativas, de forma a valorizar as falas e expressões das experiências vividas de cada pessoa pesquisada, para tanto, farei uso da técnica história de vida.

O conceito da história de vida pode variar de modalidade de pesquisa para método de pesquisa ou técnica de pesquisa dependendo do autor a que ela se refere, como podemos observar em Rampazzo (2015, p. 126):

A história de vida tenta obter dados relativos à “experiência íntima” de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto em estudo. Por meio dessa técnica, procura-se captar as reações espontâneas do entrevistado, em face de certos acontecimentos fundamentais de sua vida.

Assim, farei uso da história de vida como uma técnica de pesquisa com o auxílio da entrevista semi-estruturada para coletar os dados das participantes transgênero que passaram pela formação inicial no ensino superior. Será feita a entrevista narrativa semi-estruturada a fim de coletar a história de vida de três mulheres transgênero que concluíram a graduação em nível superior, sendo estes os únicos critérios para participação da pesquisa, ser uma pessoa com identidade de gênero trans e ter concluído o ensino superior. O critério “ensino superior” deu-se por entendermos que esse nível de ensino pode possibilitar uma visão ampla e crítica do mundo ao sujeito dele egresso, como se pode notar nas finalidades previstas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o **desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo**;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a **inserção em setores profissionais e para a participação no**

**desenvolvimento da sociedade brasileira**, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, **desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive**;

VI - **estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente**, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade(BRASIL, 1996 – grifo meu).

Por fim, para compreender como os fenômenos se apresentam na consciência humana é preciso ouvir as pessoas, sem julgamentos prévios, observando o que é diretamente dado pelo comportamento humano, assim, existe uma variedade de técnicas para coletar dados que valorizem o comportamento humano, tais como, a observação participante, a entrevista, e a modalidade da história de vida. Nesta pesquisa, serão utilizadas a técnica de entrevista e a modalidade história de vida, a técnica de entrevista semi-estruturada será adotada para dar subsídio a modalidade de história de vida, a fim de responder questões que possam não surgir naturalmente na narrativa das pessoas pesquisadas, assim, estas técnicas que auxiliam diretamente na compreensão do método fenomenológico.

Pretendo compreender as relações e sentidos atribuídos por pessoas Transgênero a construção de suas identidades e as relações com a sociedade, assim, identificar os fenômenos sociais a partir do olhar e da narrativa de pessoas Transgênero no contexto da formação de suas identidades até a formação superior. Conforme Moreira (2002, p. 60), “sempre que se queira dar destaque à experiência de vida das pessoas o método de pesquisa fenomenológico pode ser adequado”.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com o objetivo de tornar possível o esclarecimento dos problemas e dos fenômenos que podem surgir da história de vida de pessoas Transgênero a partir das suas relações com os fenômenos sociais até a formação superior. Nesta pesquisa farei uso da modalidade de história de vida, cuja pesquisa de campo será realizada a partir do estudo de caso da história de vida de Pessoas Transgênero que passaram pela formação no Ensino Superior.

Para tanto, é necessário analisar a relação das construções teórico-culturais relacionadas às questões da diversidade sexual, às construções das identidades, a concepções de gênero com as contribuições do movimento feminista e transfeminista e ainda, as performances de gênero que são corporificadas, reguladas, afirmadas e negadas a partir da performance linguística.

### **“Faz das tripas o coração, lava roupa, louça e o chão”: apresentação da estrutura do trabalho**

Por questões de ordem didática, o trabalho apresenta-se dividido em quatro capítulos complementares. No primeiro, apresento a compreensão teórica das construções acadêmicas, culturais, sociais e históricas em torno da questão da sexualidade, do gênero, da diversidade sexual e das performances de identidades atribuídas aos indivíduos, entendendo a interseccionalidade desses no processo de construção dos sujeitos sociais. Procuo compreender os caminhos e sentidos atribuídos às pessoas a partir do sexo e gênero que lhes são atribuídos e impostos, bem como os direitos e deveres negados ou impostos às pessoas a partir desta condição. Para tanto se faz necessária uma análise da relação entre linguagem e performances sociais, entendendo a linguagem como produto cultural, social e histórico capaz de (des)legitimar os corpos sociais, não pretendo realizar uma análise crítica da linguagem ou do discurso, entretanto reconheço a relevância da interseccionalidade entre a linguagem e as performances de gênero reconhecidas e instituídas socialmente.

No segundo capítulo faço uma análise dos conceitos acerca da identidade transgênero, observando o caráter discriminatório, regulador da patologia médica/psiquiátrica sobre as identidades trans, bem como a estigmatização e associação à marginalidade da identidade travesti e a imposição de enfermidade sobre as identidades transexuais, compreendendo a relação da heterossexualidade compulsória para o empuxo da cirurgia de redesignação sexual como uma forma de readequar os corpos, ou seja, de voltar as normas corpo-sexo-prazer do padrão binário essencialista. Percebo ainda a crescente força do movimento transgênero em contra a patologização das identidades transgênero, e a luta pelo reconhecimento das múltiplas identidades de gênero fora do modelo de hierarquia aplicado pela heterossexualidade compulsória, compreendendo as identidades de gênero como experiências de gênero, múltiplas e diversas.

O terceiro e quarto capítulos são complementares entre si uma vez que neles ecoam as falas das participantes. Em ambos se evidencia as subjetividades de todas e de cada uma participante entrelaçando-se em percursos de vida tão pessoais e ao mesmo tempo aglutinadas pelos mesmos percalços sociais impostos sobre suas vivências e experiências enquanto grupo silenciado e invisibilizado socialmente. Deste modo, para dar maior evidência e relevância ao narrado, as falas das participantes são grafadas em fonte com recurso itálico distinguindo a voz das trans dos textos teóricos que embasam a construção do texto.

A partir da narrativa da história de vida de três mulheres transexuais, foi possível separar dois eixos temáticos, subdivididos em categorias temáticas que se desdobram em unidades de

sentido, que emergem a partir das narrativas das participantes, como se pode evidenciar no quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 – EIXO TEMÁTICO DAS NARRATIVAS

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIAS TEMÁTICAS	UNIDADES DE SENTIDO
<b>1. Pessoalidade</b>	1. Dignidade da pessoa humana	Identities. Performatividade. Passabilidade.
	2. Relações Interpessoais	Família. Religião. Educação e ensino. Patologização.
<b>2. Sociabilidade</b>	Relações Sociais, Cívicas e Políticas	Mercado de Trabalho e Prostituição. Uso de Banheiros Públicos e Nome Social. Cirurgia de Redesignação Sexual. Formação Superior.

Autor: CARDOSO, 2021

No terceiro capítulo considero os aspectos da personalidade das participantes. As vivências e experiências de pessoas trans que participam da pesquisa emergem a partir da categorização de duas temáticas basilares: a dignidade da pessoa humana e as relações interpessoais. A primeira categoria é fundante. Nela se estabelece o alicerce que aponta para a aceitação do diferente, entendendo que mesmo vivendo identidades, performatividade, passabilidade e situações de patologização. Pessoas trans constituem-se como sujeitos humanos e por isso precisam ser pessoas capazes de direitos (e deveres) sociais. A segunda, pontua como essas pessoas são tratadas pelas instâncias sociais, principalmente em suas relações familiares, religiosas e nas mediações educativas.

No quarto capítulo, encontra-se o segundo eixo temático: sociabilidade. Na esfera das questões sociais, cívicas e políticas orbitam a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho e por motivos diversos na prostituição; questões que parecem de pouca relevância, mas que carregam em si traços de preconceito e desconfiança como o uso de banheiros públicos e o nome social; além da necessidade de construções físicas com a cirurgia de redesignação sexual e também a formação superior como possibilidade para encontrar um lugar na sociedade.

Nas considerações finais, trago algumas reflexões acerca da pesquisa realizada, das construções teóricas em torno das identidades transgênero e suas implicações no cotidiano dessas, sem ter intuito, entretanto, de esgotar a discussão, pensando as identidades transgênero como o processo de construção das identidades, percebendo as relações construídas socialmente e pessoalmente ao longo do percurso da construção da identidade individual, considerando as

afirmações discursivas construídas a partir da linguagem e das performances estabelecidas e instituídas as pessoas a partir das diferenças, diferenças por vezes corporais entendidas como naturais a-históricas, entendendo que cada pessoa é um ser único, mas ao mesmo tempo múltiplo, igual e diferente, diverso, mas que a partir do processo de diferenciação são hierarquizados, de forma a conceber as identidades como um dado pronto e inacabado, e não construídas nas e pelas relações pessoais e interpessoais em relação com cultura, a sociedade, as leis, as normas e o olhar do outro no processo de entendimento , aceitação e negação das identidades de gênero.

Entendo ser necessário compreender e respeitar as múltiplas identidades transgênero e a estabelecer garantia plena dos direitos civis, sociais e culturais das pessoas transgênero, para assim concebermos uma sociedade democrática de direito, reconfigurando os saberes acerca da construção dos corpos e do gênero, bem como as questões referentes a sexualidade, do sexo e da hegemonia de heterossexualidade compulsória.

## 1 DIVERSIDADE: REPENSANDO POSSIBILIDADES TEÓRICAS

*Se cada ser é só um  
E cada um com sua crença  
Tudo é raro, nada é comum  
Diversidade é a sentença  
Que seria do adeus  
Sem o retorno  
Que seria do nu  
Sem o adorno  
Que seria do sim  
Sem o talvez e o não  
Que seria de mim  
Sem a compreensão  
A humanidade caminha  
Atropelando os sinais  
A história vai repetindo  
Os erros que o homem traz  
O mundo segue girando  
Carente de amor e paz*

*Que seria do não  
Sem o talvez e o sim  
Que seria de mim...  
O que seria de nós  
O toque de Deus  
A vela no breu  
A chama da diferença.  
**Lenine.***

Basta olhar ao redor e logo se percebe que todo igual é diferente. Os seres humanos em que pese características fundamentais que os identificam como tal, não são iguais. No que se refere aos aspectos físicos, há pessoas altas ou baixas, de olhos puxados ou arredondados, com variados tons de pele, cor dos olhos e cabelos, entre tantos outros enquadramentos. Não obstante as diferentes características físicas, as pessoas também têm hábitos, costumes, crenças religiosas, visões de mundo distintas, estas provenientes do convívio cultural em que estão inseridas. Dentro de um mesmo país, continental como o Brasil ou minúsculo como o Vaticano,

de uma cidade ou comunidade, a diversidade provoca as mais calorosas discussões e mobilização, sendo que em alguns cenários elas se encontram inter-relacionadas.

Cada um traz em si as marcas do tempo, as construções, emoções, vivências, experiências, trajetórias, histórias, identidades que se complementam e se chocam num mesmo indivíduo, cada indivíduo é múltiplo e diverso. A capacidade humana em interagir com o meio social, a cultura, os outros e transformá-los ao se reconhecer ou negar tais fenômenos tornam o ser humano único, diferente e igual. O mundo se torna diverso e é na diversidade que se encontram os discursos de poder que hierarquizam as diferenças, que constroem o eu, o nós em detrimento do outro, dos outros.

Ao trazer como epígrafe a música diversidade e que nomeia este capítulo pretendo discorrer sobre a questão da construção da diversidade a partir do processo de diferenciação e hierarquia das diferenças capazes de atribuir significado à concepção e aceitação das identidades de um grupo para outro. Entendo esse processo como capaz de negar o reconhecimento da diversidade, seja de gênero, sexual, cultural, étnico-racial, religiosa etc., e as contribuições desta para o entendimento dos processos múltiplos de vivências sexuais e de gênero, dessa forma, não é-nos permitido entender a diversidade como algo negativo, mas como uma característica humana, que deve ser compreendida, respeitada e preservada.

### **1.1 “O mundo segue girando”: diversidade e a sexualidade**

Compreender as implicações acerca da diversidade a partir dos contextos de construção sociais, políticas, culturais e econômicas ao longo dos tempos é uma emergência. Para Gomes (2007, p. 30):

A diversidade, do ponto de vista cultural, pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma porque os sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram.

Corroborando com a autora, Weeks (2013), ao entender que a diversidade se afirma social e culturalmente, de forma a evidenciar as diferenças na construção do homem e da mulher em meio a relações de poder que ditam o que é “normal”, “anormal”, “igual”, “diferente”, “aceitável” ou não “aceitável”, destaca que essa mesma relação de poder, está presente na construção do sujeito sexual. Ao analisar a teoria de Foucault (1999) Weeks (2013, p. 45), afirma que:

[...] ele acreditava que os argumentos essencialistas ignoravam o fato central sobre a sociedade moderna: de que a sexualidade era um ‘aparato histórico’ que tinha se desenvolvido como parte de uma rede complexa de regulação social que organizava e modelava (‘policiava’) os corpos e os comportamentos individuais. A sexualidade não pode agir como uma resistência ao poder porque está demasiadamente envolvida nos modos pelos quais o poder atua na sociedade moderna.

A Diversidade Sexual trata sobre as diversas formas de manifestação da sexualidade humana, seja no campo da vivência sexual ou da afetividade. Desta forma, reconhecer a Diversidade Sexual trata-se de reconhecer a multiplicidade humana e a liberdade de desenvolvimento pleno dos direitos sexuais, sociais, emocionais e culturais das pessoas.

Entretanto, como mostram os estudos feministas, pensar a diversidade sexual significa reconhecer a multiplicidade das manifestações sexuais e de gênero, o que se torna impensável se analisarmos as construções do corpo e do sexo pelo pensamento dicotômico binarista da heteronormatividade, pautado na separação e divisão hierárquica do sexo, que atribui sentido aos corpos socialmente, de forma restritiva e de dominação masculina. A sexualidade surge como um problema social, econômico e político a partir do século XVIII:

No cerne deste problema econômico e político da população, o sexo é necessário a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-los fecunda ou estéreis [...] tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada (FOUCAULT, 1999, p. 28-29).

É importante refletir sobre os interesses por trás dessa construção tida como ideal – família, pai, mãe, filhos – através do pressuposto de Foucault (1999), quando afirma que, a partir do século XVIII, surge a população como problema político e econômico. A partir deste momento, o sexo se torna algo recluso aos casais, no entanto, fazem do sexo dos casais uma conduta econômica e política, estabelecendo os limites entre o biológico e o econômico, (FOUCAULT, 1999).

A concepção que nos é ensinada, dentro da sociedade em que vivemos desde o nascimento, é a de viver a sexualidade com um único propósito, o das relações conjugais entre homem e mulher com a finalidade de procriação.

[...] nos é ensinado em nossa cultura, sobretudo pelas religiões, que o desejo sexual não deve existir desvinculado de algo “maior”, reprimimos aqueles sentimentos que julgamos não estarem de acordo com esse destino elevado (apaixonar-se, casar-se, ter filhos) (JESUS; RAMIRES; UNBEHAUM; CAVASIN; 2008, p. 36).

Para Weeks (2013), as questões do corpo e do sexo está há muito tempo no centro das preocupações ocidentais; entretanto, até o século XIX, eram preocupações da religião e da moralidade filosófica, mas no fim do século XIX, inicia-se um processo de cientificação do sexo, com a criação da sexologia como disciplina, com fundamentação da psicologia, da biologia, da antropologia, da história e da sociologia.

Observa-se que a concepção ensinada nos compele a viver a sexualidade com um único propósito: o das relações conjugais heterossexual, com a finalidade da procriação, onde identificamos o interesse do Estado em controlar as relações sexuais com fins econômicos; assim, compreendemos uma orientação sexual tida como padrão ideal, hétero, disseminada pela classe dominante. Outra questão, não menos importante, é o fato de que no século XVIII o comércio capitalista começa a se espalhar pela sociedade ocidental; o que nos leva a refletir sobre os reais interesses do Estado e da Igreja Católica com relação à solidificação do modelo de relação sexual, familiar, com fins reprodutivos.

Para Weeks (2013, p. 49):

[...] não estamos preocupados com a questão do que causa a heterossexualidade ou a homossexualidade nos indivíduos, mas, em vez disso, com o problema de porquê e como nossa cultura privilegia uma e marginaliza – quando não discrimina – a outra. O construcionismo social também coloca outra questão central: porque nossa cultura atribui tanta importância à sexualidade e como isso veio a acontecer.

Para isto, devemos abandonar o discurso naturalizante que permeia as questões da sexualidade, pois conforme aponta Louro (2000, p. 20) “tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma”. Deste modo, embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo, “a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico” (WEEKS, 2013, p. 38).

É preciso compreender os discursos da heteronormatividade, as desigualdades de gênero e a negação dos direitos e invisibilidade daqueles que não se adaptam a este modelo preestabelecido, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT ou LGBTQI+ bem como quais instituições produzem e reproduzem os discursos naturalizantes que permeiam as questões da sexualidade humana. Assim, é necessário analisar o discurso do sexo, a partir de onde se diz qual instituição ou segmento social que faz esse discurso a fim de colocar “as verdades” sobre o sexo em discussão, entendendo como discurso construído, controlado capaz

de transformar a sexualidade em algo natural, dividido entre o certo e o errado conforme o sexo biológico.

Conforme Louro (2003), existe uma pedagogia da sexualidade que legitima a identidade heterossexual como a única existente, a única forma de ser e viver a sexualidade; negando e perseguindo qualquer outra forma de manifestação da sexualidade que não esteja em harmonia entre o sexo biológico e o corpo do indivíduo; ou seja, qualquer manifestação da sexualidade que não esteja de acordo com os papéis preestabelecidos socialmente naquela determinada cultura em um espaço e tempo, as performances sexuais de qualquer indivíduo que fuja a norma, será marginalizado e excluído.

[...] as escolas – que, supostamente devem ser um local para o conhecimento – são, no tocante à sexualidade, um local de ocultamento, [...] é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc., também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e degeneração de sujeitos, seja produzindo discursos dissonantes e contraditórios (LOURO, 2003, p. 30).

Outra instituição responsável pela desconstrução do *status quo*, da heterossexualidade normativa é a Universidade. Esta é responsável por investigar os conhecimentos culturais, reexaminá-los, atualizá-los e transmiti-los novamente à sociedade; ou seja, é na Universidade que se constroem saberes, ideias e valores que farão parte da sociedade. Assim, a Universidade e a Educação como um todo desempenham um papel importante nesse processo de construção e desconstrução dos conhecimentos, práticas e costumes que serão aceitos ou não, em uma sociedade, conforme afirma Morin (2002, apud ALMEIDA; CARVALHO 2007, p. 15):

A Universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores, porque ela se incube de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la, o que acaba por ter um efeito regenerador. A Universidade gera saberes, ideias e valores que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso ela é simultaneamente conservadora e geradora.

É preciso compreender que a diversidade sexual trata sobre as múltiplas formas de manifestação da sexualidade humana, seja no campo da atração sexual ou no campo da afetividade. Assim, reconhecem-se a heterossexualidade, relações entre pessoas do sexo ou gênero oposto; “homem e mulher”; homossexualidade, relações entre pessoas do mesmo sexo ou gênero, mulher e mulher, homem e homem; bissexualidade, relações com ambos os sexos e gêneros oposto e iguais. Desta maneira, reconhecer as diversidades sexuais trata-se de reconhecer a multiplicidade humana e a liberdade de desenvolvimento pleno dos direitos sexuais, sociais, emocionais e culturais.

Entretanto, as visões essencialistas atribuíram sentidos aos corpos de forma a naturalizar as diferenças dos indivíduos a partir do sexo biológico, essa naturalização foi capaz de construir: padrões, comportamentos, obrigações, direitos e deveres de cada pessoa a partir do órgão genital com o qual nasceu, sentidos esses que atribui o caráter de superioridade ao sexo macho em detrimento do sexo fêmea.

Segundo Bourdieu (2012, p. 17), a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável. Assim, a sociedade incorpora os discursos naturalizantes do sexo, a partir das explicações essencialistas e reconhecem o sexo de forma a-histórica, imutável, como destino, sem reconhecer a construção social, cultural e histórica do sexo e as relações de poder presentes nessa construção.

Segundo Louro (2013, p. 11), a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. Nesse sentido, pensar a sexualidade apenas pelo viés essencialista, ao qual concebe as questões do sexo a partir do órgão genital que o indivíduo nasce sem considerar a sexualidade como um “aparato histórico”, que se desenvolve dentro de uma rede complexa de regulação social, capaz de organizar e modelar os indivíduos, policiando seus corpos e comportamentos individuais. Para Weeks (2013) é deixar de lado as questões políticas e culturais que permeiam as performances de cada indivíduo na sociedade a partir da sexualidade.

Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política. As coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação (LOURO, 2013, p. 27).

Assim, a fundação do sexo como o objetivo “divino”, com a finalidade de procriação, devendo ser consumado apenas entre casais heterossexuais, homem e mulher, coloca o sexo como um assunto privado, de cunho familiar, nega-se qualquer outra forma de manifestação da sexualidade humana, e/ou a diversidade sexual dos indivíduos sociais.

## **1.2 “Os erros que o homem traz”: sexo e gênero**

A ciência, a filosofia, a história, nos mostram que a humanidade sempre procurou encontrar o indivíduo perfeito, completo, o modelo ideal de ser, para tanto, estabeleceu-se padrões, supervalorizaram algumas características e condenaram outras, negaram as diferenças

e atribuíram sentidos errados ao que é o ser, causaram sofrimento, dor, negaram os direitos daqueles que não se enquadram no modelo ideal, tiraram-lhes o direito de ser diferente.

Os conceitos essencialistas tendem a supervalorizar determinados comportamentos em detrimento de outros, comportamentos estes construídos culturalmente, a partir do sexo de nascimento; por exemplo, a atribuição do uso de roupas, modo de sentar-se, falar, agir, ser; essas diferenças não apenas designam como o indivíduo deve se apresentar socialmente, mas também quais direitos e deveres esses indivíduos podem exercer na sociedade.

Nesse sentido, percebemos que as questões do sexo estão para além da concepção dos corpos, mas envolvem rituais culturais que se inter-relacionam com as questões políticas e de direito, como o direito a frequentar as escolas que, até o ano de 1827, era dado apenas aos meninos; bem como o direito à formação superior em faculdades que foi concedido às mulheres apenas no ano de 1879.

Quando se inicia o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas, numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não poderia ser outra que o direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções para educação de mulheres se restringiam a alguns poucos conventos que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas das prendas domésticas. Foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres, que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender os benefícios do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que defendia a idéia de que mulher não necessitava saber ler nem escrever (DUARTE, 2003, p. 152-153).

As relações da manutenção do poder masculino em detrimento das identidades femininas, a possibilidade de acesso a direitos mínimos como o acesso a formação acadêmica, durante muito tempo foi outorgada aos homens, no mesmo sentido, a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e as relações de aquisição de bens e propriedades só podia ser concebida pela identidade masculina.

Durante muito tempo o entendimento da virtude apregoado na ideia de superioridade masculina, entendido como a concepção do corpo ideal, completo, virtuoso, pensante, foi instituído pelo pensamento científico tendo certa contribuição da filosofia. A concepção dos corpos como um único, dava ao corpo masculino a completude do corpo humano e o corpo feminino era concebido como uma versão inferior, incompleta. Ainda nesse pensamento filosófico, atribuía-se ao corpo masculino a personificação do pensamento racional, da capacidade de pensar, de refletir, de transformar a natureza, já aos corpos femininos atribui-se

a ideia da natureza bruta, incapaz de controlar os instintos, de selvagem, incapaz de pensar filosoficamente, de transformar o meio, de fragilidade devido a condição natural do instinto materno, entre outros, o que impossibilitava a mulher de participar de processos de civilização, de processos cuja habilidade racional e de pensamento eram necessários, como os estudos filosóficos ou processos de discussão democráticas.

Essa atribuição ao corpo masculino como um corpo completo e ao corpo feminino como um corpo incompleto concedeu a mulher um segundo plano em relação ao sexo masculino, a identidade feminina reservava-se apenas as tarefas e direitos domésticos, sendo controlados pelo corpo completo, mente e corpo ideal masculino (BOURDIEU, 2012). Tanto os corpos quanto a sexualidade que os integram estão permeados por inúmeras relações de poder em que o masculino apodera-se e subjuga o feminino. Segundo Weeks (2013, p. 42):

[...] a sexualidade tem sido um marcador particularmente sensível de outras relações de poder. A Igreja e o Estado têm mostrado um contínuo interesse no modo como nos comportamos ou como pensamos. Podemos observar, nos últimos dois séculos, a intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, todas procurando nos dizer quais formas apropriadas para regular nossas atividades corporais. As diferenças de classe e de raça complicam, ainda mais, o quadro. Mas, juntamente com isso, aparecem outras forças, acima de tudo o feminismo e os movimentos de reforma sexual de vários tipos, os quais têm resistido às diversas prescrições e definições. Os códigos e identidades sexuais que tomamos como dados, inevitáveis e ‘naturais’, têm sido frequentemente forjados nesse complexo processo de definição e autodefinição, tornando a moderna sexualidade central para o modo como o poder atua na sociedade moderna.

Ao pensar a sexualidade em toda sua complexidade, desde a fundação do sexo como uma categoria a-histórica, pensado como algo pessoal, familiar, moral, compreendendo suas dimensões sociais, políticas e culturais, refere-se ao que Foucault (1999) intitula de bio-poder. Entre essas inúmeras relações existem dispositivos produtores de discursos capazes de autorizar o sexo dos indivíduos, de forma a controlar suas ações, desejos, práticas e sentimentos na sociedade, de forma a cultivar a vida afirmando e reafirmando o que se deve fazer, sentir ou ser, sua sexualidade. As questões de gênero surgem para desmistificar a naturalização das diferenças atribuídas ao sexo biológico.

É nesse sentido que o movimento feminista vem contribuir para a reconstrução do pensamento sobre os papéis socialmente construídos e impostos às mulheres, bem como a individualidade de direitos relegados aos homens e negados às mulheres.

Em relação ao movimento feminista, Grosz (2000, p. 03) afirma que:

O feminismo adotou acriticamente muitas das suposições filosóficas em relação ao papel do corpo na vida social, política, cultural, psíquica e sexual e, pelo menos neste sentido, pode ser visto como cúmplice da misoginia que caracteriza a razão ocidental. Feministas e filósofos parecem compartilhar uma visão comum do sujeito humano como um ser constituído por duas características opostas dicotomicamente: mente e corpo, pensamento e extensão, razão e paixão, psicologia e biologia. Esta bifurcação do ser não é simplesmente uma divisão neutra de um campo descritivo abrangente. O pensamento dicotômico necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa.

O movimento feminista surge com a preocupação e a luta por direitos iguais entre homens e mulheres, mas ainda pautava sua discussão a partir das diferenças sexuais, no discurso dicotômico construído a partir do pensamento hegemônico masculino. Nesse sentido, o discurso das diferenças sexuais dicotômicos continuava a dividir e hierarquizar as diferenças dos indivíduos a partir do pensamento que o corpo é uma fundação biológica, um destino, priorizando sempre as características do sexo masculino em detrimento do sexo feminino.

Para Lauretis (1987) e Grosz (2000) pensar o movimento feminista, que tinha o objetivo de rediscutir os privilégios (sociais, políticos, econômicos atribuídos ao macho, ao masculino, ao homem), a partir desse pensamento dicotômico pautado nas diferenças sexuais, só reforçava o discurso hierarquizante e superior da masculinidade, contribuindo ainda mais para delimitar as identidades masculinas e femininas, mantendo a superioridade masculina em detrimento do feminino. Enquanto o movimento feminista não superar o pensamento essencialistas do viés masculinista não conseguirá superar a manutenção do padrão binário.

Essas identidades masculinas e femininas são criações culturais entendidas como as construções dos gêneros a partir do sistema binário homem/mulher, condicionando o sexo macho ao homem e o sexo fêmea às mulheres, nessa lógica criam-se comportamentos, obrigações, deveres, sentimentos, direitos, performances que condicionam os corpos dos indivíduos dentro deste padrão, entendido como o sistema da heterossexualidade compulsória. O movimento feminista surge para rediscutir essas obrigações, direitos, deveres e comportamentos socialmente impostos que priorizam a superioridade masculina, criando assim a categoria do gênero discutindo a lógica sexo-gênero.

É possível, no entanto, subverter essa lógica, se pensarmos que sexo é também, um constructo cultural. É nessa direção que caminha Judith Butler (1990). Ela rompe com a conexão sexo=natureza/gênero=cultura, ao sugerir que sexo é cultural, na mesma medida em que é o gênero. Consequentemente, a própria distinção sexo/gênero fica perturbada. Para Butler, o gênero é o meio discursivo/cultural mediante o qual um “sexo natural” é estabelecido como pré-discursivo. Em outras palavras, o sexo é, ele próprio, uma postulação, um

constructo que se faz no interior da linguagem e da cultura (LOURO, 2004, p.67).

Tanto Louro (2004), quanto Butler (2005), discutem a questão do gênero a partir da desnaturalização do sexo, ao contrário do que as feministas do movimento entendido como primeira onda do feminismo pregava, firmando a questão das discussões do gênero a partir da construção das diferenças sexuais, do sexo macho e fêmea, naturalizando os discursos essencialistas, como se o sexo fosse um dado pronto e acabado, a-histórico. Para essas autoras, o sexo é construído historicamente e culturalmente assim como o gênero, por isso a rediscussão do processo histórico da afirmação do sexo nos corpos dos indivíduos, entendendo a sua relação, também, com as questões de classe, raça, cultura e sociedade, de forma para criar novas formas de se pensar os corpos e os gêneros para além da misoginia e binarismos da heteronormatividade, que sujeitam todos à consonância sexo-gênero-sexualidade.

Para Butler (2005) não se deve pensar no gênero apenas como uma construção socialmente imposta, mas sim refletir sobre as interfaces que influenciam essa construção, analisando a significação da materialização dos corpos como uma dinâmica de poder e as formas que governam esse efeito. Dessa forma, cabe refletir sobre os meios utilizados para tornar o sexo e o corpo como algo material e concreto, ao qual o gênero é fruto de uma norma cultural para governar a materialização das identidades e performances exercidas pelos indivíduos.

Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma 'marca' definidora da identidade; perguntar também quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência (LOURO, 2013, p. 14).

Para tanto, é necessário abandonar o discurso naturalizante que permeia as questões da sexualidade e das identidades sexuais reconhecidas ou negadas socialmente, quais características são reconhecidas e valorizadas, bem como por quem e para quem essas características são formuladas, e não apenas aceitar as concepções essencialistas biológicas exercidas sobre os corpos masculinos ou femininos. A partir do pensamento essencialista e naturalizador cria-se o discurso de que todos vivem os corpos, os desejos, os prazeres, as performances de forma universal, igualmente. Assim, é necessário analisar como onde e por quem são construídas essas identidades em torno da sexualidade, é preciso discutir como são construídas as identidades de gênero; ou seja, como cada indivíduo percebe e identifica-se com seu corpo não apenas por seu sexo anatômico e para além do construto histórico-social.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente [...]. Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (LOURO, 2013, p. 09).

Existe uma aparelhagem capaz de produzir discursos sobre o sexo, por meio de dispositivos que tornam possível construir a identidade do sujeito homem ou mulher, que estabelecem os caminhos e fronteiras do prazer, do desejo, da sexualidade dos indivíduos, das performances, dos direitos sociais e políticos dos indivíduos; estes caminhos são constantemente reafirmados social e culturalmente, por instituições produtoras de discursos, como, a Igreja, a escola, a mídia, as leis e a família, que delimitam o que é ou não permissível a cada indivíduo a partir do seu sexo biológico.

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia, e conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura, e, portanto, com as marcas dessa cultura. (LOURO, 2013, p. 11).

Os dispositivos citados por Foucault (1999) são entendidos por Louro (2013) como instâncias de investimento, capazes de efetivar as marcas, práticas e linguagens que instituem o homem e a mulher, que significam os corpos masculinos e femininos dentro da sociedade:

Todas essas práticas e linguagens constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modos de ser parecem ter sido “gravados” em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; [...] a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, 2015, p. 25).

Percebemos que as identidades, quando delimitadas, favorecem sempre um grupo em detrimento de outro; como no caso das identidades étnico-raciais, onde percebemos o favorecimento do padrão branco europeu; no caso das identidades de gênero, percebemos o favorecimento da identidade de gênero masculina; no caso das identidades sexuais o reconhecimento do binarismo do padrão heteronormativo, ou a heteronormatividade compulsória. Como nos lembra Butler (2003) a sociedade demarca a identidade sexual

heteronormativa como única identidade sexual aceitável e existente, que por sua vez, reforça os discursos de exclusão negando as diferentes identidades de gênero e identidade sexuais possíveis nas relações humanas.

### **1.3 “Tudo é raro, nada é comum”: identidades**

As identidades e performances de gênero são produtos de uma construção social, cultural e histórica, pensados para reconhecer e favorecer apenas um modo de existência social, a partir da concepção biológica essencialista da heterossexualidade compulsória, negando a multiplicidade humana, e as diferenças que reafirmam a diversidade humana, capazes de trazer à tona as incertezas do ser ideal, do ser comum, do ser normal. Entendemos através do reconhecimento da diversidade a hierarquização das diferenças, a negação dos direitos daquelas cujas características e diferenças não forem consideradas ideais à cultura e tempo que estão inseridos.

Entendo a produção das identidades como um processo cultural e social, que define as diferenças entre os indivíduos a partir de características que um determinado grupo considera aceitável, por exemplo, a identidade masculina produz determinados comportamentos e usos que são considerados como comportamentos de homens, como o uso da força física em demonstração de poder, a recusa em demonstrar sentimentos como uma demonstração de fragilidade, a supervalorização de relações sexuais com diversas parceiras, o uso de barba, levantamento de peso, exercícios radicais e o apreço por esportes, o gosto por bebidas alcoólicas e excesso do uso do álcool, entre outras, são consideradas características da identidade masculina, e essa afirmação só é possível pela construção da negação a características atribuídas à outras identidades, por exemplo, a identidade feminina, que atribui-se o contrário, como o comportamento de delicadeza e fragilidade, sem demonstrações de força ou violência, a passividade, a demonstração de carinho, de amor, de afeto e empatia, o gosto pelas artes, pela música, pela dança, pelo teatro, a facilidade e o gosto nos afazeres domésticos, a capacidade de cozinhar, de tecer, de dar carinho aos filhos e a incapacidade de conhecer ou gostar de esportes, bebidas alcoólicas etc, são características atribuídas à identidade feminina.

Esse processo de definição de características acaba por delimitar determinadas características que se tornam pertencentes a um grupo e ao outro não, entretanto não se trata de um simples processo de diferenciação, mas de um processo imbricado de relações de poder que buscam afirmar qual identidade é superior, qual identidade é ideal, melhor, mais bela, mais forte, mais desenvolvida, e nesse processo cria-se uma hierarquização de determinada identidade e exclusão de outros grupos que não possuam as mesmas características do grupo

considerado superior. Para Foucault (1999), esse processo é o resultado de uma nova configuração de poder que nos exige classificar uma pessoa pela definição de sua verdadeira identidade, uma identidade que expressa plenamente a real verdade do corpo (WEEKS, 2013, p. 50).

Conforme Bourdieu (2012), essa verdade e plenitude é atribuída à identidade masculina desde a concepção filosófica do ideal de ser humano, que atribuiu ao homem o status de superior, de completo e assim as características atribuídas à identidade masculina serão supervalorizadas e exaltadas, enquanto outras características serão vistas culturalmente e socialmente como menos importantes, menos dignas de serem vistas ou ouvidas. Assim surge a concepção de identidade em um grupo em detrimento da formação da identidade de outro grupo, a partir da hierarquização das diferenças de um para o outro.

Para compreendermos os conceitos de identidade é preciso compreender a sua complexidade desde sua individualidade até suas vertentes, como identidade sexual, identidade racial, identidade social, entre outras. Ainda nesse contexto complexo, é preciso lembrar que a identidade surge dentro de um grupo, através deste ou para este em detrimento de outro grupo. Entretanto, como afirma Novaes (1993), não existe uma única pessoa que seja igual, idêntica a outra, assim, é possível estudar a identidade como algo pessoal e individual, mas impossível para as ciências humanas criarem uma fórmula matemática para definir o que é a identidade. Ao recorrer às teorizações de Philip Gleason (1980) para a compreensão da identidade, Gomes (2005, p. 40) pontua que:

[...] apesar das inúmeras produções existentes e apesar de todos os esforços empenhados, ainda não conseguimos ter uma resposta satisfatória à pergunta: o que é a identidade? O referido autor afirma que o uso responsável do termo necessita de uma sensibilidade às complexidades intrínsecas ao assunto e maior atenção à demanda de precisão e consistência na sua aplicação. Porém, a enorme popularização do termo tem resultado em um efeito oposto, tornando o termo identidade cada vez mais difuso e próximo de um clichê, encorajando, assim, um crescente uso mais relaxado e irresponsável do mesmo.

As velhas identidades, que por muito tempo foram consideradas sólidas e imutáveis, que mantinham a estabilidade do mundo social, estão dando lugar a novas identidades, fragmentadas no indivíduo moderno. Desde o século XX, mudanças estruturais vêm transformando as sociedades modernas, fragmentando as identidades de classe, de gênero, de sexualidade, de etnia, de raça e nacionalidade, que antes mantinham uma localização fixa dos sujeitos (HALL, 2006).

Para Kobena Mercer (1990, p. 43 apud HALL, 2006, p. 09), a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Nesse sentido, Hall (2006) nos traz uma análise de três possibilidades de discussão da história das identidades dos indivíduos; assim ele nos apresenta a identidade do sujeito do iluminismo, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo se explica pela concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado, único, dotado de capacidades da razão, de consciência e de ação, com um centro no interior dos indivíduos, que emerge ao nascimento dos mesmos e se desenvolve a partir dele, o centro seria a identidade dessa pessoa, que permaneceria sempre o mesmo, construindo assim uma identidade individualista.

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir 'identidade'. A identidade é simplesmente aquilo que se é: 'sou brasileiro', 'sou negro', 'sou heterossexual', 'sou jovem', 'sou homem'. A identidade assim concebida parece ser uma positividade ('aquilo que sou'), uma característica independente, um 'fato' autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente (HALL; WOODWARD, 2000, p. 74).

Em contrapartida, como pontua Hall (2006) o sujeito sociológico surge mostrando a crescente complexidade do mundo moderno, bem como refutando a ideia de um centro interior do sujeito de sua autonomia e autossuficiência, revelando as relações sociais e pessoais, que mediam os valores, sentidos e símbolos, do mundo em que vive. Ou seja, a importância da cultura na formação da identidade dos indivíduos, refuta o pensamento iluminista da identidade auto suficiente, e traz a ideia da concepção interativa. Nesta concepção, o sujeito ainda tem uma essência interior, mas que é formado e modificado pelas relações do indivíduo com diversos mundos culturais exteriores e as diversas identidades presentes nesses mundos. Durante esse processo, os indivíduos internalizam os valores e significados de determinada cultura, tornando-o parte de si mesmo, alinhando os sentimentos com as posições sociais que ocupam no mundo social e cultural, de forma que a identidade costura o indivíduo à estrutura.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão 'mudando'. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não solvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora' e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades' objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais,

tornou – se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006, p. 12).

Neste sentido, nasce a identidade do sujeito pós-moderno, onde a identidade é definida historicamente e não biologicamente, formada e transformada continuamente pelas formas que somos representados e interpelados nos sistemas culturais. Assim, os sujeitos assumem diferentes identidades em diferentes momentos, identidades essas, que podem ser contraditórias deslocando o centro das identidades constantemente, na medida que a era da modernidade tende a se ressignificar e se multiplicar constantemente, as identidades também se multiplicam, se ressignificam e se deslocam. As identidades são múltiplas que se completam ou se negam no mesmo indivíduo.

Para Marx e Engels (1973, p. 70 apud HALL, 2006, p. 14), a modernidade é:

[...] o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar.

Desta forma, a sociedade moderna é definida pelas constantes mudanças, rápidas e permanentes, abandonando os modelos de sociedades unificadas, bem delimitadas e permanentes; agora a sociedade se reproduz a partir de si mesma, sendo constantemente descentrada e deslocada a partir de forças exteriores. No mesmo sentido, as identidades são formuladas por múltiplas posições dos sujeitos que possibilitam que suas diferenças se articulem. Para Lacau (1990, p. 40, apud HALL, 2006, p. 17), o deslocamento tem características positivas, ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos.

Para Novaes (1993), é a partir da afirmação e reconhecimento da identidade que um grupo em situação de confronto e de minoria poderá reivindicar a garantia de seus direitos no espaço social e político, compreendendo que a identidade não é algo nato do indivíduo, mas forjada socialmente e culturalmente, que surge no contexto de reivindicação de direitos e reconhecimento historicamente apagados. Assim, a reivindicação dos movimentos identitários surgem para buscar os direitos relegados às identidades reconhecidas socialmente e entendidas como superiores, hierarquizadas a partir de diferenças construídas historicamente e culturalmente sobre os indivíduos. Como as identidades negras, as identidades femininas, as identidades LGBT, as identidades indígenas, essas entendidas como inferiores ao padrão pré-

estabelecido da identidade construída historicamente como a identidade ideal, evoluída, a identidade do homem branco europeu cristão heterossexual.

Segundo Louro (2013, p. 15), [...] aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente; [...] neste processo de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade.

Conforme Novaes (1993, p. 25):

[...] a identidade só pode ser evocada no plano do discurso e surge como recurso para a criação de um nós coletivo (nós índios, nós mulheres, nós negros, nós homossexuais). Este não se refere a uma identidade (igualdade), que, efetivamente nunca se verifica, mas que é um recurso indispensável no sistema de representações.

O conceito de identidade vem para revelar as relações de poder e da cultura presentes no cotidiano dos indivíduos em sociedade, bem como moldam suas performances de ser e viver no espaço sócio-cultural e a garantia ou não de seus direitos.

Para Stuart Hall (1997 apud LOURO, 2013, p. 10) novas identidades sociais tornaram-se visíveis, provocando, em seu processo de afirmação e diferenciação, novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como “política de identidades”.

[...] a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade. Assim, a identidade vista de uma forma mais ampla e genérica é invocada quando “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (GOMES, 2005, p. 41).

Segundo Woodward (1990 apud GOMES, 2005), a identidade é relacional, ou seja, é na relação com o outro que se constrói a identidade de um e do outro, para tanto, é preciso delimitar características que diferenciam o outro, a diferença que se representa por meio da linguagem e por sistemas simbólicos que são representados como forma de exclusão. Neste sentido, entendo que as identidades surgem a partir de um ponto, a diferença, eu sou diferente do outro, o outro não sou eu, nós somos diferentes deles, eles não são nós, essas diferenças só podem ser construídas a partir da linguagem no processo da afirmação e da negação.

Para Louro (2013, p. 15):

O reconhecimento do ‘outro’, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, e não, constroem

os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens.

A partir dessa delimitação, os símbolos e signos que representam o eu ou o outro, delimitam e norteiam o que pode ou não, ser ou pertencer a uma determinada identidade, tornando a identidade como uma produção simbólica, social e ideológica e classificatória.

Woodward (1990, p.41 apud NUSSBAUMER, 2001, p. 02) lembra que:

[...] as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade de outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições.

Nesse sentido, as identidades de gênero são construídas a partir da oposição macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, assim as diferenças construídas a partir da matriz da heterossexualidade constrói os corpos socialmente aceitáveis. Como aponta Bourdieu (2012, p. 20 – grifos do autor):

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente na divisão do trabalho social.

Conforme Nussbaumer (2001), a diferença pode ser construída de forma negativa a partir da exclusão, mas também pode ser entendida como a celebração da diversidade como é o caso dos movimentos que tentam resgatar as identidades sexuais, a fim de ressignificar os constrangimentos impostos pelo binarismo da heterossexualidade e da homossexualidade. Para esta autora, identidade e diferença são inseparáveis, uma vez que, a relação de identidade e diferença é um dos dispositivos que possibilitam classificar os indivíduos, trazendo à tona as relações de poder presentes na cultura, esta por sua vez delimita as fronteiras para assim manter a ordem social a partir do padrão heterossexual. Desta forma, é preciso analisar quais ou qual grupo identitário está dentro ou fora da fronteira, compreendendo que esta ordem social irá

sempre privilegiar este ou aquele grupo identitário. Poder definir a identidade por meio de marcadores de diferença apresenta conexão com relações de poder.

O poder de definir a identidade e marcar a diferença, está em conexão com as mais amplas relações de poder: ‘a identidade e a diferença, não são, nunca, inocentes’[...] onde existe diferenciação há também o poder e uma série de processos que se encarregam de traduzir essa diferenciação: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”). A mais importante forma de classificar é aquela que se organiza em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Nelas, um dos termos é sempre privilegiado. Assim, questionar a identidade e a diferença significa problematizar esses binarismos (NUSSBAUMER, 2001, p. 03).

É preciso repensar como as diferenças são construídas e atribuídas aos indivíduos ou como estas influem nas suas capacidades e direitos de ser. Não se trata de inviabilizar as diferenças ou negá-las, mas sim de repensar os *status* sociais, políticos, econômicos em que essas diferenças vêm sendo usadas para privilegiar um grupo em detrimento do outro, conscientizando os indivíduos sobre as relações de poder estabelecidas nas interações entre os diferentes, incluindo e excluindo as pessoas de forma a negar os seus direitos básicos e essenciais à dignidade humana, até mesmo ao seu apagamento, silenciamento e negação de sua existência.

#### **1.4 “Que seria do sim Sem o talvez e o não”: performance e linguagem**

As performances de linguagens, do gênero e de identidades sexuais, são construções discursivas do ser que perpassam pelo campo da aceitação e da negação, da inclusão e da exclusão, uma relação de confronto, de disputa que dependem um do outro para se afirmar socialmente. Existe um modelo que expressa o padrão ideal, mas para afirmar esse modelo é preciso que haja outro para ser comparado a este, o modelo errado, desviante, feio, incompleto, que deve ser evitado.

A partir das análises discutidas anteriormente, podemos compreender como as identidades atribuídas ao homem ou à mulher, em suas relações com a identidade de gênero, podem e sofrem alterações de acordo com os interesses do seu tempo histórico e sua cultura; e são reafirmados a partir da linguagem e outros dispositivos discursivos, como a igreja, a escola, a família, entre outros, como nos aponta Foucault (1999); e não como algo naturalizado, onde essas diferenças de papéis e funções são fatores determinantes do sexo biológico ou anatômico.

Compreendo que a linguagem é um produto social-histórico, que é capaz de classificar, delimitar, constranger, manipular, controlar, incluir e excluir as identidades a partir de determinadas características e padrões pré-estabelecidos. Um destes padrões é o padrão da heterossexualidade, que impõe não apenas as formas de exercer a sexualidade, mas as performances dos corpos, ou seja, as identidades de gênero e as identidades sexuais são delimitadas e norteadas pelo padrão heterossexual.

As performances de gênero e sexuais são definidas por dispositivos discursivos através da linguagem, que naturaliza os corpos por meio do sexo biológico; ou seja, a partir do nascimento: se a criança nasce com a genitália macho deverá seguir determinados comportamentos, exercer determinada performance, como não mostrar sensibilidade, falar grosso, andar de peito nu, demonstrar força física através da violência, etc.

[...] entender a identidade como uma prática [...] significativa é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística (BUTLER, 2003 apud BORBA, 2013, p. 35).

É preciso repensar como são construídas as performances das identidades de gênero e das identidades sexuais, ou seja, como cada indivíduo percebe e identifica-se com seu corpo não apenas por seu sexo anatômico e para além do construto histórico-social. Abandonando o discurso naturalizante que permeia as questões da sexualidade e das identidades sexuais reconhecidas ou negadas socialmente, conforme já apontado por Louro (2000), tal concepção se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. Assim, é necessário analisar como onde e por quem são construídas essas performances das identidades em torno da sexualidade, compreendendo que a performatividade serve como um regulador e ao mesmo tempo uma forma de afirmar as performances estabelecidas para os gêneros e reconhecidas pela linguagem, assim, performance, performatividade e linguagem estão indissociáveis de um para o outro (BORBA, 2013).

A construção das identidades sexuais não está diretamente ligada às questões naturais do sexo biológico, ao contrário, são fruto dos processos linguísticos, culturais, religiosos, econômicos e políticos, regulamentados pelas performances e reconhecidos pela performatividade estabelecida socialmente. Para Louro (2013) as identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais, que são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade e da cultura que estão inseridas.

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por fim, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência,

esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância (LOURO, 2013, p. 14).

Assim, as performances linguísticas são carregadas de intencionalidade, de sentidos, de normas que fazem parte de uma relação de poder em uma determinada cultura, para a delimitação das identidades de gênero e sexuais que são capazes de tornar o corpo elegível ou não. É uma prática social discursiva, que torna as identidades, em todos os seus aspectos, legítimos ou não.

A partir de dispositivos discursivos, a sociedade do século XIX e XX conseguiu disseminar entre as massas uma eclosão de verdade condicionada politicamente, determinada em detalhar o que não dizer, o que não ser, afirmar o que não existe, naturalizar as relações do prazer e do desejo sobre o sexo, afirmando ou negando as identidades sexuais, reconhecendo a existência apenas ao modelo “ideal”, a identidade heterossexual, a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003).

Desta forma, pensar as identidades sexuais é pensar o modelo que exclui e nega sua existência, o modelo heteronormativo, que dita as formas de ser e estar do sujeito sexual; reconhecendo apenas as relações heterossexuais bem como as performances de gênero em sincronia com o sexo biológico; negando toda e qualquer outra forma de manifestação da sexualidade, seja afetiva ou na busca pelo reconhecimento da identidade sexual.

Compreendemos por heterossexualidade a relação de pessoas de gênero opostos, homem e mulher, no sentido das imposições sociais do comportamento e do ser.

Os seres humanos podem legitimamente se interessar sexualmente pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou ainda por ambos os sexos. Serão, respectivamente, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Esse interesse pelo/a outro/a pode desencadear afetos (amor, amizade, carinho), mas pode limitar-se ao contato corporal. Como, no entanto, nos é ensinado em nossa cultura, sobretudo pelas religiões, que o desejo sexual não deve existir desvinculado de algo “maior”, reprimimos aqueles sentimentos que julgamos não estarem de acordo com esse destino elevado (apaixonar-se, casar-se, ter filhos) (JESUS et al, 2008, p. 36).

Devido à negação por parte da regulamentação do sujeito sexual, através do padrão da heterossexualidade compulsória, os movimentos feministas e LGBT, trazem à tona essa discussão da construção das identidades sexuais, e a luta pelo reconhecimento das novas identidades, trazendo propostas de construção dos sujeitos sexuais e ainda as diversas maneiras de se viver a sexualidade fora do padrão tido como comum, sem serem consideradas anormais, assim, as identidades sexuais vem para romper com os padrões pré-estabelecidos.

Em termos globais, multiplicam-se os movimentos e os seus propósitos: alguns grupos homossexuais permanecem lutando por reconhecimento e por legitimação, buscando sua inclusão, em termos igualitários, ao conjunto da sociedade; outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque as dicotomias masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira (LOURO, 2004, p. 37).

Não se deve pensar nas identidades sexuais e nas identidades de gênero apenas como uma construção socialmente imposta, que delimita e marca territórios, onde os indivíduos podem ou não habitar, mas sim refletir sobre as interfaces que influenciam essa construção, a delimitação desses espaços, dos comportamentos, das performances e das identidades “normais” ou “anormais”, analisando a significação da materialização dos corpos como uma dinâmica de poder e as formas que governam esse efeito, desta forma deve-se refletir quais os meios utilizados para tornar o sexo e o corpo como algo material e concreto (BUTLER 2000).

[...] podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente ‘natural’ nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. (LOURO, 2000, p. 06).

Pensar o sexo, o corpo, o gênero, a sexualidade, as performances de linguagem identitárias dentro do contexto social-histórico, que os produz e os tornam verdades, que os naturalizam e os utilizam como forma de comparar, dividir, separar e controlar os corpos e seus significados, incluindo e excluindo os indivíduos, tornando os legítimos ou ilegítimos é fundamental no entendimento da amplitude da sexualidade humana e de todos os seus desdobramentos.

Nesse sentido, no próximo capítulo, farei uma análise dos estudos Transgênero com relação à inclusão ou exclusão dos corpos que transgridem as normas e performances do padrão binário da heteronormatividade compulsória, e quais os sentidos atribuídos a esses corpos socialmente.

## 2. DIABA: TRANSGÊNERO X TRAVESTI X TRANSEXUAL

*Muito prazer  
Eu sou o oitavo pecado capital  
Tente entender  
Eu sempre fui vista por muitos como o mal  
Não consegue ver  
Que da sua família eu sou pilar principal?  
Possuo você, possuir você*

*Sua lei me tornou ilegal  
Me chamaram de suja, louca e sem moral  
Vão ter que me engolir por bem ou por mal  
Agora que eu atingi escala mundial  
Navalha debaixo da língua  
Tô pronta pra briga  
Navalha debaixo da língua  
Diaba*

*Não sou nova aqui  
Não te peço licença  
Sua permissão, nunca fez diferença  
Como toda educação  
Foda-se sua crença.*

**Urias.**

Nenhum ente sobrenatural ocupou tanto no imaginário da cultura ocidental como o Diabo. E foi, sobretudo, na literatura medieval que sua representação chega ao ápice tendo sua imagem utilizada de forma tão distinta pelos mais diversos autores. Segundo Silva (2012, p. 257), “até a Idade Média se desenvolvem uma série de textos não canônicos acerca das Legiões de Demônios e do Apocalipse. Com o passar do tempo, pensadores da Igreja Católica como Eusébio, Cipriano e Tertuliano começam a se preocupar e escrever sobre o Diabo”. O Diabo de Dante Alighieri, em “A divina comédia”, de 1472, não é o mesmo pensado por Goethe em “Fausto”, publicado em 1808, de autoria do escritor alemão Johann Wolfgang Von Goethe. E isso também se evidencia em diversos outros autores que dedicaram parte de sua obra a ilustrar essa “figura do mal”.

Assim como a concepção religiosa do diabo foi se alterando com o decorrer dos tempos, o condenado que habita as páginas da literatura, sempre

inexorável, dá mostras de migração figurativa. Em outras palavras, com a mudança do homem, que concebe ou pensa o diabo, altera-se, em proporção semelhante, também o maligno. E assim como o homem, mudado e mutante, o tihoso reconfigurado continua a ser retratado pela literatura, como não poderia deixar de sê-lo (LEOPOLDO, 2012, p. 87).

Diaba seria então o feminino do diabo, mas como pensar em masculino e feminino para entes assexuados? Seriam mesmo entes sem sexo, onde o padrão binário macho/fêmea – masculino/feminino, anjo/anja também travam lutas para definir a supremacia dos primeiros em relação as segundas? Essas são questões para os teólogos. Neste trabalho apenas evidenciamos que diaba seria uma tentativa da cantora Urias em demonstrar como a sociedade ocidental tem concebido as identidades trans, demonizando-as, negando suas existências, mesmo que essas sempre tenham estado presentes na construção da sociedade, e reforça o pensamento de resistência para sua existência ao afirmar que ainda que se negue sua vivência, seu corpo e sua experiência, a pessoa trans está pronta para lutar pelo seu direito de existir.

A construção dos corpos trans como malignos, sujos, impuros, falsos, criminosos, fazem parte de um processo de construção do ideal social, de uma identidade que represente a unidade entre corpo e alma, entre o homem e deus, e nesse sentido, atribui-se a identidade do homem branco, atlético, jovem, burguês, a identidade ideal, criando características que são lidas e entendidas como pertencentes ao corpo ideal e na contramão estipulando características que não fazem parte dessa identidade, assim todas as outras identidades devem procurar se aproximar desse modelo, devem procurar possuir tais características e negar as características que não façam parte desse modelo ideal. Esse modelo hierarquiza as características e as identidades dentro de determinada cultura e tempo, assim, aqueles que não se encaixam nesses modelos e não demonstram interesse em tentar se encaixar serão endemoniados, criminalizados, negados, excluídos, marginalizados e silenciados.

Existe uma negação por parte do padrão binário em reconhecer a multiplicidade das identidades de gênero, construindo padrões e performances sobre os corpos a partir do genital de nascimento, condicionando as identidades de gênero ao genital de nascimento sem considerar a capacidade humana de transformar a natureza conforme suas relações e interações com a cultura e o meio em que estão inseridos. Essas normas possibilitam a naturalização dos corpos, do sexo e das identidades de gênero, lidas e entendidas socialmente como apenas a identidade de gênero masculina/homem, atribuída ao sexo macho e a identidade feminina/mulher, atribuída ao sexo fêmea a concepção binária de gênero criada e mantida pela heterossexualidade compulsória, que delimita as identidades de gênero apenas relacionada ao genital de nascimento, negando, demonizando, fantasiando, qualquer outra forma de

manifestação de identidade de gênero que não siga rigorosamente a performatividade estabelecida para essa identidade obedecendo a compulsão sexo(genital) gênero e prazer.

Entretanto ao reconhecermos a capacidade humana de transgredir as regras estabelecidas sobre si e sobre os outros surgem as identidades de gênero Transgênero ou Gênero Divergente, que são indivíduos que não se identificam com os padrões, comportamentos, desejos e performances pré-estabelecidos a si a partir do sexo biológico ao qual nasceu pela heterossexualidade compulsória e reivindicam pra si o direito de opinar e escolher as performances e características desejáveis aos seus corpos, e os direitos de serem diferentes dentro da sociedade, revelando o caráter histórico cultural e social da construção da identidade heterossexual binária e as relações de poder presentes nessa hegemonia binarista e compulsória.

Assim, neste capítulo, busco debruçar-me sobre os conceitos e preconceitos presentes na constituição das identidades de gênero transgênero, bem como a desconstrução do pensamento hegemônico binário da heterossexualidade compulsória que atribui sentido aos corpos de forma essencialista escondendo as relações de poder que lhes atribuem direitos exclusivos às identidades reconhecidas socialmente.

## **2.1 “Eu sempre fui vista por muitos como o mal”: transgênero**

O sexo sempre esteve presente na construção do ser humano, as identidades sexuais são os pilares da construção das famílias, da cultura e da sociedade, de forma ilusória, a sociedade burguesa detentora do poder econômico do século XIII e XIX, criaram discursos capazes de condicionar o sexo ao privado, ao corpo, de demonizá-lo, relegando sua função apenas para as relações heterossexuais à fins de reprodução, construindo seus sentidos e valores atrelados a concepção da reprodução humana e constituição familiar como um destino divino, valores estes utilizados para organizar e hierarquizar a sociedade conforme um modelo, o modelo binário da heterossexualidade compulsória.

Esse modelo binário imposto pela heterossexualidade compulsória reconhece apenas duas identidades sexuais e de gênero, que são: a identidade masculina, atribuída a pessoas cujo órgão sexual de nascimento é o pênis, e a identidade feminina, atribuída a pessoas cujo órgão sexual de nascimento é a vagina, ambos respectivamente considerados socialmente como homens ou mulheres.

Ao se reconhecer apenas essas duas identidades de gênero condicionadas ao fator biológico, sexo de nascimento, nega-se toda a pluralidade humana, bem como sua capacidade de reconstruir e ressignificar a natureza, apenas com o intuito de privilegiar uma identidade em detrimento de outra, nesse sentido a identidade heteronormativa. Ao privilegiar a identidade

binária heterossexual nega-se a existência e manifestação de qualquer outra identidade que não seja a reconhecida, isso significa que essas identidades não existem?9 Pelo contrário, essas identidades são lidas e entendidas como transgressoras, como pecaminosas, como feias, depreciáveis e devem ser excluídas, evitadas e se possível exterminadas.

Observamos no desenrolar do capítulo anterior a construção do modelo binário de classificação e reconhecimento da identidade de gênero, essa construção a partir do padrão da heteronormatividade compulsória, ao qual, compulsoriamente estabelece a identidade sexual e de gênero dos indivíduos a partir do sexo biológico ao qual nasceu, cria e reconhece apenas os comportamentos, desejos e performances social e culturalmente estabelecidos em determinado tempo e lugar para cada sexo, exemplo, sexo macho, órgão genital pênis, identidade sexual hétero, identidade de gênero masculino; a partir desta designação fixa e imutável, se preconiza determinados comportamentos, desejos, vestimentas, performances, que representem a identidade de gênero masculina; o mesmo acontece com o gênero feminino exclusivamente construído e designado para o sexo fêmea.

Nesse sentido, o padrão binário da heterossexualidade compulsória reconhece apenas duas identidades de gênero, feminino e masculino, estes respectivamente condicionados ao sexo macho e fêmea, negando qualquer outra forma de manifestação de identidade de gênero, ou seja, qualquer comportamento, desejo, ou performance que não tenha sido previamente aprovada para o indivíduo e seu sexo. A partir desta negação do padrão binário, surge as identidades de gênero Transgênero ou Gênero Divergente, que são indivíduos que não se identificam com os padrões, comportamentos, desejos e performances pré-estabelecidos a si a partir do sexo biológico ao qual nasceu.

A palavra transgênero (do latim trans = do lado oposto, além) conceitua e descreve o comportamento da pessoa gênero divergente, isto é, aquela cuja identidade e ou expressão de gênero apresenta algum tipo de divergência, conflito ou não conformidade com as normas socialmente aceitas e sancionadas para a categoria de gênero em que foi classificada ao nascer (LANZ, 2015, p. 69).

A partir desse entendimento, compreende-se que qualquer pessoa que descumpra as regras impostas ao sexo biológico e à performance dessas regras, será considerada uma pessoa transgressora de gênero, gênero divergente, que diverge do gênero ao qual lhe foi imposto, incluindo as relações erótico afetivas, questões de orientação sexual, por esse motivo, as pessoas transgênero foram, e infelizmente ainda são confundidas e classificadas como homossexuais.

Esta visão equivocada das pessoas transgênero, se consolidou a partir do processo de conceitualização das Identidades Transgênero, por parte de intelectuais acadêmicos, médicos,

psicólogos, sociólogos etc; como o caso do neurologista Carl Friedrich Otto Westphal (1833-1890), ao publicar um artigo intitulado “Contrary Sexual Feeling”, em 1870, ao qual apresentava dois estudos envolvendo um homem e uma mulher que se transvestiam e os classificou como o que mais tarde seria conhecido como homossexualidade, entretanto, o principal responsável pela patologização de comportamentos considerados gênero-divergentes, foi Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902), o qual estudou e classificou três casos de pessoas transgênero e as classificou como patológico, fetichismo e doença mental, na sua seção sobre homossexualidade (LANZ, 2015).

A identidade é relacional, social, individual e cultural, é ainda, imposta ou aceita, produzida e reproduzida, internalizada e externalizada, é política, cultural e juridicamente delimitada. Nesse sentido, vários cientistas procuraram explicar as construções das identidades de gênero, a partir do viés biológico ou social, sem considerar a capacidade humana de se reconhecer e de transgredir as normas historicamente impostas e atribuídas às identidades de gênero, como nos mostra Lanz (2015, p. 334):

O CASO DAVID REIMER: David Peter Reimer (22-08-1965/05-05-2004) nasceu biologicamente macho, mas, após seu pênis ter sido seriamente injuriado por um procedimento de remoção do prepúcio, o menino foi criado como menina, de acordo com o conselho médico e acompanhamento do Dr John Money. O caso Reimer foi amplamente divulgado na época como um experimento bem sucedido, que provava que a identidade de gênero é aprendida socialmente. Contudo, por volta dos 10 anos, o jovem Reimer, que então respondia pelo nome de Brenda, passou a mostrar enorme resistência em se identificar como mulher, terminando por passar a viver como homem quando completou 15 anos. Em 1998, o jornalista John Cola Pinto veio a público com a história de David Reimer como forma de ajudar a desencorajar práticas médicas semelhantes. Seu artigo *The True Story of Jhon/Joan*, publicado na revista *Rolling Stone*, foi mais tarde transformado no bestseller *As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised As A Girl*. Em 2004, depois de graves crises de depressão, instabilidade financeira e um casamento conturbado, David Reimer acabou cometendo suicídio. O caso Reimer comprometeu séria e definitivamente a carreira e a reputação de John Money que, a despeito das suas inúmeras contribuições aos estudos de gênero e sexualidade, acabou caindo em total descrédito, até morrer no mais profundo ostracismo, em 2006.

Enquanto Money tentava explicar a identidade de gênero a partir da construção social, ou seja, as construções e delimitações de gênero impostas aos indivíduos seriam determinantes na construção e aceitação da identidade de gênero das pessoas, o pesquisador Robert Stoller, procurou explicar as identidades de gênero a partir da condição biológica, vindo a fracassar nessa tentativa e se retratar devido ao caso Agnes, ao qual utilizou para explicar a transexualidade por fatores genéticos.

O Caso Agnes: era filha caçula de uma família operária católica. Seu pai, mecânico, morreu quando ela tinha oito anos e a mãe continuou a trabalhar em uma fábrica de componentes de avião. Aos doze anos, Agnes começou a feminizar seu corpo usando pílulas de estrogênio, obtidas da mãe que havia se submetido a uma histerectomia. Aos 17 anos, ela estava vivendo full time como mulher. Ela foi testada em Portland, Oregon, para comprovar se possuía cromossomos XY, mas não foram encontrados nem útero nem tumor, hipótese em que ela também poderia produzir estrogênio. [...] Em busca de obter ajuda para fazer sua cirurgia de transgenitalização, ela acabou chegando ao Dr Robert Stoller, do Centro Médico da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. [...] se recusava a ser tratada como transexual e muito menos como homossexual. Stoller e seus colegas chegaram a discutir se ela tinha ingerido estrogênio, mas acabaram se convencendo de que ela era realmente uma fêmea biológica, portadora da “síndrome de feminização testicular” foi encaminhada para a cirurgia de reaparelhamento genital não como transexual, mas como uma pessoa intersexuada, numa época em que tal cirurgia era terminantemente negada às transexuais. A cirurgia foi feita em 1959 por uma equipe de médicos ligados a Stoller (LANZ, 2015, p. 335).

Agnes se apresentou como uma mulher e afirmava insistentemente que não fazia uso de hormônios para feminilização do seu corpo, o que levou os médicos da época a crerem que a mesma sofria de uma condição rara entendida como a síndrome de feminização que era entendida pelo saber médico à época, como uma síndrome capaz de produzir hormônios femininos ao invés de masculino, o que a fez ser aprovada para a cirurgia de redesignação sexual que era proibida naquela época até mesmo para pessoas intersexuais, que possuíam os dois órgãos genitais, entretanto após a cirurgia e com a impossibilidade de continuar tomando os hormônios Agnes passou a apresentar diversos problemas na sua recuperação, o que a levou a revelar a verdade sobre o uso de hormônios femininos desde sua adolescência.

[...] em 1963, ele apresentou suas descobertas no Congresso Internacional de Psicanálise em Estocolmo. Garfinkel incluiu um extenso capítulo sobre Agnes em sua obra pioneira sobre Etnometodologia, de 1967. Contudo, infecções pós-operatórias levaram ao fechamento parcial da vagina, perda de peso, redução no tamanho dos seios e imprevisíveis alterações de humor de Agnes, que passou a ter sérios problemas com o namorado em 1966, diante do agravamento desses problemas, Agnes acabou confessando que havia tomado estrogênio, o que levou Stoller a duvidar das suas próprias teorias e terminasse se retratando de suas descobertas no Congresso Internacional de Psicanálise de 1968, em Copenhague (LANZ, 2015, p. 335).

O que se mostra nesses casos é a insistência da ciência em provar a identidade de gênero, no caso de Money tentando condicionar a identidade de gênero apenas pelo viés social, uma imposição sobre os corpos, como comumente se faz pelo pensamento da heterossexualidade compulsória, na contramão do pensamento de Stoller que tentou explicar a identidade de gênero apenas pelo viés biológico, ambos vindo a fracassar, uma vez que os mesmos isolam fatores sem

considerar o todo, e principalmente a capacidade humana de intervir sobre o meio ao qual está inserida e transformar e ressignificar seus saberes a cultura que estão inseridos, dando novos sentidos a si e aos outros.

Para Weeks (2013, p 70-71), várias ênfases sobre a identidade podem ser traçadas:

41. A identidade como destino. Esta é a suposição por trás da tradição essencialista [...] ela sustenta frases tais como “biologia é destino”. Supõe que o corpo expressa alguma verdade fundamental. Mas, como vimos, tais postulados têm, eles próprios, uma história. Tudo o que sabemos agora sobre sexualidade põe em questão a ideia de que há um destino sexual predeterminado, baseado na morfologia do corpo; 2. A identidade como resistência: para os teóricos sociais dos anos 1950 e 1960, que primeiro colocaram em pauta, de forma explícita, a questão da identidade, ao falar de “crises de identidade” [...], a identidade pessoal, grosso modo, equivalia à individualidade, a um forte sentido de si, o que era alcançado através de luta contra o peso da convenção social. Para as “minorias sexuais”, chegadas a uma nova consciência de sua separação e individualidade [...]. Como afirmou Plummer, os processos de categorização e auto categorização (isto é, o processo de formação de identidade) podem controlar, restringir e inibir, mas simultaneamente oferecem conforto, segurança e confiança; 3. A identidade como escolha: Isso nos leva à questão do grau em que as identidades sexuais, especialmente aquelas estigmatizadas pela sociedade mais ampla, são, no final, escolhas feitas livremente.

Para Lanz (2015, p. 40), gênero não existe na natureza. Ao contrário do sexo, que pode ser considerado como uma produção da natureza, o gênero é uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época. Trata-se de características, funções, atitudes, direitos jurídicos e políticos que são atribuídos aos indivíduos conforme seu sexo biológico de nascimento, ou seja, cria-se duas categorias sociais entendidas como homem e mulher a partir da categoria anatômica macho e fêmea, de forma a naturalizar a criação do homem e da mulher socialmente aceitáveis.

Entretanto como observamos nos capítulos anteriores, algumas autoras feministas entendem que assim como o gênero, o sexo também é um produto social e histórico, ou seja, é a partir do meio social e da cultura que o sexo pode ser evocado no corpo e dar sentido as experiências e performances dos indivíduos em determinado espaço e tempo. Por este motivo, surge o movimento transfeminista, ou feminismo transgênero, ao qual entendem que mesmo a mais nova onda do feminismo não é capaz de superar a essencialidade das discussões do sexo-gênero, que ainda servem para justificar a prática de opressão sobre quaisquer pessoas que vivem o corpo forma das normas binárias homem/pênis e mulher/vagina (JESUS, 2014).

Nesse sentido, as identidades sexuais e de gênero têm sido, até então, pensadas a partir do viés essencialista, ou pelo viés construcionista, que entende o gênero como uma produção

social mas que ainda relega ao sexo uma essência natural, que impõe as identidades de gênero como um destino predeterminado pela morfologia do corpo, ou seja, pelo órgão genital ao qual a pessoa nasce, possibilitando a criação de um sistema binarista que reconheça e legitime apenas a identidade de gênero masculino e a identidade de gênero feminina, criando uma subordinação morfológica do gênero ao sexo condicionados historicamente (JESUS, 2014).

A incapacidade da categoria gênero para ler a sexualidade e a visão essencialista do feminismo em relação ao sexo são as principais acusações que se tem feito ao feminismo para justificar a separação entre as categorias gênero e sexualidade em campos de estudo apartados, deixando a primeira como específica da teoria feminista, e a segunda para os chamados estudos gays e lésbicos e também posteriores estudos queer (CARVALHO, 2014, p. 75).

Nesse sentido o movimento transfeminista passa a repensar o sujeito sexual como um sujeito político, moldado pelas constituições do que é ser mulher ou o que é ser homem, gênero, criticando as relações de poder que são instauradas na construção do corpo. Junto ao movimento feminista surge também o movimento Gay, reconfigurando os saberes sobre as funções, desejos e atribuições da sexualidade dos indivíduos, mais tarde vindo a se tornar o movimento hoje conhecido como movimento LGBT, na luta pelo reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos plenos e na desconstrução de preconceitos e estigmas impostos pela hegemonia da heterossexualidade compulsória.

O movimento GLS (de Gays, Lésbicas e Simpatizantes), atendendo as reivindicações da identidade lésbica que pleiteava maior visibilidade, iniciando a sigla do movimento. A partir disso, discutiu-se a inclusão de bissexuais e travestis. Depois, a inclusão da letra “T” para designar transgêneros, identificados assim travestis e transexuais numa mesma letra. Chegou-se a conhecida sigla LGBT que mais tarde, já na década de 2000, as críticas das travestis ao “transgênero” distinguiram o “T” como sendo travestis e transexuais (LGBTT). Atualmente, é comum falarmos em movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ainda que a sigla mais usada continue sendo a LGBT (SARAIVA, 2014, p. 51).

Entretanto, é preciso compreender que transgênero não é uma identidade de gênero, mas sim um termo genérico para pessoas ao qual a identidade de gênero, expressão ou comportamento de gênero não se conformam com o que é imposto a categoria de gênero que foi designada ao seu órgão genital de nascimento.

As identidades de gênero transgênero são quaisquer identidades que rompam com o binarismo heteronormativo, atuando de forma a resistir aos princípios organizadores dos modelos tradicionalistas essencialistas que institui o gênero masculino e feminino ao sexo biológico. Entre as pessoas transgênero existem várias categorias, entretanto iremos trabalhar

nesse trabalho apenas duas, a categoria das travestis e a categoria dos/das transexuais, sendo a primeira uma categoria de identidade que apesar de escolher as performances femininas, transformando seu corpo através do uso de hormônios e silicone, criam uma nova identidade de gênero, nem homem nem mulher mas com uma identidade feminina, transitam entre a norma e se reconhecem como travestis, enquanto que a segunda, as transexuais além de escolherem as performances femininas adotam também a categoria binária de mulher, ou seja, se reconhecem e exigem o direito de serem enquadradas na distinção de mulher.

Esses movimentos surgem à repensar os discursos construtores do sexo, para além da concepção essencialista da heterossexualidade compulsória, que o analisam apenas como um atributo natural sem considerar que uma parte do sexo é também construída socialmente, assim, o gênero se vale da construção do sexo para se materializar nos indivíduos através dos discursos performáticos, ou seja, a partir da construção do sujeito sexual é possível definir e delimitar quais características, desejos, vestimentas e posições sociais os indivíduos devem seguir.

O movimento LGBT rediscutiu a questão sexual-afetiva, que é imposta pela heterossexualidade compulsória a partir da obrigatoriedade das relações macho/fêmea homem/mulher, e reconhecendo essa relação como única e verdadeira, sendo legitimada pela cultura, pela igreja, pela família, pela escola e pelas leis. Outra discussão é relacionada aos corpos e o sexo (biológico), que tange a sigla “T”, das pessoas transgênero (travestis e transexuais), ao qual discutem a imposição binarista da heterossexualidade compulsória com relação as performances de gênero em concordância com o sexo de nascimento, dessa maneira os estudos transgênero rompem com o padrão social do sexo=gênero, entendendo ambos como construções sociais, históricas e hierarquizadas.

O “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas [...]. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER 2013, p. 154).

Segundo Lanz (2015), é preciso lembrar que, gênero até a década de 1960 não passava de uma classe linguística usada para distinguir do contraste entre masculino, feminino e neutro, ou seja, gênero não tinha um conceito e muito menos era considerado uma unidade de sentido sociocultural. Somente no ano de 1986, a historiadora e pensadora feminista Joan Scott chama a atenção para a necessidade de se pensar o conceito de gênero como uma unidade de sentido

política e histórica, com seu artigo intitulado de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.

Gênero é uma instituição jurídica, portanto de natureza social, política e cultural, que a sociedade estabelece em função do sexo genital, portanto um dado da natureza do qual se utiliza para naturalizar-se, isto é, para obter uma suposta sustentação natural para os papéis e normas de conduta que obriga as pessoas a seguir compulsoriamente. O gênero, artificial, se vale do sexo, natural, para naturalizar-se. Por causa dessa naturalização, questões de gênero e questões de sexo (orientação sexual), são ostensivamente, tratados, na prática, como sendo uma única só coisa. Gênero é também a instituição jurídica que dá suporte a todo o arcabouço sociopolítico e cultural da sociedade. E juridicamente, como sabemos, só existem duas categorias de gênero, homem e mulher, ou masculino e feminino. Quando nasce, cada pessoa é automaticamente inscrita em uma delas, única exclusivamente em função do seu sexo genital, de macho ou de fêmea. A peça jurídica que configura tal inscrição é a Certidão de Nascimento. (LANZ, 2015, p. 41).

Somente a partir desse entendimento, do gênero como uma unidade de sentido, torna-se possível, desvelar as relações de poder imbricadas na construção das identidades de gênero a partir da heterossexualidade compulsória que institui o dispositivo binário de gênero, homem e mulher/masculino e feminino; cada qual determinado a partir do sexo biológico ao qual nasceu, reconhecido culturalmente e sancionado juridicamente.

A partir destas delimitações, criam-se mecanismos, dispositivos capazes de condicionar verdades sobre o sujeito sexual através de seu sexo biológico de nascimento, naturalizando performances, deveres, posturas, desejos, papéis e normas de conduta a cada determinado sexo, macho ou fêmea. Essa naturalização acaba por tratar as questões do sexo como as questões do gênero como sendo uma só, e na verdade não são.

Sexo refere-se tão somente às diferenças genéticas, fisiológicas e anatômicas entre a genitália do macho e da fêmea das espécies sexuadas, entre as quais a espécie humana está incluída, enquanto gênero é um dispositivo de controle social instituído com base em normas de conduta culturais, políticas, jurídicas, etc. (LANZ, 2015, p. 40).

O sexo é usado para inscrever as pessoas em determinada categoria, ou seja, sexo macho categoria masculino/homem, sexo fêmea categoria feminina/mulher, essas duas categorias são rigorosamente regulamentadas e institucionalizadas pela cultura, pela política e pelo poder judiciário, que institui as normas de conduta para todas as dimensões da vida dos indivíduos, do nascimento a morte, construído dentro do dispositivo normatizador binário de gênero.

O corpo é um espaço de disputa política, cultural, histórica e de direitos, as disputas de ideologias que se afirmam nos corpos entre dicotomias mente e corpo, sexo e gênero, fazem

parte de um jogo discursivo de manutenção das verdades sobre o corpo. É necessário pensar os corpos, o sexo, o gênero em suas relações entre si, entre os outros, entre a cultura e as leis, entre a educação formal e informal, entre os movimentos sociais e políticos, entendendo que o gênero e o sexo são construções diárias, reafirmadas dia a dia através das performances adotadas por cada um.

A famosa frase de Simone de Beauvoir, de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, bem caracteriza a questão do gênero e pode ser utilizada para nos introduzir à discussão sobre a população trans(gênero), *que tal como os ditos homens e mulheres cis(gênero)*, vivem a construção de suas identidades de gênero no dia a dia (por mais que não percebam) (JESUS, 2014, p. 08 Grifo da Autora).

É preciso compreender que o gênero e o sexo são construções infinitas, ou seja, todos os dias as pessoas estão construindo seus corpos, seja por representações e performances, seja pela incorporação dos discursos e dispositivos de construção do sexo e do gênero ou mesmo pelo olhar do outro, pela relação com o outro. É preciso reconhecer as multiplicidades dos corpos bem como maneiras alternativas de se pensar os corpos o sexo e os gêneros fora do padrão binário pré-estabelecido pela heterossexualidade compulsória.

Segundo Lanz (2015, p. 43 – grifos da autora):

Dentro da concepção de dispositivo introduzida por Foucault o dispositivo binário de gênero pode ser compreendido como um conjunto de normas de regulação e controle baseado em estereótipos, atributos culturais, atitudes, identidades e expressões, papéis, funções e expectativas sociais de desempenho relacionadas a cada uma das identidades “oficiais” de gênero: masculino e feminino ou homem e mulher. Quem transgride o dispositivo binário de gênero torna-se obviamente socio desviante, **gênero-divergente** ou **transgênero**. Por isso mesmo, a pessoa **trans-gressora** da conduta oficialmente estabelecida para a categoria de gênero em que foi classificada ao nascer torna-se uma **de-generada**, palavra que significa literalmente “alguém que perdeu o gênero.

Socialmente, culturalmente e juridicamente só se reconhece e aceitam dois tipos de gênero, masculino e feminino, estes por sua vez, são rigidamente normatizados, ou seja, criam-se normas as quais cada gênero deve seguir para comprovar sua veracidade e existência, para assim, ser reconhecido socialmente, qualquer pessoa que não aceite e siga essas normas pré-estabelecidas, torna-se um transgressor, deve ser excluído, não aceito, marginalizado, corrigido, é o que acontece com as pessoas transgênero, que transgride as normas e regras sociais do gênero.

É necessário compreender que transgênero é um termo nascido pela necessidade de reconhecimento dos direitos das pessoas que não se adéquam às normas e regras sociais,

políticas e jurídicas de gênero, ou seja, pessoas que nascidas com determinado sexo biológico, se portam e assumem uma identidade de gênero diferente da que é atribuída a esse sexo. Nesse sentido, os estudos transgênero reconhecem duas categorias de análise das identidades performáticas de gênero, que são, as pessoas transgênero e as pessoas cisgênero.

Gênero – conjunto das expectativas sociais de desempenho de uma pessoa, fixadas em função do seu sexo biológico. Existem apenas duas categorias de Gênero: MASCULINO E FEMININO ou HOMEM E MULHER. Em termos de conformidade com a categoria de gênero que foi classificada ao nascer. A pessoa é TRANSGÊNERA ou CISGÊNERA. TRANSGÊNERO (TRANS = “negação de” + gênero): diz-se da pessoa gênero não conforme, ou seja, que apresenta algum desvio ou conflito em relação às normas e expectativas sociais de desempenho da categoria de gênero (homem ou mulher) na qual foi classificada ao nascer. CISGÊNERO (CIS = “afirmação de” + gênero): diz-se da pessoa gênero-conforme, ou seja, que vive bem adaptada, sem apresentar nenhum desvio em relação às normas e expectativas sociais de desempenho da categoria de gênero (homem ou mulher) na qual foi classificada ao nascer (LANZ, 2015, p. 76).

Entendemos até aqui, que pessoas transgênero são pessoas que não aceitam a imposição das normas de gênero firmadas ao sexo biológico ao qual nasceu, no sentido contrário a essa questão encontram-se as pessoas cisgênero, que aceitam, se adéquam e vivem de acordo com as normas e regras do gênero impostas ao sexo biológico ao qual nasceram.

Entretanto, percebe-se que as normas idealistas e essencialistas do sexo não são capazes de explicar a pluralidade das identidades de gênero presentes na História da humanidade e violentam qualquer identidade que seja performada a partir do viés hegemônico da heterossexualidade compulsória dentro do padrão binário. Dessa forma, é preciso que se reconheça a diversidade para que todas as pessoas sejam livres para viver quem são sem os restringimentos fisiológicos tidos como verdades naturais e imutáveis que hierarquizam as identidades de gênero (JESUS, 2014).

Se o pessoal é político e se as dimensões pública e privada se confundem, politizar a gama de relações de poder antes reguladas pela retórica da privacidade faz parte da política radical feminista. Neste sentido, questionar a constituição do sujeito da ação política não à negá-lo como possibilidade, e sim estratégia coerente como propósitos de uma democracia radical. Esta constituição, delimitada a todo momento por relações de poder, passa pela própria constituição dos corpos. Se o gênero é uma gama de construções performáticas cotidianas, o ato de constituir-se como sujeito gendrado é uma ação política repleta de significados (CARVALHO, 2014, p. 71).

Assim entendemos que, os modos sociais de ser instituídos a partir da construção da identidade de gênero no padrão heterossexista nada tem de natural, inocente ou particular, mas sim, está envolvido em relações de poder que dividem e hierarquizam os indivíduos, como nos

lembra Nussbaumer (2001), sempre que há delimitação de uma identidade em detrimento da outra as relações de poder tender a beneficiar, favorecer, reconhecer uma e outra não.

Nesse sentido, surge o movimento *queer*, ao qual acreditam que as identidades sexuais e de gênero devem ser abolidas, para esses que adotam a teoria *queer* como um protesto cultural sócio-político contra todas as tipificações e enquadramentos de gênero ou orientação sexual, acreditam que as identidades reafirmam processos de inclusão e exclusão, mantendo assim o *status quo* da heterossexualidade compulsória na hierarquização das identidades. Para Judith Butler (1995), queer é um posicionamento crítico frente às nossas ficções identitárias, é neste sentido que afirma a autora serem as categorias de identidade um erro necessário (CARVALHO, 2014, p. 75).

No outro sentido, o movimento transfeminista, ou movimento transgênero acredita que é possível repensar as identidades para além da hierarquização e subordinação dos sujeitos como um ato de liberdade, a partir do reconhecimento e igualdade de todas as identidades.

Se para aquela essas construções sociais devem ser superadas a partir do reconhecimento de seu papel mutilador na formação de seres humanos plenos, para estas os privilégios e relações de poder estabelecidos impedem, no mundo real, uma superação concreta dos gêneros, porém exige que as diferentes identidades sociais postas sejam igualmente reconhecidas. [...] Particularmente, não considero que os gêneros serão abolidos apenas discursivamente, por textos científicos, artigos ou manifestos. Por isso, advogo, como uns e outros sabem, que as políticas de identidade podem abarcar a diversidade das expressões de gênero, sem hierarquizações. (JESUS, 2014, p. 06-07).

Não pretendo aqui, levantar questionamentos sobre qual teoria deve ser seguida ou não, entretanto, entendendo que ambas se completam e se complementam no combate da hierarquização e manutenção das desigualdades impostas pela identidade da heterossexualidade compulsória, entretanto, como este trabalho aborda a questão das vivências de pessoas transgênero, optei por trabalhar a partir dos conhecimentos criados pelo movimento transgênero e transfeminista, logo, acreditando que as identidades ainda são necessárias para o reconhecimento dos direitos de pessoas não conformes as regras sociais impostas pela heterossexualidade compulsória, entendendo que o problema não está na diversidade das múltiplas identidades, mas na hierarquização feita a partir da identidade ideal estabelecida socialmente, o homem, hétero, judaico-cristão, rico. Lembrando ainda o pensamento de Novaes (1993) que é a partir da afirmação e reconhecimento da identidade que um grupo em situação de confronto e de minoria poderá reivindicar a garantia de seus direitos no espaço social e político.

## **2.2 “Não te peço licença, sua permissão, nunca fez diferença”: patologização: travesti x transexual**

O recente interesse das ciências em explicar, teorizar, conceituar a transexualidade não significa que a transexualidade seja um fenômeno recente, pelo contrário, não são novas identidades por aqui, pessoas transgênero, transexuais, travestis, etc, sempre estiveram presentes na construção das sociedades. A crença científica de que é possível explicar todas as vertentes do comportamento humanos, da construção de suas identidades, sem considerar as individualidades e a multiplicidade humana, leva o discurso médico para patologizar as identidades que não estejam de acordo com o padrão naturalizado historicamente como ideal, correto e natural, o padrão binário homem-mulher/macho-fêmea.

“A patologia é uma ciência que baseia-se no estudo das doenças e seus principais mecanismos. [...] Etimologicamente Pathos: doença Logos: estudo. Estudo das alterações estruturais, bioquímicas e funcionais nas células, tecidos e órgãos visando explicar os mecanismos através dos quais surgem os sinais e sintomas das doenças (TEIXEIRA, 2020, p.6 -7).

O discurso científico dos séculos passados, XIX e XX empenhados em explicar e controlar as relações sociais dos indivíduos criam discursos capazes de transformar a pessoa transexual em uma pessoa doente, que precisa de ajuda, de tratamento, de misericórdia, e para tanto criam-se comportamentos e características que podem identificar uma pessoa transexual ou não, cria-se medidores, e para que esses medidores funcionem é preciso que exista aqueles que não se enquadram, não entram dentro destas características do sujeito doente, que sofre com a divergência do genital biológico com a identidade de gênero, essas pessoas são as travestis, entendidas como pessoas transgressoras, bagunceiras, arruaceiras, que não sofrem mas apenas querem confundir as normas sociais, são lidas e entendidas como marginais. Nesse sentido esse trecho da música, reflete bem o pensamento de algumas pessoas como eu, que acreditam que a crença religiosa, científica, cultural, política não deve ultrapassar os limites das liberdades individuais, da construção das identidades de forma a legitimar ou deslegitimar o ser.

Compreendemos que as pessoas transgênero são pessoas que não se conformam com as normas sociais atribuídas ao sexo biológico ao qual nasceram para a performance de gênero sobre seus corpos, tornando-as transgressoras do gênero, assim, entendemos que a questão transgênero não é uma questão de uma identidade de gênero, mas sim, uma questão de reconhecer as múltiplas identidades de gênero que fogem ao padrão binarista da heteronormatividade compulsória.

Transgênero é o termo utilizado para fazer referência às pessoas que, apesar do sexo de nascimento, não se reconhecem na identidade de gênero correspondente (menina/feminino e menino/masculino); no polo oposto, cisgêneros são as pessoas que apresentam conformidade entre sexo de nascimento e identidade de gênero a ele associada. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 59).

Dentre estas identidades encontram-se, pessoas transexuais, travestis, crossdresser, drag-queens, entre outros. Nessa pesquisa iremos aprofundar um pouco mais sobre a construção das identidades transexuais e travestis.

No que tange a questão das travestis, o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) ou Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM – IV, o travestismo não está relacionado ao gênero mas sim com o desejo de se vestir com roupas do sexo oposto sem caráter contínuo, ou seja, apenas o fetiche de se vestir com roupas do gênero oposto ao sexo biológico de nascimento e não tem necessidade de mudar o corpo nem permanece com a aparência feminina, entretanto, culturalmente muitas travestis não só mantêm a aparência feminina como também fazem uso de hormônios e colocam próteses de silicone a fim de mudarem o corpo para feminilizá-lo de forma permanente. (JORGE; TRAVASSOS, 2018).

A transexualidade, ainda é considerada pelos cânones da medicina e da psicologia como uma doença, sendo catalogada tanto no DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da APA (Associação de Psiquiatra Norte-Americana), cuja quarta edição a transexualidade configurava como “transtorno de identidade de gênero”, sendo que na versão mais recente – DSM V – passa a ser denominada como “disforia de gênero”; quanto no CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados a Saúde, classificação da OMS (Organização Mundial da Saúde). Em sua atual edição (CID 10), a transexualidade está inserida no código F64.0 descrita como “transexualismo” junto ao capítulo V – dos transtornos mentais e comportamentais (OLIVEIRA, 2014, p.87).

Nesse sentido a DSM- V, ainda tentava separar o conceito de Travestis e Transexuais, ou seja, tentava delimitar quem é travesti e quem é transexual, a fim de delimitar o processo de transexualização do indivíduo que claramente não consegue se adequar as normas de gênero atribuídas ao sexo biológico. Este processo de separação se dava pela necessidade da “ciência” em procurar afirmar o que é a transexualidade, normalmente apoiados pelo olhar biológico, tentando confirmar a influência de hormônios femininos em fetos masculinos no período de gravidez, como nas tentativas de se provar a existência do “gene gay” para explicar a homossexualidade, ambos sem êxito (JORGE; TRAVASSOS, 2018).

Temos acompanhado uma obstinada tentativa de “explicar” a transexualidade pela via biológica, que pretende demonstrar que a influência de hormônios antagônicos durante a gestação poderia levar um feto do sexo masculino a se “feminilizar” e também que determinada formação anatômica do cérebro seria diferente em meninas e meninos.[...] poucas décadas atrás, vemos semelhante 9 linha de argumentação, dita científica, pretendendo - sem êxito - situar a origem da homossexualidade no assim chamado Gene gay”(JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 66).

Percebe-se que a ciência do século XX, tinha a necessidade de justificar a existência da transexualidade, da homossexualidade ou de qualquer outra manifestação da sexualidade que fuja as regras do binarismo da heterossexualidade compulsória, de forma a negar insistentemente a diversidade humana, entretanto avanços significativos no reconhecimento das identidades de gênero como múltiplas experiências identitárias, tem feito a ciência e a medicina buscarem métodos de atenderem essa população sem no entanto classificá-las ou estigmatizá-las, como pode ser observado em diversas iniciativas das universidades públicas em reconhecer as identidades das pessoas trans de forma legítima, desde o uso do nome social, até a criação de projetos de inclusão e acessibilidade ao vestibular e a graduação nos espaços acadêmicos.

Já transexual, dentre o variado leque de classificações que contempla as expressões de transgeneridade, é a única categoria que contém sua descrição a exigência de intervenção corporal para adequar o sexo de origem à identidade de gênero: não basta o semblante, ou seja, não basta o *parecer* pertencer a um sexo, há uma requisição de *ser* de fato do outro sexo. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 59, Grifos do autor).

Até o ano de 2018 a transexualidade ainda passava pelo fator da patologização, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia do Brasil, que apesar da transexualidade ser patologizada ainda no DSM - V, lançou no ano de 2018 a Resolução CFP nº 01/2018: “ tem o objetivo de impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação e veda a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias”, somente no ano de 2019 a OMS, Organização Mundial de Saúde (OMS) durante a 72º Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, retira a transexualidade da classificação de transtorno mental da 11º versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) (CFP, 2019).

Até o ano de 2019 ainda se “definiam” pela ciência, ou melhor dizendo, a ciência acreditava poder identificar e decifrar o fenômeno da transexualidade sem corresponder à singularidade da verdade subjetiva das pessoas, sejam elas cisgênero ou transgênero, como nos

lembra Jorge e Travassos (2018), o que está definido pelos limites da ciência é caduco, impreciso, objetificante, opaco. Esta patologização médica adquiriu a função de delimitar quem era transexual, ou seja, quem necessitava realizar os processos cirúrgicos de redesignação sexual, e quem não necessitava, no caso, as travestis. Entretanto, encontramos mulheres transexuais que desejam preservar seus órgãos sexuais masculinos, este desejo pode variar desde a preocupação com a manutenção do prazer na região genital, como do pensamento de que o sexo não está entre as pernas mas entre as orelhas.

Como salientou Jean Pierre Lebrun, se hoje há pessoas que se apresentam como transexuais sem, contudo, desejarem ser operadas, é porque na base da demanda de mudança de sexo vigora um pedido de reconhecimento simbólico. Buscando estabelecer uma distinção mais apurada analiticamente, o psiquiatra e psicanalista Marcel Czermak, por sua vez, notou que, se nem todas as transexuais demandam a transgenitalização, todas demandam uma transformação do aspecto corporal, para possuir a aparência de uma bela mulher (JORGE; TRAVASSOS, 2015, p. 61).

Conforme Jorge e Travassos (2018) há uma clara necessidade da ciência em explicar as questões do gênero, principalmente no que tange as questões da transgeneridade no que tange às pessoas transexuais, levando-as a um empuxo para a cirurgia e uso de hormônios para adequação do corpo ao gênero, para esses autores, esse é um passo a mais na tentativa de higienizar os corpos, ou seja, impondo o padrão binário nos corpos, mesmo à pessoas que biologicamente seu sexo não seja designado aos padrões do gênero impostos, de forma a negar a diversidade dos gêneros.

Nas diferentes ciências se faz presente um pensamento hegemônico acerca das noções de sexo e gênero. Estas questões começaram a ganhar maior visibilidade com as discussões sobre os assuntos concernentes à comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), a qual tem estado cada vez mais em evidência, estando mais presente na pauta das discussões – ainda que por motivações diversas – tanto da comunidade científica, quanto do restante da população. Os estudos de gênero são herdeiros de uma longa produção no campo das ciências humanas (entre elas, antropologia, sociologia, psicologia, filosofia e psicanálise) os quais remetem, em geral, à forma como essas disciplinas se estabeleceram, desde sua emergência, no século XIX, a partir da distinção entre natureza e cultura. (PREU e BRITO, 2019, p. 134).

Percebe-se que existe ainda uma tentativa de separar o que é natural do que é cultural, sem, entretanto, perceber que o natural é construído em determinada cultura para uma determinada sociedade e tempo, assim, o que é natural ou não, é delimitado pela cultura em que os fenômenos estão inseridos. Outro problema levantado pelos estudos transgênero é que, se o gênero é algo cultural, social e histórico, como pode ser tratado pela ciência, medicina,

psiquiatria como uma questão de saúde? Para esses a hegemonia dos conceitos criados para explicar e categorizar as identidades transgênero estão carregadas de valores morais da cultura heteronormativa, nesse sentido, as intelectuais do movimento transgênero ressaltam que, a lógica patologizante está inserida no que se entende por masculino ou feminino de forma relacional, ou seja, nas relações sociais e a partir da cultura local, assim as cobranças estabelecidas pelo profissional, “capaz” de dizer se uma pessoa é transexual ou não, acontecem a partir do entendimento que esse profissional tem do que é ser homem ou mulher (OLIVEIRA, 2014).

Mais recentemente, Berenice Bento (2012) e outras/os pesquisadoras/ES vêm discutindo também a pertinência de se pensar a patologização da transexualidade não apenas em si mesma, contudo, como um mecanismo para a patologização do próprio gênero, em que no momento que o gênero é tomado como uma categoria nosológica, não se percebe a operação persistente na ratificação da norma heterossexual, a qual confere inteligibilidade apenas aos corpos, vidas e gêneros completamente integrados a mesma. (OLIVEIRA, 2014, p. 100).

Percebe-se que a insistente patologização das identidades transgênero, a classificação de transexuais e travestis, são discursos que reforçam o pensamento sexo-gênero, ao qual um tem que estar para o outro, ou seja, que o corpo e a performance da identidade de gênero devem estar em consonância com o sexo. Aceita-se que pessoas transgênero transgridam a norma desde que elas voltem para a norma, esse é o processo entendido como higienização dos corpos, a existência transexual só é aceita se os indivíduos concordarem em incorporar e organizar seus corpos dentro dos padrões pré estabelecidos, desta forma, a identidade sexual é aceita socialmente, através do discurso da doença, do sofrimento mente x corpo, mas a travesti por não querer se enquadrar totalmente a concepção binária, criando uma nova identidade para si, é lida e entendida como marginal, como criminosa e é excluída para as margens da sociedade, para o gueto, não são aceitas no meio social. Cria-se discursos capazes de diferenciar e dividir as identidades transgênero, classificando-as em aceitáveis ou não, como é o caso das identidades de gênero travesti e transexual, que são diferenciadas pelos discursos sociais e patologizantes.

Se a transexualidade só pode adquirir existência a partir do discurso médico e do avanço formidável de suas técnicas, foi o imaginário social, por meio dos veículos de comunicação, o responsável pela migração do transexualismo do campo da psicopatologia para o da expressão cultural, valorizada e até incensada pela mídia. O que até então pertencia aos dossiês médicos recebeu status de “objeto de consumo”, exposto como joia valiosa numa vitrine (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 65).

Se o discurso médico é capaz de dar “existência” à pessoa transexual, os dispositivos discursivos sociais tornam possível a aceitação das pessoas transgênero como uma expressão cultural, reconhecendo a capacidade das pessoas em serem agentes ativos na incorporação e aceitação das normas de conduta e dos papéis de gênero que desejam adotar e seguir (LANZ, 2015). Entretanto, essa aceitação traz consigo o discurso binário de gênero, ou seja, aceita-se pessoas que queiram se enquadrar no padrão de gênero binário, e excluem qualquer outra manifestação da transgeneridade que não entre em conformidade entre sexo e gênero, classificando-os como pervertidos, transgressores.

Nesse sentido, no Brasil a autora Lanz (2018, p. 98) ressalta que:

Tampouco parecem se dar conta de que transexual é um termo patologizado e travesti um termo pervertido e indecoroso, deles resultando inevitavelmente a figura de uma pessoa doente ou de uma pessoa delinquente. Enquanto no resto do mundo se busca despatologizar a condição transgênera, desvinculando sua imagem de qualquer patologia mental e de qualquer ato de transgressão das normas sociais, no Brasil, por causa de uma incompreensível obstinação identitária, todos os esforços são para reforçar a ideia de transexual e travesti — ou seja, de doente e de delinquente, respectivamente.

O universo de pessoas gênero-divergentes é muito mais amplo e diversificado, entretanto, observa-se que no Brasil as duas categorias de identidade elegíveis e reconhecidas são as de pessoas travestis e pessoas transexuais, excluindo qualquer outra manifestação das identidades e expressões gênero divergentes. Esse processo de diferenciação, entre travestis e transexuais, se dá por dois fatores, o primeiro como nos lembra Lanz (2015), é a necessidade incansável das entidades representativas e militantes do Brasil em afirmar as identidades sexuais travestis e transexuais, através de um processo de diferenciação, classificação, rotulação, hierarquização e exclusão, a partir de uma cartilha de características e identificações que devem ser seguidas a risca.

Percebemos aqui, a identidade pessoal estigmatizada, traduzida por Weeks (2013, p. 71), quando as pessoas são “empurradas” para a identidade, derrotadas pelas contingências, em vez de guiadas pela vontade. Observamos a clara necessidade de impor uma identidade às pessoas gênero-divergentes, de forma a reforçar a manutenção do dispositivo binário de gênero, como nos lembra Lanz (2015), excluindo, rotulando e classificando as pessoas gênero-divergentes.

Essa classificação das identidades gênero-divergentes leva ao segundo fator de diferenciação entre travestis e transexuais, parafraseando Jorge e Travassos (2018, p. 67), a necessidade da ciência em explicar o fenômeno transexual, está muitas vezes aliada à parcela

da população que manifesta sua homofobia através de afirmações como, “não queria filho veadado, fui criado numa família tradicional onde homem é homem e mulher é mulher”. A partir destas afirmações muitos pesquisadores têm se debruçado sobre a pergunta do fator responsável pela transexualidade, seja ele psicológico ou biológico.

Caso seja provado que ela é fruto de uma alteração física congênita, e não uma condição cuja origem remonta a fatores psicológicos e especialmente à educação recebida pela criança, a desculpabilização dos pais é total. E não só: também entre os próprios transexuais a hipótese biológica é preferível, uma vez que retira do sujeito a implicação pela sua posição subjetiva (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 68).

Essa hipótese cria o sujeito doente, o transexual, que não escolheu ser assim, que não tem opção, que é fruto de uma condição biológica; esse discurso faz com que a sociedade entenda a transexual como uma pessoa que sofre com o que é, que precisa de intervenção médica, que necessita do processo de redesignação sexual para acabar com o sofrimento gerado entre seu sexo e seu cérebro, conforme Jorge e Travassos (2018, p. 45), compreende-se que no caso do/da transexual, a acentuada desarmonia entre sexo e o gênero ocasione um sofrimento insuportável, oriundo da força coercitiva do gênero sobre o sexo, sofrimento que o/a impele a demandar à medicina intervenção no real corpo.

O mesmo pensamento cria também o sujeito transgressor, aquele que não sofre com seu sexo e seu gênero, a travesti, a marginal, pervertida e indecorosa, deles resultando inevitavelmente a figura de uma pessoa delinquente, como ressalta Lanz (2018). Para esta autora, a diferença entre transexuais e travestis não é de natureza fisiológica-anatômica, mas sim de origem sócio-político-econômica e cultural.

Travesti é pessoa transgênero de origem pobre, situada na base da pirâmide que, por uma série de circunstâncias existenciais, a maioria relaciona à pobreza, inclusive à pobreza das nossas instituições sociais como família e escola, são “empurradas” para atuar no mercado do sexo, onde buscam – e encontram, mais do que recursos para sua sobrevivência, o lugar social que lhes é negado em outros espaços que frequentam (LANZ, 2015, p. 95-96).

Nesse sentido Ferreira (2014, 2014, p. 113-114) acentua que:

Assim como a pobreza e a negritude e a pobreza e a juventude se articulam ganhando novos contornos e relevâncias em contextos específicos (PISCITELLI, 2012), também a identidade travesti produzida em um contexto de pobreza interage de um modo muito próprio na sociedade brasileira.

Podemos entender que em uma dimensão geral, a produção das identidades travestis se dão em um contexto relacionado à pobreza, dessa forma, essas pessoas são excluídas dos

modelos de produção, como educação, trabalho etc., reafirmando seu lugar de inferioridade e exclusão no meio social. Entretanto, não se pode generalizar esse contexto como se todas as travestis fossem pobres, não, o que se percebe é que a grande maioria das pessoas travestis não têm sua identidade garantida, e por isso são lidas e entendidas como menos dignas de direitos econômicos sociais e políticos.

Como observamos na descrição da DSM –V há ainda uma clara necessidade em diferenciar transexuais de travestis, mas como percebemos é cada vez mais difícil apontar diferenças psicológicas, biológicas ou anatômicas entre essas duas identidades transgênero, o que ressalta cada vez mais o caráter discriminatório e classificatório que se faz presente na sociedade e principalmente na sociedade brasileira que insiste em classificar e excluir quem não se identifique com as normas pré-estabelecidas, estigmatizando as pessoas gênero-divergentes, submetendo-os a vexames e segregações sociais e políticas. É nesse sentido que o movimento transfeminista percebe a necessidade do feminismo em repensar a diversidade das identidades existentes, suas multiplicidades e individualidades.

Tudo que diz respeito ao sexo e à sexualidade está marcado por estranheza e diferença, mas a possibilidade de subverter – através da homossexualidade – a ordem que mantinha certa estabilidade social tem inquietado diversos saberes e provocado muitas discussões. Resumidamente, diante da homeostase da cultura, dos sentidos que ela outorga à complementaridade entre os dois sexos, a homossexualidade sempre funcionou como uma real sem sentido que abala certo *status quo* social. Hoje a transexualidade desempenha idêntico papel. [...]. De fato, a transexualidade escancara a absoluta ausência da naturalidade do corpo e exhibe o caráter heterogêneo da linguagem em relação a ele, evidenciando a confusão imaginária entre o falo simbólico e o pênis. (JORGE; TRAVASSOS, 2018, p. 73-74).

O movimento transgênero, ou transfeminista busca o reconhecimento das múltiplas identidades de gênero, mas luta por combate ainda, qualquer outro tipo de opressão, seja ela de classe, de raça, de etnia etc. Assim, é preciso compreender que os estudos transgênero acreditam que é possível construir uma sociedade que não seja pautada em hierarquias identitárias, reconhecendo também as pessoas que não pretendem se identificar com nenhuma identidade, ou com ambas, ou que criam novas identidades como as travestis, mas que todos são sujeitos humanos e sociais dignos de todos os seus direitos, revertendo assim a hegemonia da heterossexualidade compulsória e a ideologia binarista de enquadramento das identidades. O transfeminismo ajuda a pensar a autonomia e legitimidade dos corpos e das identidades (MOREIRA, 2014, p. 131).

Por hora, entendemos que as identidades são construídas histórico-social e culturalmente, através de processos de classificação e hierarquização, capazes de incluir e

excluir os indivíduos a partir de características pré-determinadas, características estas que fazem uso da linguagem e de outros dispositivos sociais para se tornarem verdades, verdades no corpo, para o corpo e sobre o corpo, de forma a naturalizar tais verdades. Nesse sentido, as identidades sexuais e de gênero tomam forma a partir do uso da linguagem e de códigos de condutas que são atribuídos aos indivíduos conforme seu sexo de nascimento, naturalizando características e comportamentos socialmente e culturalmente atribuídos a esse sexo, de forma compulsória, desconsiderando a capacidade humana de escolher e resistir as identidades socialmente impostas.

A capacidade de resistir ao padrão binário de identidade de gênero homem ou mulher, estabelecidos sócio-culturalmente, cria a unidade de sentido transgênero, partindo do entendimento que gênero é uma unidade de sentido, um termo utilizado justamente para designar a condição sociopolítica de pessoas que transgridem o dispositivo binário de gênero homem ou mulher e rompe com a concepção essencialista que impõe o gênero como um destino natural ou escolha de Deus.

A partir da conceituação das identidades transgênero cria-se a oportunidade de rediscutir e desconstruir os pensamentos hegemônicos da concepção binarista, cuja idéia se pauta na bio-essencialização dos corpos, criando discursos capazes de dar sentido cultural e valor social aos corpos, e afirmam o que é ser homem ou mulher, bem quais atributos masculinos ou femininos cada corpo deve ter ou performar, excluindo ou ressignificando pela patologização médica, pela cientificação, qualquer outra forma de manifestação da sexualidade e das identidades de gênero que não estejam conformes às normas sociais pré-estabelecidas. Assim, as teóricas e teóricos do transfeminismo enxergam na patologização uma maneira da heterossexualidade compulsória em controlar o divergente, classificando-o como doente, como imoral, como coitado ou como marginal.

Nesse sentido, o próximo capítulo se debruça sobre as relações da construção das identidades de gênero com os fenômenos sociais a partir da narrativa de três mulheres transgênero, que relatam suas histórias de vida, a fim de perceber como as identidades são construídas e as interseccionalidades entre os fenômenos sócio-culturais e o entendimento da formação identitária dessas mulheres, ou seja, em sua relação com outros marcadores de desigualdade, como raça, classe, sexualidade e gênero, e portanto analisar em seus contextos, na individualidade de cada sujeito, de forma à reconhecer a multiplicidade humana e as múltiplas formas de ser e de vivenciar as experiências de gênero para além do constructo da heterossexualidade compulsória.

### 3. MULHER: PESSOALIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS

*De noite pelas calçadas  
 Andando de esquina em esquina  
 Não é homem nem mulher  
 É uma trava feminina  
 Está sempre em desconstrução  
 Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário  
 Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário  
 Não tem Deus  
 Nem pátria amada  
 Nem marido  
 Nem patrão  
 O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário  
 Ela é tão singular  
 Só se contenta com plurais  
 Ela não quer pau  
 Ela quer paz  
 Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho  
 Mulher  
 Mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher, mulher  
 É sempre uma mulher?  
 Ela tem cara de mulher  
 Ela tem corpo de mulher  
 Ela tem jeito  
 Tem bunda  
 Tem peito  
 E o pau de mulher!  
 Então eu, eu  
 Bato palmas para as travestis que lutam para existir  
 E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar  
 Viver brilhar e arrasar  
 Ela é amapô de carne osso, silicone industrial  
 Navalha na boca  
 Calcinha de fio dental  
 Ela é amapô de carne osso, silicone industrial  
 Navalha na boca  
 E calcinha de fio dental.*

#### ***Linn Da Quebrada.***

Neste capítulo irei relatar as experiências de três mulheres transgênero, sendo elas: a) Daniela Nunes, 29 anos, se identifica como mulher trans com identidade sexual hétero, cor branca de classe média, formada em Assistência Social; b) Sabrina, 42 anos, se considera mulher trans, cuja identidade sexual se considera assexual, cor branca de classe média, formada em Tecnologia da Informação e Psicologia, concursada pela Caixa Econômica Federal; e c) Queroline, professora da educação básica, idade não confirmada, cor parda classe media baixa, identidade sexual hetero, formada em Letras.

A construção da identidade da mulher é fruto de uma construção social que dita quais

características uma pessoa que nasce com o sexo fêmea deve adotar para sua performance, desde a sua corporeidade, como cuidados com a beleza, até aos papéis sociais que devem ser exercidos, como a imposição dos afazeres doméstico, a submissão ao marido e a predestinação a maternidade. Ou seja, trata-se de uma construção social que delimita e norteia o que é ser uma mulher e o que é ser um homem.

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais (NOBRE, 2007, p. 3).

A naturalização da identidade da mulher liga ao pensamento essencialista, que concebe os corpos socialmente, impossibilitam as discussões acerca da desigualdade de gênero, uma vez que a identidade da mulher sempre é pensada em segundo plano com relação a identidade masculina, nesse sentido, é necessário desnaturalizar as construções dos corpos masculinos e femininos de forma a desconstruir as desigualdades sofridas pela identidade da mulher, e ainda, repensar como essas identidades são construídas de forma rigorosa a não se permitir a liberdade da construção das múltiplas identidade de gênero.

Pensar sobre a mulher e as representações do corpo feminino significa compreender o que se convencionou designar como sendo imperativo de seu sexo: seja bela, seja mãe e seja feminina. Imperativo porque possibilita pouca contestação; é quase uma norma que desenha um jeito natural de ser e de comportar (GOELLNER, 1999, p. 41).

Nesse sentido, pensar a construção das identidades femininas significa pensar as convenções que estipulam o que é ou não característico da identidade da mulher, desnaturalizando os discursos hegemônicos da essencialidade dos gêneros, como se fosse um destino imutável, natural, compreendendo que nada há de natural nas construções das identidades de gênero.

Assim como a identidade da mulher é uma construção social imposta ao sexo de nascimento, atribuindo direitos e deveres, as identidades transgênero também são construídas socialmente, mas na contramão da negação dessas identidades, uma vez que essas não incorporam as performances estabelecidas ao sexo de nascimento e por isso não são reconhecidas como verdadeiras. Dessa forma as identidades transgênero necessitam constantemente reafirmar suas identidades, a fim de alcançarem algum reconhecimento social para aquisição de direitos como acesso à educação formal e melhores condições no mercado de trabalho. Para tanto, essas pessoas passam por vários procedimentos corporais que afirmam

socialmente seus corpos e suas identidades.

Nesse capítulo abordarei as relações pessoais construídas pelas pessoas transgênero que participam da pesquisa. Entendo, até aqui, que a identidade é individual e ao mesmo tempo relacional, múltipla e mutável, é construída a partir das experiências e vivências individuais da qual resulta o entendimento e percepção da pessoa e de sua dignidade bem como das relações interpessoais que vão sendo constituídas nos encontros com seus semelhantes.

Nesse sentido, para enfatizar as experiências de vida das participantes da pesquisa, será adotado principalmente a técnica de história de vida.

O método da história de vida busca a visão da pessoa acerca das suas experiências subjetivas de certas situações. Estas situações estão inseridas em algum período de tempo de interesse ou se referem a algum evento ou série de eventos que possam ter tido algum efeito sobre o respondente. O entrevistado faz uma descrição em primeira mão de sua vida ou de alguma parte dela. [...] Por detrás do método da história de vida existe a suposição de que o comportamento humano pode e deve ser entendido a partir das perspectivas dos agentes envolvidos. [...] Este método documenta os vários eventos que afetaram suas vidas, tal como eles o veem. O objetivo do pesquisador é registrar as histórias dos sujeitos tal qual eles a contam – a sua “definição da situação” (MOREIRA, 2002, p. 55-56).

Assim, a técnica da história de vida será usada para dar suporte às narrativas das entrevistadas, buscando mostrar a visão da pessoa para suas experiências subjetivas dos fenômenos percebidos, pretendendo desvelar os sentidos atribuídos pelas mulheres pesquisadas, a partir de suas narrativas, sobre as relações da sua identidade transgênero e esses fenômenos sociais.

Narrar a própria vida, ouvir e narrar outras histórias apresentou-se a mim como uma tarefa árdua, rigorosa, como o trabalho do artífice que se empenha anos a fio para produzir sua obra, uma vez que o exercício da lembrança demanda grande esforço. Como afirma Ecléa Bosi (1994, p. 55) “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho (CASTRO, 2014, p. 30).

As narrativas das entrevistadas trazem consigo a possibilidade de ressignificar os processos e sentidos atribuídos à construção das suas identidades, reconstruindo e repensando seus significados enquanto seres humanos sociais integrados à cultura, desconstruindo barreiras impostas aos corpos e aos sujeitos a partir da hierarquia das diferenças. As narrativas surgem como possibilidade das participantes em selecionar o que acreditam ser importante para transmitir-nos a forma como essas entendem suas relações pessoais e o processo de construções de suas identidades de gênero.

Assim, neste capítulo, apresento o Eixo Temático 1: Pessoaalidade, subdividido em duas categorias temáticas, a saber: Dignidade da pessoa humana e Relações interpessoais. A primeira categoria temática desdobra-se em quatro unidades de sentido: Identidades, Performatividade, Passabilidade e Patologização. A segunda em três: Família, Religião e Educação e/ou Ensino, como se pode observar no quadro 3.

QUADRO 3 – EIXO TEMÁTICO 1: PESSOALIDADE

CATEGORIAS TEMÁTICAS	UNIDADES DE SENTIDO
1 Dignidade da pessoa humana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identidades.</li> <li>• Performatividade.</li> <li>• Passabilidade.</li> <li>• Patologização</li> </ul>
2 Relações Interpessoais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Família.</li> <li>• Religião.</li> <li>• Educação e/ou ensino.</li> </ul>

Autor: CARDOSO, 2021

### 3.1 Bato palmas para as travestis que lutam para existir: Dignidade da pessoa humana

Constantemente as identidades transgênero são negadas e ignoradas, deslegitimadas e desacreditadas, por isso as identidades transgênero precisam constantemente reafirmar o seu lugar na sociedade como uma pessoa dotada de todas as capacidades para escolher sobre si mesma, de se auto-afirmar culturalmente e socialmente. Nesta primeira categoria temática, destaco algumas unidades de sentido relacionadas à dignidade da pessoa humana ligadas à construção da identidade transgênero, como questões de pertencimento ou não, diferenças de classe social econômica, performatividade, passabilidade de gênero e a patologização.

Um indivíduo, pelo só fato de integrar o gênero humano, já é detentor de dignidade. Esta é qualidade ou atributo inerente a todos os homens, decorrente da própria condição humana, que o torna credor de igual consideração e respeito por parte de seus semelhantes (ANDRADE, 2003, p. 317).

No que tange às pessoas com identidade de gênero divergente ao que é estabelecido socialmente, são consideradas menos humanas e não dignas de direitos políticos e socioculturais, dessa forma, a dignidade da pessoa humana transgênero não é garantida, retirando direitos básicos como acesso à educação formal e ao mercado de trabalho, marginalizando essas pessoas de forma que suas existências sejam apagadas.

Constitui a dignidade um valor universal, não obstante as diversidades sócio-culturais dos povos. A despeito de todas as suas diferenças físicas, intelectuais, psicológicas, as pessoas são detentoras de igual dignidade. Embora diferentes em sua individualidade, apresentam, pela sua humana condição, as mesmas necessidades e faculdades vitais (ANDRADE, 2003, p. 317).

Como pontua Andrade (2003), toda pessoa deveria ter os seus direitos garantidos sem qualquer discriminação, simplesmente pelo fato de serem humanos, assim, é preciso repensar as formas pelas quais as identidades de gênero são construídas que retiram os direitos daqueles que não se enquadram na norma da heterossexualidade compulsória, hierarquizando as identidades de gênero e afirmando quem pode ou não ser um cidadão pleno de direitos, assim a dignidade da pessoa humana e a garantia plena dos direitos devem ser garantidas socialmente a todas as pessoas, independente da identidade de gênero que se vive e performa de forma a construir uma sociedade democrática de direito a todos.

### 3.1.1 “Não é homem nem mulher”: identidades

A primeira unidade de sentido a ser percebida é a relação com a construção da identidade trans.

Quando falamos da identidade trans, falamos automaticamente em indivíduos de um determinado gênero que, contudo, identificam-se com o gênero oposto ao atribuído em seu nascimento. Butler (2013) critica piamente a esta regra compulsória e socialmente estabelecida onde o sexo determina o gênero que, por sua vez, determina o desejo, a libido e as relações sociais (DIAS, 2015, p. 15).

Assim, as identidades transgênero, são identidades que rompem com o padrão da heterossexualidade compulsória, que delimita e condiciona o gênero ao sexo biológico de nascimento dos indivíduos, ou seja, sexo macho gênero masculino, sexo fêmea gênero feminino, dessa forma, pessoas transgênero podem ter o sexo macho, mas viver e experienciar as performances do gênero feminino e vice e versa.

Podemos perceber na fala das entrevistadas que o processo de construção das identidades se dá de várias formas e épocas diferentes da vida de cada indivíduo, e ainda que, muitas vezes o entendimento da identidade de gênero é confundido com identidade sexual, como no caso da “Carolaine” ao afirmar que a família não aceitou sua orientação sexual, que na verdade é sua identidade de gênero, como pontua a “Daniela” ao afirmar que é uma mulher trans heterossexual, essa confusão entre identidade de gênero e identidade sexual nasce a partir dos esforços da medicina do século XIX e XX, em explicar a transexualidade a partir da homossexualidade, como no caso do médico neurologista Carl Friedrich Otto Westphal (1833-1890), que apresentou dois estudos envolvendo um homem e uma mulher que se transvestiam e os classificou como homossexualismo em seu artigo intitulado “Contrary Sexual Feeling”, publicado no ano de 1870.

Seguidamente, o Dr Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902), ao estudar casos de pessoas transgênero as classificou como patológico, fetichismo e doença mental, na sua seção sobre homossexualidade, ou seja, durante muito tempo o discurso médico associou a transexualidade com a homossexualidade, sem, no entanto, considerar que esses fenômenos não estão diretamente ligados, se não apenas pela questão da transgressão da norma binarista à heterossexualidade compulsória.

É perceptível na fala de todas as entrevistadas, a imposição social de características, de atividades, tarefas, comportamentos, performances que são atribuídas a um determinado gênero a partir do sexo biológico de nascimento, essa imposição é entendida por Butler (2003) como a heterossexualidade compulsória, que estabelece os papéis, prazeres, comportamentos, afetividade, direitos, deveres e normas sociais que devem ser seguidas para cada ser humano a partir do sexo de nascimento, essas condições são entendidas ainda, como as performances de gênero necessárias para que cada pessoa seja reconhecida como indivíduo social.

Para Wekees (2013) essa é a identidade essencialista que supõe um destino ao corpo, ao sexo, às identidades, esse pensamento está diretamente vinculado aos discursos biológicos naturalistas que condicionam sexo ao gênero. Entretanto, como podemos observar, a identidade é também um ato de resistência contra a normatividade das convenções sociais, o que leva à construção de outras identidades, ao qual os indivíduos se enquadram ou não.

Podemos perceber essa desconstrução e construção de uma nova identidade a partir da imposição social biológica das identidades, a partir da narrativa da “Caroline”, ao exigir o reconhecimento do seu nome na carteirinha da biblioteca da universidade:

*[...] quando eu fui fazer a carteirinha da universidade, é eu coloquei na ficha de inscrição “Caroline” taranamtaranan, e aí quando foi pra mim ir lá pegar a carteirinha na biblioteca, não, tava o nome civil lá que estava no documento, e eu falei não, essa carteirinha não é minha, eles uai não é sua, eu falei não, porque eu fiz a inscrição da carteirinha como o nome “Caroline”, e aí vocês fez essa inscrição sem me comunicar, sem perguntar se eu queria essa carteirinha, esse nome eu não gosto desse nome, eu não atendo por esse nome, eu não quero essa carteirinha, eu fiço a ficha com nome de “Caroline” eu não fiço a ficha com esse nome, isso é uma falta de respeito comigo, vocês me perguntou, vocês viram la na ficha da inscrição que tava “Caroline”, porque que vocês colocou esse nome?, isso não é transfobia não?, preconceito aqui dentro da universidade, eu não quero essa carteirinha de estudante, só vou pegar ela com meu nome “Caroline”, tá. Eu falando pra você eu lembrando! E aí o que que acontece, de lá eu fui na coordenação coordenador não estava, fui na secretaria e falei eu não vou pegar aquela carteirinha com aquele nome, porque eu não vou colocar isso xpindurado ne mim, eu não gosto desse nome, eu tenho vergonha desse nome, eu não me vejo com esse nome. Olha pra você ver a batalha que a gente vai enfrentando, pra chegar até onde que a gente quer - **Caroline**.*

A não aceitação da imposição de um nome que não reconhece a sua identidade de gênero feminina é totalmente repudiado e negado aqui na fala de “Carolaine”, observamos a negação e ao mesmo tempo a construção de outra identidade, não aquela que é constantemente trazida a tona pela heterossexualidade compulsória que condiciona o sexo de nascimento ao gênero.

Outra questão relacionada à identidade é a construção das identidades a partir do outro e na relação com outro, ou seja, é no olhar do outro que o indivíduo se percebe pertencente, que se legitima a identidade, como podemos observar na fala de “**Sabrina**”:

*Só que, quando eu me via no espelho, eu pensava, cara, nunca que esse ser humano vai ser uma mulher respeitável na sociedade, isso na minha cabeça na época né, nunca que essa pessoa vai ter possibilidade o suficiente pra ter uma vida confortável enquanto mulher, na sociedade, né, essa era minha interpretação na época.*

*— E aí o que aconteceu, teve esse dia em dezembro de 2010, não sei qual é o dia, que a gente teve essa conversa, aí ele falou assim, Sabrina por que que você não se assume logo pra sociedade, aí eu falei assim, você tá falando do que? Aí ele falou, não porque eu sempre te vi como uma mulher, daí eu pensei assim, cara como que ele tá vendo uma mulher em mim? Porque tipo quando eu me via no espelho sem aquela montagem era o cara né, não tinha, por mais que eu me disfarçasse na época eu não conseguia me ver como uma mulher na época, mas aquela conversa que ele teve comigo, ficou com essa pulguinha atrás da orelha, e aí ele falou, olha tem um site que as meninas fazem regime de hormônios, dá uma lida, tira umas dúvidas elas tiram umas dúvidas também, daí eu comecei a ler, eu li muito, comecei a ler artigos, li esses sites, conversei com algumas travestis e tudo né, e aí elas me informaram os nomes dos hormônios pro objetivo que eu tava procurando e tudo, e aí depois de uns 6 meses, é, 5 pra 6 meses, eu comprei minha primeira injeção de hormônio.*

Conforme Gomes (2005), a identidade é relacional, ou seja, é na relação com o outro que se constrói a identidade de um e do outro. No entanto, é preciso lembrar como já postulado nesse trabalho, que transgênero são pessoas que não se conformam com as normas sociais atribuídas ao sexo biológico ao qual nasceram para a performance de gênero sobre seus corpos, tornando-as transgressoras do gênero, mas que transgênero não é uma identidade de gênero, mas sim, um termo utilizado para designar as pessoas cuja performance de gênero, a identidade de gênero e/ou identidade sexual não estão de acordo com o padrão binário da heterossexualidade compulsória, que associa sexo ao gênero.

Essas pessoas constroem novas identidades ou se adaptam a identidades já existentes, como o são as travestis, que apesar de adotarem as performances do gênero feminino não se consideram mulheres, mas sim uma nova identidade, nem homem nem mulher, ou os dois homem e mulher, ou apenas travestis, enquanto mulheres transexuais adotam as performances do gênero feminino e se reconhecem no gênero feminino como mulheres.

A próxima unidade de sentido presente nas histórias de vida das mulheres entrevistadas trata sobre as questões da performatividade de gênero. A partir do nascimento, a criança nasce com o sexo biológico masculino deverá seguir determinados comportamentos, exercer determinada performance, como não mostrar sensibilidade, falar grosso, andar de peito nu, não demonstrar sentimentos; no caso de nascer com o sexo biológico feminino, a performance adotada deverá ser outra, falar baixo, ser sensível, ser submissa, aprender tarefas domésticas entre outros.

Como pontua Butler (2010) as performances são repetidas socialmente para reafirmar as verdades ditas sobre o sexo, com a finalidade de legitimar a performatividade do gênero dentro do padrão binário da heterossexualidade compulsória, ao qual as funções, características, deveres, afetividade, prazer, vestimentas etc., devem estar de acordo com o órgão genital de nascimento.

### **3.1.2 “É uma trava feminina”: performatividade**

A performatividade de gênero é repetição estilizada construída a partir das concepções binárias da heterossexualidade compulsória, ao qual delimitam a performance de gênero que deverá ser adotada por cada indivíduo a partir do seu sexo de nascimento, determinando comportamentos, vestimentas, estilos de cabelo, tamanho do corpo, para se definir o que é masculino ou feminino, nesse sentido, as mulheres trans e os homens trans adotam essas performances e transformam seus corpos para se adequarem no gênero ao qual se identificam, transformam seus corpos com próteses, uso de hormônios, depilações, cirurgias e reconfiguram suas identidades.

Podemos observar duas vertentes da performatividade de gênero constituintes para a concepção dos corpos sociais, uma voltada para questões diretas ao corpo, sobre corporeidade, pelos, tamanho de cabelo, vestimentas, maquiagem, etc, na outra vertente observamos a construção da performance comportamental, ligando a passividade a identidade feminina a agressividade para o masculino, atividades entendidas como masculinas e atividades entendidas como femininas. Para Butler (2003), a performatividade diz respeito à repetição de práticas e discursos que reiteram a partir da repetição no dia a dia a legitimidade do gênero nos corpos.

Conforme Bordieu (2012), é preciso entender que a diferenciação dos corpos masculinos e femininos contribuem para manutenção da hierarquia da identidade masculina sobre a identidade feminina, não se trata portanto de negar as diferenças identitárias, mas reconhecer a supervalorização hegemônica da masculinidade em detrimento da identidade

feminina, ao qual a partir das diferenças corporais atribui sentido naturalizador às desigualdades sociais de direitos civis e políticos nas construção das identidades masculinas e femininas.

O trabalho de transformação dos corpos, ao mesmo tempo sexualmente diferenciado e sexualmente diferenciador, que se realiza em partes através dos efeitos de sugestão mimética, em parte através de injunções explícitas, em parte, enfim, através de toda construção simbólica da visão do corpo biológico (em particular do ato sexual, concebido como ato de dominação, de posse), produz habitus automaticamente diferenciados e diferenciadores. A masculinização do corpo masculino e a feminilização do corpo feminino, tarefas enormes e, em certo sentido, intermináveis que, sem dúvida, hoje mais do que nunca, exigem quase sempre um gasto considerável de tempo e esforços, determinam uma somatização da relação de dominação, assim naturalizada (BOURDIEU, 2012, P. 70-71).

Conforme Miskolci (2012), a questão da virilidade masculina construída e imposta a partir do uso da violência e negação da afetividade, entendida como fragilidade e inferioridade, fazem parte da performatividade da identidade do gênero masculino, ou seja, a estilização repetida de comportamentos que constroem a performance do gênero masculino, condicionando, negando e reconhecendo-o.

Sob regime ditatorial militar, vivia sob a sombra de uma ordem política e social que girava em torno de um poder eminentemente masculino. A masculinidade se confundia com a violência, em um jogo injusto e cruel para as meninas, mas também para meninos que, como eu, não gostavam de futebol, tampouco queriam emular o comportamento dos adolescentes que, com 18 anos, adentravam na vida adulta vestidos em seus uniformes do serviço militar obrigatório. Foi nele que vi um de meus primos, antes amoroso, ser brutalizado até se tornar o que se compreendia como um homem de verdade: aquele que dominava as mulheres e desprezava “bichas”. Um “homem de verdade”, hoje percebo, era o que impunha seu poder aos outros e a si mesmo à custa de sua própria afetividade. Daí meu primo, desde o uso do uniforme, ter deixado de ser carinhoso para adotar expressões de afetividade que sempre terminavam em pequenas torturas, como se um abraço ou carinho entre homens tivesse que resultar em uma luta, um soco ou um machucado (MISKOLCI, 2010, p. 10-11).

O uso da força e da violência no meio masculino, mesmo durante a infância, é reproduzido nas brincadeiras entendidas como brincadeiras de meninos como podemos perceber na fala de entrevistada **Daniela**: *“eu via que gostava mais de estar com entre as mulheres e atividades de meninas do que estar com os meninos, talvez por uma questão mais da agressão, que envolve muito a masculinidade.”* Essa performance atribuída à masculinidade é um contraste a passividade, delicadeza e emotividade atribuídas a identidade feminina, que também contribui para a hierarquia da masculinidade sobre a feminilidade através da submissão

e aceitação do papel das mulheres socialmente como secundárias, impondo tais atributos “masculinos” à aproximação do modelo viril, virtuoso, corajoso (BOURDIEU, 2012).

Juntamente as questões da performatividade estão inseridos os contextos das relações de pessoas transgênero com a hormonização e a busca pela “passabilidade”, que refere-se à percepção ou reconhecimento de uma pessoa que transicionou como pertencente à identidade de gênero para a qual se identifica socialmente, ou seja, a afirmação de que aquela pessoa transgênero possui as características necessárias para ser considerada do gênero que se identifica em oposição ao sexo de seu nascimento.

### 3.1.3 “É sempre uma mulher?”: passabilidade

Existe na sociedade ocidental a necessidade de se provar como real, no que tange à questão dos corpos. Butler (2004), lembra que é na cultura que os corpos ganham sentido, esses sentidos podem ser de afirmação ou de negação como é o caso dos corpos femininos trans, que ao terem sua corporeidade negada necessitam provar constantemente que fazem parte do gênero ao qual se identificam, precisam adotar e se aproximar do que é estabelecido socialmente o que é ser mulher, para tanto, transformam seus corpos através do uso de hormônios e cirurgias para alcançar a passabilidade do gênero que performa, ou seja, para conseguirem ser entendidas como mulheres.

Podemos observar nas falas das participantes entrevistadas, que existe uma interseccionalidade entre diversos fenômenos sociais que influenciam o processo de construção da exclusão das identidades transgênero, como as questões, de raça, de classe econômica, de juventude e de cultura. A passabilidade é um novo marcador criado para dizer se uma pessoa transgênero pode ou não ser considerada do gênero que esta adotou, mesmo em discordância com o seu sexo de nascimento, ou seja, a passabilidade de uma mulher transgênero diz respeito à corporalidade dela, se ela tem seios bonitos, cintura fina, pele lisa sem pelos, cabelos compridos bem naturais e cuidados, coxas femininas, bumbum feminino, braços femininos, voz feminina, andar feminino, voz feminina entre outras características que são atribuídos a feminilidade.

O que as entrevistadas colocam em pauta é a questão da performatividade da passabilidade feminina para mulheres transgênero a partir da hormonização e procedimentos estéticos, se relaciona com padrões de classe, de raça e de juventude, como podemos observar na fala de “**Daniela**”:

*a beleza é uma beleza cisgênero, pedófila, que é uma beleza que precisa ser muito jovem, que precisa ter as características de pessoa cisgenero*

*embranquecida, tem que ser branca; e ai como é que uma travesti que não tem essa passibilidade de corpo cisgênero, que tem os marcadores corporais masculinos, né, se torna feminina? Através de muitos custos, através de terapia hormonal, de procedimentos estéticos, de cirurgia plástica, e a performance também né, de performar a estética a beleza.*

No mesmo sentido as entrevistadas “**Sabrina**” e “**Caroline**” pontuam a dificuldade no processo de hormonização para o alcance de uma maior passabilidade, sem condições financeiras para tal, ao afirmar a negativa da sociedade em reconhecer suas feminilidades, ao padronizar o corpo, a estética e a beleza feminina e ao mesmo tempo negar condições de acesso para as pessoas transgênero ao mercado de trabalho ou a formação educacional.

*comecei a tomar hormônio por si só, por conta, nessa época a gente não tem é benefícios, é custo, como que eu te falo, recurso né, nessa época a gente não tem recurso nem pra comprar um hormônio, né, adolescente, excluída de casa, excluída da família, sem trabalho, tentando se sobreviver- **Caroline**.*

“Caroline” percebe a dificuldade da transição de uma mulher trans quando não se tem acesso ao mercado de trabalho, e os custos para o processo de hormonização para adequar o corpo ao gênero ao qual se identifica, ou seja, conquistar a passabilidade social de um corpo feminino, enquanto “Sabrina” pontua que alcançou essa passabilidade mesmo tendo transacionado tarde, aos 32 anos, ela deu início a sua transição a partir do uso de hormônios femininos.

*e mesmo eu começando tarde eu tive, eu consegui uma boa passabilidade, assim, passabilidade é um termo esquisito porque né, não é justo a pessoa ter que ter algum tipo de padrão pra poder ter respeito na sociedade né, mas no final das contas é isso, é muito estranho isso de você ter que alcançar um certo padrão pra que as pessoas te respeitem- **Sabrina**.*

É importante destacar, que “Sabrina” é uma mulher transexual branca de classe média, mesmo sua infância ter crescido em uma família com poucas condições econômicas, “Sabrina” só deu início ao seu processo de transição de gênero, bem como compreendeu a sua identidade de gênero divergente, na sua fase adulta, quando já era concursada pela Caixa Econômica Federal e já possuía graduação superior em Sistema da Informação, como ela ressalta ao afirmar que:

*Voltando à questão da passabilidade e da vivência no mundo acadêmico e no ambiente de trabalho enfim, eu nunca passei por muita dificuldade, porque justamente eu consegui esse tal dessa passabilidade, e também o que que acontece, por conta de eu ter me assumido tarde, eu pude fazer faculdade né, porque, não sei se você sabe, provavelmente você já pesquisou sobre isso, a*

*maioria das pessoas trans não terminam nem o ensino médio, mais da metade não terminam nem o ensino fundamental, são empurrados pra fora da escola porque a escola não é um espaço nenhum pouco inclusivo, hoje eu não sei como é que tá, mas até um tempo atrás era um espaço de exclusão e a família ia no embalo, e essas pessoas abandonavam os estudos né, então pelo o fato de eu ter me assumido tarde, eu pude fazer uma faculdade, eu pude estudar pra um concurso, hoje sou concursada, trabalho na caixa econômica, tenho uma vida bem confortável, tenho meu apartamento, tenho meu fusquinha, que to reformando ele, to gastando horrores, tenho um outro carro pro batente que não é qualquer carro é um carro bom, tenho dinheiro guardado, então minha vida tá boa.*

Assim, percebemos na narrativa de “Sabrina”, a relação entre abandono familiar, preconceito no espaço escolar, dificuldade ao acesso ao mercado de trabalho, e questões de classe, envolvidos no processo de construção da identidade transgênero e da performance de passabilidade feminina.

Os corpos ganham sentido socialmente, ou seja, é na sociedade que se constroem as características pertencentes a cada corpo a partir do gênero que lhe é atribuído, nesse sentido, para as identidades de gênero transgênero é necessário uma readequação estética à cisgenereidade e do sexo para o gênero ao qual os indivíduos se sentem pertencentes, necessitando da aprovação dos outros sociais para ser reconhecido ou não dentro do gênero que performa, assim nasce o termo passabilidade, usado por pessoas transgênero para designar pessoas trans que alcançam as características cisgênero necessárias para ser considerada ou não pertencente aquele gênero para além do sexo biológico.

As identidades de gênero transgênero mostram que o gênero e os corpos não são produtos acabados, imutáveis, estáveis, prontos e naturais, mas o são sim fabricações que recebem sentidos linguísticos, sociais, culturais e políticos, nos corpos, nos gêneros, nas performances e nos sentidos, como nos mostra Preciado (2015, p. 04): “‘entre linguagens e moléculas bioquímicas, fabrica-se uma subjetividade política’ [...] ‘gênero é algo que fazemos, não algo que somos – algo que fazemos juntos’”. Nossos corpos segundo Preciado (2015) são construídos todos os dias, todas as pessoas, cis ou trans, transformam seus corpos através de diversos processos e buscam o corpo ideal, saudável, belo. Nesse sentido, a passabilidade é a construção de uma identidade de gênero dentro dos padrões cisnormativos, mas construídos nos corpos de pessoas não cisgênero, ou pessoas transgênero, assim a passabilidade trans é:

[...] um tipo de reconhecimento de um corpo que, apesar de trans, é lido como ‘não-trans’, e indica que a subversão da leitura social permite escapar de determinadas violências dirigidas aos corpos vistos como não inteligíveis pelas categorias homem/mulher no registro cisgênero, derivando, [...] no acesso à direitos individuais e em um momento de ‘trégua’ na luta pelo

reconhecimento da identidade de gênero para determinados sujeitos. Indicam-se, assim, práticas cotidianas implicadas na produção e manutenção de uma determinada corporalidade, um policiamento constante das fronteiras a fim de suprimir todo traço ambíguo que expusesse o trânsito de gênero frente às normas de inteligibilidade, comunicando os possíveis riscos da não inteligibilidade naquele contexto (PONTES; SILVA, 2018, p. 12).

Essa passabilidade alcançada sugere às pessoas trans uma forma de desviar de violências naturalizadas aos corpos trans, como a transfobia. Serve como uma estratégia para se passar despercebido socialmente, não se trata apenas de aderir os padrões estéticos normativos da “beleza” ou dos corpos cisgênero:

Como podemos perceber nas narrativas das entrevistadas:

*é muito estranho isso de você ter que alcançar um certo padrão pra que as pessoas te respeitem, não pode ter nenhum traço, é, hoje tá um pouco menos né, mas em 2012, se você tivesse um traço de travestilidade no seu, até no seu gestual, não precisa ser nem no corpo no rosto, até no seu gestual era perigoso você sofrer agressão na rua, hoje, apesar da agressão da agressividade permanecer a mesma ou até mais. -Sabrina.*

*Eu percebo fulanos esperando chamar o meu nome pra ver qual é o meu nome, bota sentido naquilo sabe?, fica fixado, e aí quando fala “Caroline”, eu me levanto toda fina, sou eu mesma com muito orgulho, porque é uma conquista que nós conquistamos a partir de 2018. -Caroline.*

Ambas as narrativas mostram as perseguições e violências sofridas por aqueles e aquelas que não alcançam ou não desejam alcançar a passabilidade cis, entretanto é possível perceber nas narrativas de ambas uma diferença com relação ao local da construção desses corpos, enquanto os sentidos e passabilidade alcançados por Sabrina no espaço de trabalho, um espaço elitizado (caixa econômica federal), que reconhece sua identidade feminina desde o processo de transição:

*Quando eu contei pela primeira vez pra alguém no trabalho, eu trabalhava ainda em agência, né, então eu não escancarei, mas as pessoas começaram a perceber, tipo o efeito do hormônio, tipo o peito começou a pular, o traço do rosto começou a ficar mais suave, porque muda, muda, a textura da pele muda, sabe?- Sabrina.*

Diferentemente a fala de “Caroline” demonstra ter sua identidade questionada em meios públicos, como clínicas e hospitais “eu percebo fulanos esperando chamar o meu nome pra ver qual é o meu nome, bota sentido naquilo sabe? Nota-se a possibilidade de desconstrução do preconceito com as identidades transgênero a partir da proximidade e da relação no dia a dia que as pessoas têm com as outras, a possibilidade de conhecer os indivíduos transgênero

possibilita a humanização desses corpos, mas ao mesmo tempo como uma legitimação para que a pessoa possa exercer sua liberdade sobre seu próprio corpo.

Já na fala de Daniela, percebemos as dificuldades enfrentadas pelos corpos que não são entendidos como pertencentes a norma binária essencialista compulsória, sexo-gênero-prazer, bem como as violências sofridas pelas pessoas transgênero que não conseguem alcançar a performatividade da passabilidade desejada a um determinado corpo.

*a realização de pequenas coisas no dia a dia, como pegar um ônibus, ir pra escola, ir pra comprar um pão, ir no mercado, todas essas atividades do dia a dia, é, requer muito esforço mental e muita disposição física e psicológica diante das adversidades que um corpo trans sofre, exclusão social, bullying, o preconceito, a marginalização -Daniela*

Percebe-se que a inteligibilidade provoca estranheza, negação, perseguição, julgamento, exclusão, como nos mostra a narrativa da Daniela, qualquer atividade se torna perigosa, cansativa, exaustiva, devido às constantes perseguições aos corpos que não conseguem se disfarçar a partir da passabilidade cisgênero, principalmente no começo da transição, hormonal, corporal.

Pelúcio, ao refletir sobre as violências que atingem corpos-travestis no deslocamento pelo espaço público, considera ser “*mais difícil se proteger dos olhares e falas diurnas do que da violência e surpresas da noite*” (2009, p.73). A rua, como espaço de circulação cotidiana, constitui-se diferencialmente pela relação noite/dia, o que dá origem a uma experiência de espacialidade marcada por regras e normas muito distintas que incidem sobre as/os interlocutoras/es, indicando que, à luz do dia, corpos aceitáveis são aqueles que ‘passam’ sem serem reconhecidos não-cisgêneros, o que decompõe a paisagem dos espaços pela estrutura de inteligibilidade que define as condições de sua apropriação pelos sujeitos, relacionando condições de gênero, raça/etnia, classe e localidade (PONTE; SILVA, 2108, p.12).

A narrativa de “Caroline” confirma a afirmação feita por Ponte; Silva (2018) ao falar sobre os olhares, piadas, ofensas, escárnio sofridos por pessoas cuja inteligibilidade de seus corpos não esteja em total acordo com as características do gênero que performa, no mesmo sentido a fala anterior da Daniela afirma que o ato de se mostrar na rua, no mercado, na escola, durante o dia para pessoas cujos corpos não são entendidos como “naturais” causa estranheza, repulsa, perseguição e violências:

*Tem a violência silenciada né, eu falo isso porque através do olhar né, você chega a um certo ambiente a pessoa te dispara um certo olhar de que tipo, que te recria, te reprimindo, não tem?, eu falo assim, meu deus tá amarrado esse olhar de certas pessoas que olham agente, com as vezes ou as vezes começa com piadinhas risadinhas, na universidade mesmo eu passei por isso, duas vezes, foi uma questão de transfobia eu passei dentro da*

*universidade com essas olhadinhas essas risadinhas, sem ter necessidade né, e então, as vezes a gente vai ao mercado tem isso também, na rua no dia a dia né. **Caroline.***

Mesmo em espaços cuja identidade de gênero trans seja minimamente respeitada, tolerada, é necessário seguir a normalidade cisgênero, ou seja, é necessário que o corpo que representa o gênero adotado tenha os traços, os trejeitos, a corporeidade, a beleza, dos padrões estabelecidos para aquele gênero, caso isso não seja adotado, essa pessoa sofrerá perseguições, olhares de condenação, de vexamento, de escárnio, será perseguida e constantemente lembrada que ela não se enquadra, que ela não pertence aquela identidade que insiste em performar.

### **3.1.4 “Ela tem cara de mulher, Ela tem corpo de mulher”: patologia**

Para as mulheres trans provarem sua feminilidade, sua identidade enquanto mulher elas precisam passar por diversos procedimentos de transformação do corpo, precisam dar sentido ao corpo a partir do gênero que se identificam, ou seja, elas precisam provar que são femininas, precisam provar que são mulheres constantemente, não apenas performando a identidade de gênero, como fazem drag queens ou cross dress, mas precisam transformar o seu corpo no dia a dia e viver essa transformação continuamente, até o ponto de reconfigurar o sexo de nascimento para o sexo performado.

Dessa forma, irei analisar as relações do gênero com as questões da patologização, o modelo essencialista binário da heterossexualidade compulsória e as construções do corpo, como suas intersseccionalidades com outros fenômenos sociais, culturais, históricos, políticos e pessoais que envolvem a formação e o reconhecimento das identidades transgênero.

Nesse sentido, a próxima unidade de sentido percebida nesse eixo trata sobre a questão da patologização das identidades transgênero, através do discurso médico, psiquiátrico, terapêutico e jurídico, que insistiam até o ano de 2019, segundo as categorizações das DSM III, DSM IV e ainda com alguns resquícios na DSM V e CID 10, vindo a ser alteradas no ano de 2019 segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, em explicar e categorizar as identidades gênero desviantes, identidades transgressoras do gênero, identidades que transgridem e ressignificam as normas binárias, as identidades transgênero.

Robert Stoller, psiquiatra e autor de livros como *A Experiência Transexual*, publicado em sua primeira edição em 1975; e *Sexo e Gênero: sobre o desenvolvimento da masculinidade e da feminilidade*, publicado em 1968, dedicou-se ao estudo e pesquisa sobre transexualidade e intersexualidade, a

fim de identificar as causas e estabelecer a cura ao que considerava transtornos de identidade, que no caso da transexualidade, acabou sendo a redesignação sexual. Stoller é um importante autor na retrospectiva do conceito de gênero por ter sido a referência do conceito que emergiu nas teorias feministas no ano de 1972 por meio do Sex, Gender and Society de Ann Oakley (CARVALHO, 2014, p. 72).

As estudiosas transfeministas reconhecem o avanço nas discussões acerca do gênero a partir dos estudos de Stoller, entretanto, percebem o fator patologizante das diferenças, assim como seus contemporâneos Harry Benjamin, John Money e Patricia Tucker, pioneiros na construção do discurso médico patologizante, que ainda hoje permeiam as questões da transexualidade, travestilidade e intersexualidade com o intuito de adequar o sexo ao gênero.

A partir do século XIX e XX, surge um movimento de categorização e patologização do comportamento humano, principalmente no que tange as questões da sexualidade no meio acadêmico e médico, essas explicações, investigações e categorizações se deram a partir do entendimento binarista, naturalista, essencialista da heterossexualidade compulsória, ao qual estabelece que as identidades de gênero devem rigorosamente estar em concordância com o sexo biológico de nascimento, bem como suas expressões de performance e de desejo. Assim, qualquer manifestação da sexualidade ou das identidades que não estejam de acordo com esse pensamento serão consideradas doentes, defeituosas e necessariamente precisam de tratamento e de cura, como observamos na fala de **Sabrina**:

*Eu pensava na possibilidade, de entre aspas me curar, 'ah eu preciso me curar desse desejo de ser mulher, porque não é correto, porque eu nasci com pinto, não sei o que, não sei o que'.\_\_ eu queria me esconder da sociedade, eu queria o disfarce perfeito de homem hétero cisgenero pra poder sobreviver no meio onde eu vivia.”*

Esse pensamento de que as identidades transgênero são identidades doentes, defeituosas, que precisam de cura, de normalização parte do controle das identidades feito pela heterossexualidade compulsória, que trabalha sobre a lógica biologizante binária do sexo, dividindo em masculino e feminino, arbitrariamente condicionando o sexo macho para a identidade masculina/homem, e o sexo fêmea para a identidade feminina/mulher. Essa lógica se pauta na visão essencialista, que atribui ao sexo uma condição de destino, de algo divino, a partir de conceituações filosóficas e religiosas que pensaram a sexualidade, as identidades sexuais e de gênero como questões naturais, a-históricas. Entretanto, como nos mostra Jesus (2014, p.13) a noção de que pessoas trans são anormais, senão doentes, não decorre da natureza

das identidades trans, qualquer que ela seja, e sim da natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual.

Para Bento (2011), são múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores (BENTO apud SANTOS, 2017, p. 21). Esse entendimento gera desigualdades sociais e marginaliza as identidades transgênero, legitimando as desigualdades e violências sofridas pelas pessoas que não se enquadram na normatividade da heterossexualidade compulsória. É nesse sentido que as/os estudiosas/os transgênero e as/os teóricas/os do transfeminismo rediscutem a questão da patologização a partir do entendimento de que as identidades transgênero são experiências de identidades de gênero.

Esta hegemonia na forma de conceituar a experiência transexual não surge de forma imparcial, sem levar em conta os valores morais da cultura heteronormativa. Judith Butler (2003), filósofa norte-americana e influente estudiosa da teoria queer, compreende a heteronormatividade como a habilidade que torna capaz a heterossexualidade tornar-se e norma social que regula e determina a possibilidade de vidas, as quais estejam rigorosamente circunscritas nos seus limites, e a impossibilidade de vidas que estejam delimitadas para fora da baliza, ou seja, é a norma que (re) produz os corpos, gêneros e sexualidades (OLIVEIRA, 2014, p. 90).

Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória regula os corpos e os tornam legítimos ou ilegítimos, naturais ou doentes, conforme Oliveira (2014), a patologia da transexualidade explicando-a como uma doença, não é apenas uma codificação, mas uma forma da heterossexualidade classificar e hierarquizar as identidades de gênero, reconhecendo apenas as identidades masculina/ feminina homem/mulher, de forma a sempre priorizar o homem, másculo, branco, cristão, monogâmico, sem deficiências, jovem, de classe alta, do Ocidente. Assim se torna impossível nascer com um determinado gênero e perceber-se e identificar-se com outros, o que para o pensamento binarista exige uma explicação científica para tal fenômeno, bem como uma delimitação dentro das possibilidades civis e jurídicas para manutenção desses seres desviantes, assim a medicina patologiza e as leis confirmam a necessidade do tratamento à redesignação sexual.

A transexualidade está incluída no Manual de Diagnóstico e Estatísticas das Perturbações Mentais (DSM-) da Associação Americana de Psiquiatria (APA) como “disforia de gênero”, e na Classificação Internacional de Doenças (CID -10) da Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma “perturbação da identidade sexual”, mais especificamente como “transexualismo” (CARNEIRO; RODRIGUES; NOGUEIRA, 2014, p. 137).

Conforme pontua Watanabe (2019), não são todas as pessoas transexuais que sentem ou se percebem com “incongruência de gênero, ou “disforia de gênero”:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou em maio de 2019 transexualidade da lista de transtornos mentais. Engel (2019) fala que a transexualidade que era entendida como “transtorno de identidade de gênero” passou a ser classificada como “incongruência de gênero”. A classificação como transtorno já havia sido proibida pelo Conselho Federal de Psicologia em janeiro de 2018. [...] Geralmente as pessoas transexuais sentem inconformidade entre seu corpo e seu gênero, mas não é regra que todas queiram submeter-se a procedimentos cirúrgicos. Sua identidade pode ser construída de várias formas, podendo ser contemplada somente com o uso de roupas e tratamentos hormonais, por exemplo (WATANABE, 2019, p. 39).

Nesse sentido, podemos perceber na fala de “Caroline” a não conformidade com essa afirmação acadêmica sobre si mesma, uma vez que para essa, se trata de uma questão pessoal querer fazer a cirurgia ou não, e isso não a torna nem menos nem mais mulher trans, partindo do entendimento que o gênero não está entre as pernas, mas sim na cabeça.

*Eu não aceito, eu não acho que eu tenha disforia de gênero, né, eu não me sinto assim, ao pé da letra como o que é a disforia de gênero, então é, eu não sei a que ponto que esta a medicina em relação a isso, o Railson, só que eu acho muito forte colocar que todas as mulheres trans sofrem de disforia de gênero né, eu não vejo por esse lado, eu vejo por, em relação porque cada sujeito é um sujeito, cada corpo é um corpo – Caroline.*

Assim, os estudos transfeministas defendem a ideia de que as identidades de gênero são na verdade experiências de identidades de gênero, construídas no dia a dia a partir das vivências de cada pessoa, as identidades transgênero são experiências de gênero que transpõe a fronteira estabelecida historicamente pela heterossexualidade compulsória, que afirma existir e poder viver apenas as identidades de gênero que estejam em conformidade com o sexo, o corpo e o prazer.

Dessa forma, a campanha “Stop Trans Pathologization – 2012” (STP-2012), organizada pela Rede Internacional pela Despatologização Trans, propôs a retirada da perturbação de identidade de gênero da DSM e do CID, bem como à não necessitar da obrigatoriedade de diagnóstico psiquiátrico para os tratamentos hormonais e cirúrgicos e para alterar o nome civil, afim de reconhecer e valorizar a opinião dos indivíduos que buscam esses tratamentos e que vivenciam suas identidades para além do padrão pré estabelecido pelo essencialismo da heterossexualidade compulsória, uma vez que, como pudemos perceber na fala das entrevistadas, que fizeram o tratamento hormonal por conta própria e vivenciam suas identidades e reafirmam seu nome civil antes mesmo de ter aval jurídico, nesse sentido, a

questão das identidades transgênero permanecem na CID 11, mas agora como condições relacionadas a saúde sexual, uma vez que as pessoas trans necessitam de tratamento hormonal, acompanhamento endocrinologista e por vezes a cirurgia de redesignação sexual. Trata-se então de reconhecer essas identidades, e todas as identidades de gênero bem como o reconhecimento da multiplicidade humana (CARNEIRO; RODRIGUES; NOGUEIRA, 2014).

No ano de 2019, a 72ª Assembleia Mundial da Saúde na cidade de Genebra, a OMS retira a transexualidade da categoria de transtorno mental no CID - 11, e passa a integrar a categoria de condições relacionadas à saúde sexual, entendida como incongruência de gênero. Vale lembrar ainda que no Brasil antes mesmo da delimitação da OMS, no ano de 2018, o Conselho Federal de Psicologia lançou a Resolução 01/2018, que orientava os profissionais de psicólogos e psicólogas do Brasil não considerassem a travestilidade e a transexualidade como condições patológicas, de forma a combater a transfobia e os preconceitos gerados em torno das múltiplas identidades para além do padrão da heterossexualidade compulsória.

Na contramão da construção e hierarquia das identidades, o movimento Queer rediscute as questões das identidades, sejam de gênero ou sexuais como cúmplices da manutenção da hegemonia e hierarquia da heterossexualidade compulsória e do binarismo homem/mulher, para Lopes (2014, p. 164), a teoria queer se caracteriza por um antiessencialismo radical e pela recusa ao fechamento identitário no plano da orientação sexual e do gênero. Entretanto, o movimento transfeminista reconhece essa dualidade do pensamento heterossexualista, mas acredita que é possível conceber as identidades sem hierarquização, reconhecendo a multiplicidade humana, sem correr o risco de anular as diferenças e contribuir para a hegemonia de direitos socialmente construídos.

A respeito da construção de demandas, é inegável que reivindicar a possibilidade de autodeterminação sobre o corpo, tópico central para se contrapor à patologização das identidades trans e exigir do Estado brasileiro a implementação de políticas que garantem o acesso à saúde desvinculado da patologização (CARVALHO, 2015, p. 80).

Para Carvalho (2014), o queer tem como foco os processos que normatizam as identidades, tanto a hegemônica quanto as subalternas. Pare esse, a autora Butler (1995), enfatiza que as categorias de identidade são um erro necessário, portanto não considera que a teoria queer negue as articulações políticas a partir das identidades historicamente constituídas, mas permite que os estudos extrapolem as fronteiras socialmente enrijecidas sobre os corpos, as identidades de gênero e as identidades sexuais. Nesse sentido, a despatologização das

identidades transgênero, possibilitam o rompimento do pensamento naturalizante e essencialista que condicionam o gênero ao sexo, e naturalizam socialmente as performances do gênero-sexo-prazer, assim, torna-se possível pensar uma sociedade para além das concepções binárias homem/mulher, macho/fêmea, feminino/masculino, reconhecendo as múltiplas experiências identitárias como uma característica da dignidade humana.

### **3.2 “Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário”: relações interpessoais**

Compondo ainda o primeiro eixo temático, observam-se as relações interpessoais de pessoas trans com as unidades de sentido, família, religião e a escolarização ou formação educacional. Para Garcia (2013, p. 7):

Relações interpessoais ocorrem dentro de uma sociedade e de uma cultura. Assim, as relações entre as pessoas são afetadas pela posição na sociedade que cada pessoa ocupa pelos diferentes tipos de papéis sociais e como estes são afetados pela cultura. Assim, ocupa diferentes posições na família, no mercado de trabalho, em organizações religiosas, na vizinhança, em diferentes círculos sociais, permite diferentes interações e relacionamentos.

Nesse sentido, esse tópico busca entender a localidade das pessoas transgênero a partir das suas relações interpessoais, procurando ouvir as participantes da pesquisa, percebendo em suas relações interpessoais demarcações de um longo processo de discriminação, exclusão, violências, sofridos por pessoas transgênero, da infância na família, na adolescência pela escola, na juventude pela sociedade, na vida o tempo todo por todos ao mesmo tempo, exclusões essas que levam a pessoa transgênero para as margens da sociedade, para a criminalidade e prostituição, onde encontram uma das poucas oportunidades de se manterem financeiramente.

A família, a Igreja, o Estado e a escola são dispositivos entendidos por Foucault (1999), como produtores de discursos capazes de controlar a sexualidade, os corpos, os gêneros, as performances, os direitos e deveres sociais atribuídos a cada indivíduo conforme seu sexo de nascimento. Desta forma, a família se configura como um dos primeiros dispositivos de controle sobre os sujeitos. É na família que os primeiros discursos de controle sobre o sexo e o gênero são instituídos como aponta Louro (2004), ao nascer a criança é identificada com a afirmativa, “é menino” ou “é menina”, o que gera um processo de masculinização ou feminização que submete os indivíduos às normas reguladoras da sua cultura, assim, iniciamos

esse tópico analisando as relações da pessoa transgênero com a categoria de análise interpessoal da família.

### 3.2.1 “E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher”: família

A família é o primeiro espaço ao qual uma criança cujas performances de gênero não estão em conformidade com o sexo de nascimento, irá sofrer repreensões para corrigir suas atitudes, suas posturas, por exemplo, um menino que goste de brincar com bonecas ao invés de brincar com carrinhos, irá sofrer condenações, castigos verbais e físicos, será envergonhado para que adote uma performance masculina, ou uma menina que prefira jogar futebol em detrimento de brincar de casinha será corrigida diariamente para que adote posturas femininas e gostos femininos. A família é o primeiro dispositivo de manutenção e imposição da heterossexualidade compulsória, é na família que as primeiras imposições de conformidade entre gênero e sexo de nascimento serão impostas as crianças, desde a simples escolha de brincadeiras, até a atribuições de tarefas domésticas.

Conforme Bourdieu (2012, p. 46):

[...] longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado.

A violência masculina é naturalizada tal quais as obrigações de gênero, como nos mostra Sabrina, ao afirmar que, “*minha mãe falou muita merda pra mim, muita merda, saca, ela chegou a falar que ela preferia que fosse um pinguço que bate na mulher porque isso é normal*”. Percebe-se na fala de Sabrina a superioridade das relações machistas, bem como a imposição de relações heterossexuais a partir do sexo biológico que fazem parte das convenções hegemônicas do que é ser homem ou mulher, bem como suas relações afetivas e de prazer, que são vigiadas e conduzidas ao longo da vida a partir de um lugar natural e controle político-econômico sobre os corpos, reafirmados socialmente pelo discurso político, psicológico, escolar, familiar e também religioso.

*Eu já tinha percepção de que essa minha não identificação com o universo masculino poderia causar desconforto, desconforto? É, afastamento, rejeição da família, sei lá, então eu sempre tentei me esconder. Esse meu comportamento de esconder teve um reforço da igreja, que minha família, sempre, sempre não, quer dizer, minha família que eu falo assim, meus pais né, porque parente, avô, tio é pra mim é parente, não é família, mas meus pais eles começaram a frequentar mais a igreja quando eu era criança [...]meu*

*pai chegou a pedir pra eu devolver o filho dele, falou que eu estava destruindo a família dele, e aí tipo, né, isso deixa marcas né? -Sabrina.*

Percebemos na fala de Sabrina duas questões, a primeira normalmente situada nas vivências de pessoas transgênero, que é a não aceitação da família de uma pessoa com uma identidade de gênero em discordância com a concepção binária da heterossexualidade compulsória, que define o gênero da pessoa a partir do sexo de nascimento, atribuindo sentido e obrigações entendidas como naturais a serem exercidas por aquele sexo, a segunda questão é o entendimento de uma estrutura familiar heteronormativa de classe média, pai, mãe e filhos, se considerarmos que esse é um modelo de classe média por entendermos que a maioria das famílias são constituídas apenas com a figura materna, ou avós e tios que dão apoio familiar e econômico na estrutura familiar da sociedade brasileira.

*Meu afastamento se deu justamente por não ver pertencente no seio familiar, da parte de pai, inclusive o meu pai, agora a família da minha mãe aonde eu mais fui criada, onde que passei mais tempo de criação, com as pessoas com que eu mais tive contato ao longo da minha criação, do meu desenvolvimento enquanto pessoa, eu tenho uma relação muito boa, eu consegui quebrar muitos paradigmas junto a eles e hoje eu tenho uma relação muito boa com essa minha família - Daniela.*

Na fala de Daniela percebemos uma diferença da fala de Sabrina, ao afirmar não ter tido uma boa aceitação no ciclo familiar paterno, mas em contrapartida se sentiu acolhida no ciclo familiar materno, ao qual teve maior contato e foi criada, conseguindo até romper com alguns conceitos naturalizantes da construção dos corpos, enquanto que Sabrina afirma não ter tido uma boa aceitação nem por parte da mãe nem da parte do pai durante algum tempo.

*Assim que a pessoa ela, vai se assumir para o pai, para a mãe, para a família em si, a família vem com preconceito, a família nega a pessoa, na maioria das vezes a família coloca esse sujeito na rua, fecha as portas de casa, né.” “\_é isso que eu falei pra você, tem a ver comigo, com o que eu passei, né, eu precisei sair de casa cedo, aos treze anos de idade, minha família não aceitou na época minha orientação sexual, então eu tive que me expor.” “\_eu tenho uma irmã, uma irmã de sangue que sempre me orientou, é me ajudou em várias situações, situações mesmo, foi o anjo da minha vida e ainda é sabe?, a minha única irmã legítima, então o que meu pai fez comigo, a minha família fez, eu tenho deus colocou essa pessoa iluminada na minha vida que não me deixou desamparada, que me acolheu que me deu um lar também, essas coisas - Carolaine.*

Nessa fala de “Carolaine”, ela afirma os preconceitos e exclusão familiar da pessoa transgênero, chegando a ser expulsa de casa por conta da sua identidade de gênero, bem como a constante afirmação de que se trata de uma identidade confusa, doente, errada, pecaminosa e

por isso não pode ser aceita dentro do seio familiar. Entretanto ela ressalta a importância do apoio da irmã no processo de aceitação da sua identidade, bem como o apoio educacional e financeiro no seu processo de transição.

Segundo Dias (2015), a aceitação no meio familiar começa a partir de um integrante que passa a enxergar a identidade trans com maior sensibilidade, desconstruindo a naturalização dos corpos binários, e que essa pessoa geralmente é um irmão ou uma irmã que aceita a condição transexual da pessoa, que geralmente se tornam mediadores do contato da pessoa trans com os outros integrantes da família e ainda como mediadores da pessoa trans também com a sociedade.

Todas essas narrativas nos mostram as dificuldades vividas por pessoas trans desde muito cedo, ao serem insistentemente corrigidas no meio familiar para que se adéquem às normas de gênero atribuídas aos seus corpos de forma compulsória, pelo viés essencialista do binarismo heterossexual normativo, e a não adaptação dessas pessoas ao padrão e as normas estabelecidas geram violências físicas e psicológicas que são entendidas como normais, afinal entendem que essas pessoas estão escolhendo viver de forma “errada” e não aceitam o “certo”, entretanto, com o passar do tempo as famílias passam a desconstruir discursos hegemônicos sobre a compulsoriedade do sexo-gênero-prazer, e conseguem internalizar a “nova” identidade da pessoa trans, adotando o nome social ao qual a pessoa se identifica bem como a atribuição do gênero para qual a pessoa transicionou, mas é preciso ressaltar que as vezes esse processo não acontece, onde um ou mais integrantes não aceitem, entendam ou respeitem a identidade da pessoa trans e por isso as mesmas acabam rompendo laços com a família podendo ou não retornar a manter contato com essa família no futuro (DIAS, 2015).

A identificação da pessoa com gênero oposto ao seu biológico é sempre visto como errado, como estranho, como o anormal, sendo essa pessoa constantemente lembrada e reposicionada dentro dos padrões e posturas socialmente aceitos e elaborados para as pessoas do seu sexo biológico. Stoler (1982) assinala que o impacto inicial da transexualidade em uma família é sempre marcante, ainda que a família observe desde a infância da pessoa características peculiares. Com o passar do tempo as famílias começam a compreender a transexualidade das pessoas e internalizando novas configurações, mas não sem antes vivenciar um processo de desconstrução e até mesmo luto da ideia feita em cima de um corpo sexuado (DIAS, 2015, p. 78).

O entendimento das identidades transgênero como algo errado, estranho, vulgar, feio e pecaminoso, tem influência dos discursos da elite burguesa do século XVII, XVIII e XIX que permeiam as questões da sexualidade, é a partir do discurso da elite burguesa que se tornam possíveis entendimentos do modelo ideal da concepção da família, da honra, dos bons costumes,

colocando o sexo como um destino divino, para procriação, bem como a instituição de deveres principalmente ao corpo feminino, com relação a maternidade, a “pureza”, virgindade etc.

### 3.2.2 “Não tem Deus, Nem pátria amada”: religião

A maioria das famílias no primeiro momento, colocam a questão dos discursos religiosos para não aceitação da pessoa transgênero, como podemos observar nos trechos abaixo retirados das narrativas das entrevistadas. Nesse sentido irei analisar como a religião interfere direta ou indiretamente na vida de pessoas gênero divergentes.

Sabe-se que a tradição judaico-cristã está na raiz do preconceito com identidades de gênero variantes do binário homem-mulher e de orientações sexuais que não a heterossexual. A Bíblia contém alguns trechos em que a relação entre dois homens (pouco se fala sobre relação entre mulheres) é condenada. Esses trechos são base para a exclusão de “minorias sexuais” desde a ascensão do Cristianismo, que teve seu auge na Idade Média, quando alguns foram queimados em praça pública por sodomia. O Brasil é um Estado laico, mas temos representantes religiosos no Congresso Nacional, que levam adiante o texto bíblico *ipsis litteris*, afirmando que o escrito no texto sagrado para os cristãos deverá ser observado hoje tal qual foi naquele tempo em que foi redigido. É preciso reiterar que a presença das bancadas religiosas impede – há muito – o avanço de alguns projetos sugeridos para a salvaguarda de direitos fundamentais à população LGBTQIA (KOCH; VOLCKMER, 2017, p. 39-40).

Conforme aponta Foucault (1999), a sexualidade sempre esteve no centro das discussões de controle da sociedade, mas a partir do século XIX e XX aumentaram se as fundações, ou dispositivos produtores de verdades sobre o sexo, um desses dispositivos é a Igreja, a partir dos escritos bíblicos, passou a condicionar o sexo apenas para um fim maior, a procriação, vale lembrar que a Igreja e o Estado durante a Idade Média, período de ascensão do cristianismo, governavam juntos, o que nos leva a perceber que a religião também pode ser política, e atende a determinados interesses de determinados grupos sociais.

Ainda hoje, no Brasil, mesmo que a Constituição Federal de 1988, tenha garantido a Laicidade do Estado, existe uma bancada religiosa, composta por católicos e evangélicos, que barram políticas públicas voltadas para grupos minorizados como os LGBTQIA+, como podemos observar na fala de **Sabrina**: “*Tipo no CNB (Congresso Nacional Brasileiro), ser convidada no STF pra dar pitaco sobre aprovação de lei, bancada evangélica nas casas legislativas pra barrar projetos de cunho progressista.*”

Outro questionamento levantado é sobre o uso de ideologias religiosas para tentar convencer pessoas transgênero a deixarem de ser trans, como se tratasse de uma escolha, algo que se pode simplesmente se despir daquilo, colocando em discussão a questão da alma, do

propósito essencial de “Deus”, e lançando julgamentos para aquelas pessoas que não aceitam tal condicionamento religioso, como observamos na fala de Sabrina “*meus pais usaram e abusaram de discurso religioso pra tentar me convencer que eu não sou quem eu sou*”.

Enquanto que “**Caroline**” afirma que:

*Quando uma pessoa trans entra na igreja, uma mulher trans, uma travesti, são disparados olhares, olhares críticos, céticos, até parece é a única pecadora que chegou ali dentro da igreja naquele espaço. Isso é em várias religiões, seja na católica na evangélica.*

Para Foucault (1999), vivemos mergulhados em múltiplos discursos difundidos por diferentes instituições, entre elas a Igreja, que através do discurso religioso é capaz de controlar o comportamento sexual das pessoas desde a mais tenra idade, através de discursos como pecado e punição, salvação e vida eterna, puro e pecaminoso, destino e obediência, resiliência e rebeldia, condiciona o sexo e as performances sexuais e de gênero ao essencialismo da heterossexualidade compulsória através do entendimento binário homem/mulher, e condena qualquer performance que não esteja de acordo com as normas pré estabelecidas para aquela cultura em determinado tempo. Ainda em Foucault (1999), podemos perceber que aqueles que fogem da norma devem ser silenciados, excluídos, marginalizados, e se esses excluídos chamarem a atenção devem pagar o preço.

A próxima unidade de sentido trata sobre as relações da pessoa transgênero com o ambiente escolar, nesse sentido, pretendo perceber e analisar quais os sentidos são construídos em torno da formação escolar e as implicações para a vida de pessoas trans.

### **3.2.3 “Vil vocabulário, ela é tão singular, só se contenta com plurais”: escola e/ou ensino**

Pessoas com a identidade de gênero que diverge do padrão binário essencialista da heterossexualidade compulsória, acostumam-se desde muito cedo a viverem com a violência, psicológica, emocional, física, social, afetiva e todas as formas de violência que se pode imaginar, o primeiro encontro com a violência velada nos padrões de comportamento se dão nas brincadeiras infantis no meio familiar, ao qual crianças que não seguem a risca os padrões estabelecidos para o gênero atribuído ao seu sexo de nascimento, são perseguidos pelas outras crianças e são repreendidos pelos adultos, para que eles voltem para as normas, como observamos na fala de Daniela sobre sua relação familiar na infância:

*eu achava que eu sofria discriminação não só por eu ser uma pessoa LGBT, por ser uma mulher trans, mas também por ser uma criança, e que ser criança é estar à mercê de, dos adultos, é ter que responder aos adultos, é ter que obedecer os adultos independente se eles estivessem errados, e eu desde*

*criança sempre tive esses questionamentos, de que não é porque é uma pessoa mais velha do que eu, eu devo total respeito, e que a pessoa mais velha sempre está certa, por que eu na minha condição de mulher trans criança, eu era agredida com palavras e agressões físicas mesmo, como se eu não fosse uma criança, como se eu fosse uma igual a eles, então eu tive que amadurecer muito rápido nessa questão, de se posicionar de igual pra igual.”*

Para Bento (2008, p. 32, apud SANTOS, 2017, p. 17), “As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo”, pois causam dor, sofrimento e exclusão dos corpos que divergem da “normalidade”. Assim, percebemos que os contínuos processos de readequação do indivíduo às normas da heterossexualidade compulsória são dolorosas, excludentes, e causam sofrimento diariamente aos corpos que são construídos como “anormais” por não obedecerem a padrão construído como “normal”.

O segundo encontro com a violência à pessoas transgênero ocorre em outro ambiente que era pra ser um ambiente de acolhimento e desenvolvimento, a escola, onde na verdade se aplica a manutenção da hegemonia do *status quo* da heterossexualidade sobre a sexualidade humana e as identidades de gênero, através de normas que modelam e insistem em “corrigir” os indivíduos que não seguem as regras impostas sobre os corpos.

Conforme pontua Miskolci (2012, p. 18):

Como mostra minha experiência pessoal durante a ditadura militar, a escola tenta, pelos mais diversos meios pedagógicos, criar meninos masculinos e meninas femininas. Portanto, o ensino escolar participa e é um dos principais instrumentos de normalização, uma verdadeira tecnologia de criar pessoas “normais”, leia-se, disciplinadas, controladas e compulsoriamente levadas a serem como a sociedade as quer. Em outras palavras, a escola pune e persegue aqueles e aquelas que escapam ao controle, marca-os como estranhos, “anormais”, indesejáveis.

A escola é um espaço de exclusão das diferenças, para Foucault (1999) a escola é um dos dispositivos discursivos do bio-poder capaz de transformar as pessoas em sujeitos sociais, esses sujeitos devem seguir as normas estabelecidas socialmente, bem como atender as expectativas da cultura, da política e dos interesses da sociedade que está inserida. Essas expectativas perpassam por seus corpos e os papéis que os mesmos devem exercer dentro de determinados espaços, papéis estes definidos pelo sexo de nascimento, ou seja, pelo padrão binário da heterossexualidade, ao qual o sexo está para o gênero e o gênero para o sexo, configurando assim a produção de duas identidades de gênero apenas, homem e mulher.

Em meados do século XX, Erving Goffman, um sociólogo da Escola de Chicago, já observa que era na escola – justamente dentro desse processo de normalização – que as pessoas entrariam pela primeira vez com a sociedade e suas demandas. Isso porque, muito frequentemente, nas famílias é claro que

you are inserted into society, but you have a certain cord of protection with relation to many external demands outside the circle of the parentesco. In school, this cord disappears, and it is here that we discover that we are above the weight, or too thin, ugly, short, stuttering, black, effeminate. In sum, it is in the school environment that the ideal collective demands about how we should be begin to appear as demands and even impositions, many times in a very violent form. Today, people have created a name for the violent character of school socialization: bullying. (MISKOLCI, 2012, p. 41).

Essa fala do autor Miskolci (2012), via de encontro com a fala das três entrevistadas, sobre a questão da perseguição, da violência verbal e física do bullying sofrido por pessoas transgênero, como podemos perceber nos trechos a seguir:

*Requer muito esforço mental e muita disposição física e psicológica diante das adversidades que um corpo trans sofre, exclusão social, bullying, o preconceito, a marginalização -Daniela.*

*A maioria das pessoas trans não terminam nem o ensino médio, mais da metade não terminam nem o ensino fundamental, são empurrados pra fora da escola porque a escola não é um espaço nenhum pouco inclusivo -Sabrina.*

*Na escola muitas das vezes, ela sofre bullying quase o tempo todo, dentro da sala de aula, no recreio, antes de entrar na escola e após sair, chega em casa você tem essa pressão toda contra você contra sua orientação sexual, você fica desanimada com a escola, você combina com o coordenador sobre bullying sobre piadinha nada resolvido, com a direção nada se resolve, começa aquele desanimo total na mente da pessoa né, então tem pessoas, tem mulheres trans que não aguentam essa pressão, então o que que acontece, ela sai da escola, não tem? -Caroline.*

Principalmente na fala de “Caroline” se percebe que não somente os colegas, alunos, praticam violências constantes contra pessoas cuja identidade de gênero não se encaixam no padrão estabelecido, como os professores, diretores, coordenadores compactuam com tal violência ao normalizar tais atitudes fechando os olhos para essas violências, como se não se tratasse de algo importante a ser resolvido.

Mas uma questão a ser pensada sobre a fala do autor Miskolci (2012), é que no caso de pessoas trans, na maioria das vezes não existe o cordão de proteção da família, como percebemos nas narrativas das entrevistadas, o terrorismo da heterossexualidade se pratica na vida de pessoas trans desde a primeira infância, ao menor sinal de inconformidade do corpo com o gênero estabelecido essa criança é rechaçada, constrangida e castigada, conforme pontua a Daniela em sua relação com a família, e ainda conforme pontua de forma muito clara a fala de Sabrina sobre a idade de expulsão da família de crianças trans, “as pessoas são expulsas de casa muito cedo, 13/14 anos”. E ratificado pela experiência da “Caroline”, expulsa de casa pelo próprio pai aos 13 anos de idade por conta da sua identidade de gênero transgênero. Ou

seja, mais uma vez percebe-se que as identidades transgênero são lidas como as identidades mais desprezíveis socialmente, as menos humanas, menos dignas de direitos, mesmo quando se trata de uma criança de 13 anos de idade, são demonizadas e marginalizadas, e se sofrem violências é porque merecem, porque procuraram por isso.

Os caminhos percorridos por transgêneros são tomados por desafios desde a infância, bem como na adolescência e na vida adulta, começando pela discriminação da própria família, Benevides e Nogueira (2019) falam que a média em que travestis e mulheres trans são expulsas de casa é 13 anos de idade. No Brasil, enquanto a expectativa de vida média é de 75,5 anos, esse número cai para 35 anos quando se trata de travestis e mulheres trans. (WATANABE, 2019, p. 18).

Existe uma hierarquia identitária pregada pela pedagogia da heterossexualidade, que é o homem, jovem, saudável, corpo atlético, branco, loiro, alto, cristão, macho, heterossexual, nesse sentido, as outras identidades e características vão sendo mediadas a partir da proximidade ou distância desse padrão estabelecido, se for um homem branco atlético másculo e gay pode sofrer preconceito, mas não da mesma forma que uma mulher trans negra.

A transgeneridade representa um enorme perigo para as normas reguladoras do ser social, pois escancaram de vez a possibilidade de existir fora dos padrões pré-estabelecidos e por isso é severamente punida, silenciada e excluída. Qualquer pessoa que não siga essas normas rigorosamente instituídas será punida para que se adeque ou será excluída, marginalizada, desumanizada.

Seguindo esse processo de exclusão e negação de direitos, as pessoas trans são marginalizadas e impossibilitadas de frequentarem ambientes de educação formal, o que conseqüentemente não as prepara para o mercado de trabalho, empurrando-as para profissões onde não são vistas como o telemarketing e a prostituição ou para empregos relacionados a feminilidade como os salões de beleza.

Nesse sentido, no próximo capítulo apresento as relações das pessoas transgênero e espaços sociais de direito, políticos, pretendo perceber qual a relação das pessoas transgênero com o mercado de trabalho e a presença marcante da maioria dessa população no ambiente da prostituição, bem como a impossibilidade do uso do nome social em instituições públicas, a burocracia jurídica para mudança do nome civil, o empuxo da medicina e psiquiatria para a cirurgia de redesignação sexual e ainda a relação das pessoas transgênero com o espaço acadêmico.

#### **4 NÃO RECOMEDADO: Sociabilidade e seus desdobramentos**

Uma foto, uma foto  
 Estampada numa grande avenida  
 Publicada no jornal pela manhã  
 Na denúncia de perigo na televisão  
 Uma foto  
 Estampada numa grande avenida  
 Publicada no jornal  
 A placa de censura no meu rosto diz  
 Não recomendado à sociedade  
 A tarja de conforto no meu corpo diz  
 Não recomendado à sociedade  
 Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado  
 Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado  
 Não olhe nos seus olhos  
 Não creia no seu coração  
 Não beba do seu copo  
 Não tenha compaixão  
 Diga não à aberração  
 A placa de censura no meu rosto diz  
 Não recomendado à sociedade  
 A tarja de conforto no meu corpo diz  
 Não recomendado à sociedade

##### **Caio Prado Ribeiro**

Ao falar sobre censura é preciso compreender que essa surge de um grupo dominante para controlar as ações de outros grupos, a censura nasce de regimes autoritários que proíbem e coíbem determinados comportamentos dentro daquele regime (SOARES, 1988). Nesse sentido, utilizar a música “Não Recomendado”, de composição de Caio Ribeiro, 2014, é uma forma de trazer à tona a censura aplicada pelo regime da heterossexualidade compulsória que dita as normas e performances socialmente aceitáveis para cada corpo, condenando de forma veemente aqueles que desobedecem às normas, retirando as vozes desses sujeitos, marginalizando-os e construindo discursos negativos sobre essas pessoas desviantes, de forma que a sociedade não os aceite.

A censura mencionada na música, reflete a realidade de pessoas transgênero, que tem suas identidades associadas ao maligno, ao perverso, ao doente, ao vulgar, e por isso devem ser combatidos. Assim, as identidades transgênero são entendidas como transgressoras, marginais, perigosas, devido a sua capacidade de transpor as fronteiras estabelecidas pela heteronormatividade, mostrando as possibilidades de se viver as identidades sexuais e de gênero

para além do controle estabelecido de forma rigorosa aos corpos sociais, representando perigo à hegemonia da heterossexualidade e os privilégios sociais, políticos, civis e econômicos relegados às pessoas que adotam de forma passiva os padrões e performances estabelecidos ao gênero em concordância com o sexo de nascimento.

Nesse capítulo apresento os sentidos dados por pessoas transgênero às suas relações sociais com as instituições públicas como a universidade, as políticas, o mercado de trabalho e as leis. Observo o significado atribuído pelas entrevistadas a essas instituições e a manutenção das identidades hegemônicas ou a reconfiguração de novos espaços de inclusão para as múltiplas identidades de gênero.

QUADRO 4 – EIXO TEMÁTICO 2: SOCIABILIDADE

CATEGORIA TEMÁTICA	UNIDADES DE SENTIDO
Relações Sociais, Civis e Políticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado de Trabalho e Prostituição.</li> <li>• Uso de Banheiros Públicos e Nome Social.</li> <li>• Cirurgia de Redesignação Sexual.</li> <li>• Formação Superior.</li> </ul>

Autor: CARDOSO, 2021

As relações interpessoais significam a relação entre duas ou mais pessoas, são os laços criados pelas pessoas ao seu meio e as pessoas que se relaciona, dessa forma, as relações interpessoais dizem respeito a formação do eu a partir da interação com o outro no que tange as questões da identidade.

Conforme pontua Tavares (2007, p. 32 -33):

Em uma primeira aproximação ao conceito, o que se oferece reter é que relações interpessoais são laços ou redes de laços que ligam e interligam as ações das pessoas entre si. É nessa trama, que às vezes também nos tramam, que as pessoas são, conhecem, sentem, agem, aprendem e vivem. Nem todas as ligações ou redes de ligações poderão ser consideradas ao nível da pessoalidade.

É a partir desse entendimento que compreendo as relações interpessoais como a interação do indivíduo com os fenômenos sociais ao qual está inserido, nesse mesmo meio é onde se torna possível a construção das identidades coletivas e individuais, como as identidades de gênero, de classe, de cor, de raça etc. Assim, proponho nesse capítulo desvelar essas redes de relações de pessoas transgênero e compreender a significação dada por essas aos fenômenos vividos e experienciados com relação à constituição das suas identidades de gênero.

#### 4.1 “Não tenha compaixão, Diga não à aberração!”: mercado de trabalho e prostituição

Conforme Miskolci (2012), meninos feminilizados, meninas masculinizadas, que adotam performances de gênero delimitadas ao gênero oposto ao que lhe foi imposto, como simples atividades físicas, meninos que se interessam mais por vôlei, ou meninas que se interessam por futebol, são rechaçados, perseguidos e sofrem violências naturalizadas como consequência à resistência as normas pré-estabelecidas, entendidos como pervertidos, depravados, malignos, marginais, aberrações e por isso merecem sofrer tais punições para que voltem a norma, não se deve ter compaixão, empatia, respeito, muito menos tentar entendê-los e respeitá-los.

Os desafios enfrentados por pessoas trans tem início desde a infância, essas pessoas são constantemente apagadas e tem seus direitos violados, desde o primeiro direito da infância que é a garantia à família, espaço esse em que sofrem violências psicológicas, verbais e até físicas, como lembra Watanabe (2019) ao apontar que a média em que travestis e mulheres trans são expulsas de casa é 13 anos de idade, e na afirmativa da entrevistada **Sabrina**:

*As pessoas são expulsas de casa muito cedo, 13/14 anos, tem que se virar, tem que comer, tem que vestir, tem que né, tem que sobreviver, muitas, a maioria esmagadora, noventa por cento das pessoas trans, apelam pro mercado da prostituição né, porque é pra onde a sociedade empurra essas pessoas.*

A partir desse olhar da Sabrina, uma vez que as pessoas transgênero sendo menores de idade, sem formação acadêmica ou experiência no mercado de trabalho, excluídas da escola e da família, podemos nos perguntar, como as pessoas transgênero fazem para se manter economicamente?

De acordo com dados da ANTRA (2019), 90% da população trans brasileira utiliza a prostituição como fonte de renda. Esse percentual decorre principalmente da exclusão escolar, causando baixa escolaridade e dificuldade de entrada e permanência no mercado de trabalho, devido à falta de qualificação e preconceito (WATANABE, 2019, p. 18).

O que é bem ressaltado pela fala de **Caroline**:

*Aonde começa a evasão escolar, vem a exclusão da família, né, o mercado de trabalho formal se fecha, a partir do momento que ela sai da escola, com que ela vai ter um curso, uma graduação, um curso técnico para se ingressar na sociedade, porque a sociedade já marginaliza a pessoa por si só, por ela ser uma travesti ou uma mulher trans, né, aí o que que acontece, junta todos esses fatores, a sociedade jogam nos pra onde?; quando não é pro salão de cabeleireiro, é pra marginalidade da prostituição na rua né, que é o que sobra para maioria das mulheres trans, é o salão de cabelo ou a prostituição.*

Fica evidente nas falas das entrevistadas, bem como em outros estudos, a relação da exclusão familiar, escolar e acadêmica de pessoas transgênero com a marginalidade da prostituição, Dias (2015) acredita que é senso comum afirmar que as pessoas travestis e transexuais são empurradas para a prostituição, entretanto, nos perguntamos quais outras oportunidades uma mulher trans sem acesso à educação, ao mercado de trabalho, a cursos de profissionalização ou apoio familiar, e ainda a estigma social, cultural e religiosa, da construção da identidade trans como uma pessoa doente, delinquente, vulgar, errada, poderá ter?

Observando esse fenômeno, as universidades públicas tem contribuído com intensos debates sobre as múltiplas identidades de gênero e a hegemonia histórica da construção da identidade heterossexual, sendo essas as primeiras instituições a criarem regimentos internos, que antecedem a legislação federal, para exigir o direito do uso do nome social de pessoas trans nos espaços acadêmicos, e ainda contribuíram com a criação de políticas públicas de inclusão como cursinhos pré-vestibular para pessoas trans, bolsas de estudo, grupos de apoio e inclusão nos espaços acadêmicos. Percebemos que ainda não alcançamos dentro da universidade um lugar democrático de direito que atenda e garanta a liberdade plena das múltiplas identidades de gênero, mas esse é um espaço onde as pessoas trans podem ter um mínimo de garantia de reconhecimento das suas identidades e sua dignidade humana, contribuindo de forma significativa na construção de uma sociedade igualitária, diminuindo a desigualdade da formação e qualificação para a vida e para o mercado de trabalho.

Via de regra, o currículo de pessoas trans são enviados utilizando o nome social e selecionados mediante análise de conteúdos e formação. Contudo, na apresentação da documentação ou mesmo quando a pessoa comunica ser uma pessoa trans, seu currículo é desvalorizado e descartado sob justificativas diversas, como das vagas terem sido preenchidas, ou que o processo seletivo foi encerrado, ou mesmo que a pessoa não tinha experiência na área (DIAS, 2015, p. 85).

Pessoas trans, em grande maioria, mesmo quando conseguem se qualificar continuam tendo o acesso ao mercado de trabalho negado, mesmo sendo um direito de todos como garantia da dignidade humana, como essas pessoas transgênero poderão se tornar cidadãos sociais completos portadores de direito e participantes sociais? Nega se constantemente a existência dessas pessoas, assim, alguns trabalhos acadêmicos, ainda percebem a presença dessas pessoas no mercado de trabalho como nos mostra Watanabe (2019), como o salão de cabeleireiro e atendentes de telemarketing, o primeiro por receber o estigma de lugar ou profissão de gays, o segundo porque é um espaço que o trabalhador não é visto.

O estudo de Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) com travestis e mulheres transexuais na cidade de Pelotas/RS, concluiu que o mercado de trabalho em Pelotas é limitado para este público, sendo predominantemente restrito às áreas de beleza, telemarketing e prostituição. Onde a área de beleza já é um espaço formal e tradicionalmente ocupado por trans, e o telemarketing e a prostituição são espaços que as tornam invisíveis na sociedade (WATANABE, 2019, p. 18).

Percebemos na fala de autora, que o estudo foi feito na cidade de Pelotas/RS, entretanto se aplica a outras realidades no Brasil, como mostra a fala de “Caroline” e corroborada pela fala de Daniela:

*Junta todos esses fatores, a sociedade jogam nos pra onde?; quando não é pro salão de cabeleireiro, é pra marginalidade da prostituição na rua né, que é o que sobra para maioria das mulheres trans, é o salão de cabelo ou a prostituição - **Caroline**.*

*Eu não tinha a empregabilidade garantida, eu vivia de bicos de cabelo, de maquiagens, era muito explorada em salão de beleza, obrigada a fazer progressivas e progressivas, tenho um problema de respiração, sempre tive, e se agravou um pouco na época que trabalhei com salão de beleza, depois fui trabalhar como telemarketing - **Daniela**.*

Percebe-se nas falas das entrevistadas que não se trata de uma questão de escolha por parte das pessoas transexuais ou travestis, para escolherem o mercado de trabalho com a prostituição, bem como compreendo que os jogos discursivos de poder, Foucault(1999), delimitam e norteiam os espaços entre o social e a margem, o social delimitado por Butler (2003) são todos os corpos e performances que obedecem as regras sociais impostas aos indivíduos conforme seu sexo de nascimento, enquanto que a margem é delimitada por todos o corpos que não se adaptam a essas normas, voltando a Foucault(1999), aqueles que não obedecem as normas devem ser silenciados, excluídos, marginalizados. Assim, constroem-se as identidades de gênero transgressoras, como identidades que devem ser escondidas, mantidas a margem.

Outro fator apontado por “Caroline”, é sobre a relação afetiva, familiar que as travestis e mulheres trans constroem com seus pares, com outras garotas que compartilham dormitórios, esquinas, vivências marginalizadas.

*Muitas dessas pessoas que trabalham lá na prostituição nas ruas, elas nem moram com a família, tem um, existe um pensionato em todas essas cidades, vários pensionatos, que é um lugar só de pessoas trans, que recebe só pessoas trans, pra elas trabalharem por sites, trabalharem presencial nas esquinas nas ruas também, e essas pessoas muitas vezes se transforma aquele hotel, aquele pensionato na casa delas, ai ficam dois, três, cinco, até seis, sete anos,*

*naquele pensionato porque família não aceita essas pessoas, a pessoa perdeu o espaço, perdeu um lar, então aquelas outras meninas que moram ali se tornam família uma irmandade.*

Conforme pontua Dias (2015, p. 80):

Não obstante, muitas vezes o grupo considerado família será composto por outras pessoas que não aquelas consanguíneas. Observamos isso especialmente com as mulheres trans, especificamente naquelas que tiveram de abandonar suas casas justamente pela não aceitação da família. Estas mulheres criam laços de afeto com outras pessoas, inclusive outras mulheres trans, e começam a integrar um todo que conjectura-se como uma nova família. Em alguns casos a figura materna será substituída pela de outra mulher que será suporte necessário para enfrentar as readequações sociais corporais e o social como um todo.

Percebe-se na fala do autor, bem como na narrativa da entrevistada, as novas formulações de família estabelecidas por mulheres transgênero, cuja identidade não é aceita no ciclo familiar, e são forçadas a viverem por conta própria ainda na infância, cuja muitas das vezes conseguem apoio em outras mulheres trans que passaram pelo mesmo processo. Juntamente a esse fator, está presente nas narrativas das entrevistadas, o processo de construção da identidade transgênero em busca da passabilidade cisnormativa a partir da aplicação de hormônios, feminilização do corpo, uso de próteses etc, que são aprendidos a partir de dicas, conversas, partilhas de experiências de outras mulheres trans, devido a falta de atendimento médico para a maioria das mulheres trans, cuja identidade não se enquadre perfeitamente nas normas impostas pela patologização pensada pelo viés dicotômico da construção das identidades de gênero da heterossexualidade compulsória.

#### **4.2 “Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado”: uso de banheiros públicos e nome social**

Percebe-se a negação dos direitos básicos a pessoas com a identidade de gênero divergente do padrão binário da heteronormatividade, os direitos LGBT não são respeitados, as identidades transgênero são censuradas nos espaços públicos de forma a não reconhecê-las como parte integrante da diversidade e da multiplicidade humana, não “fazem parte da sociedade e nem devem fazer”, constantemente criam-se discursos para naturalizar as normas heterossexistas e demonizar, colocar na categoria de doentes, de desvios mentais, aqueles e aquelas que não conseguem se enquadrar na norma heterossexual, negando assim, acesso a estabelecimentos, ao uso de pronomes, e do próprio nome, nega-se a existência plena dessas pessoas.

*Porque tipo eu falei pras pessoas mas eu continuei frequentando o banheiro masculino, com muito constrangimento, mas eu não queria naquele momento que as pessoas (mulheres cisgênero), tivessem a percepção que eu estava invadindo o espaço delas, entendeu?; então eu contei pra elas, mas eu continuei muito timidamente frequentando o banheiro masculino lá, e aí uma das minhas colegas percebeu e fez uma enquete com as minhas outras colegas sem eu saber, e aí foi unânime, que elas falaram que eu podia, que eu devia frequentar o banheiro feminino, foi muito legal, muito legal- **Sabrina**.*

Percebo na fala de Sabrina a importância da aceitação do outro no processo de aceitação da sua identidade, conforme mostra Preciado (2015, p. 04), entre linguagem e moléculas bioquímicas, fabrica-se uma subjetividade política. Mas apenas quando os outros começam a me chamar de Paul que eu me torno Paul: eu devo a eles o meu nome. Eu devo a eles a possibilidade de tirar o gênero dos trilhos. Nesse sentido, a aprovação dos colegas de trabalho permite a existência da sua identidade, entretanto como lembra Louro (2004), essa aceitação se dá pela proximidade da relação entre as colegas de trabalho e a Sabrina favorecendo o reconhecimento da subjetividade humana e consequentemente reconhecendo-a em sua dignidade humana, portadora de direitos, sentimentos sem objetificação.

Hoje vocês me concedem o privilégio de evocar a “minha” coragem de ser eu mesmo, depois de me terem feito carregar o fardo da exclusão e da vergonha por toda a infância. Vocês me oferecem esse privilégio como quem dá um trago a um cirrótico, negando ao mesmo tempo meus direitos fundamentais em nome da natureza e da nação, confiscando minhas células e meus órgãos para a sua gestão política delirante. Vocês me concedem essa coragem como quem dá umas fichas de cassino a um viciado em jogo, mas continuam se recusando a me chamar pelo meu nome masculino ou a concordar meu nome com os adjetivos não femininos, simplesmente porque eu não tenho os documentos oficiais necessários nem a barba (PRECIADO, 2015, p. 16).

Preciado (2015) chama a atenção para a autorização dada pelos outros, os heterossexuais a existência da pessoa trans, questiona esse lugar de legitimação dado pelo outro, os que pertencem a norma, que estão integrados a ela, que a produzem e reproduzem os corpos incluídos e excluídos socialmente. Questiona-se essa legitimidade do poder de aceitação, dos corpos desviantes à permissão de poder existir, de poder viver, de ter direitos, de se fazer presente.

*Em 2007 eu terminei a faculdade de TI, eu ainda não tinha me assumido né, mas na faculdade de psicologia, eu me assumi um ano depois que eu já tinha ingressado no curso, e a recepção foi maravilhosa assim, calorosa, meu nome ainda não estava alterado na chamada, os professores pegavam, antes do CEUB, informatizar né, as chamadas e tudo mais, os professores escreveram com lápis em cima lá do meu antigo nome, pra não errar. [...] quando foi informatizado eu entrei com uma solicitação pro meu nome social constar na chamada, né, esse foi um pouquinho mais burocrático, eu precisei de uma*

*carta de recomendação de um psicólogo [...]na justiça foi um pouco dificultoso eu alterar meu nome, eu dei entrada no processo em 2014, e só foi alterado em 2016, depois que eu fiz minha cirurgia de redesignação sexual, porque o juiz não quis fazer antes, por mais que houvesse jurisprudência no sentido contrário - Sabrina.*

Como podemos perceber na fala de Sabrina, o direito ao uso do nome que reconheça seu gênero perpassa pela aprovação da heterossexualidade, ou seja, são pessoas heterossexuais que discutem se pode ou não usar o seu nome, um direito de todos, ou seja, discutem se a identidade trans pode ou não existir em determinados espaços, a partir do pensamento biologizante sobre os corpos da ideologia heterossexual compulsória binária.

*Durante a minha faculdade eu tive dificuldade muito grande, pra, no início dos anos da minha faculdade, de ser respeitada, o meu nome, o meu nome na época era um nome social, hoje é um nome que foi retificado nos documentos, e eu tive que falar com todos os professores de um por um, e teve resistência de alguns professores de me chamar de me tratar pelo meu nome feminino, mesmo dentro da Assistência Social num curso de Assistência Social em que a gente falava sobre Direitos Humanos, os direitos do público LGBTs, dos direitos de pessoas pretas, e ainda assim era ceifado o meu direito dentro da universidade -Daniela.*

Na fala de Daniela percebe-se a negação do direito ao uso e reconhecimento do seu nome, mesmo em um curso que discute as questões relacionadas aos direitos humanos, um curso de Assistência Social, os direitos LGBT não são respeitados, mesmo entre os “educadores” há a recusa em respeitar as identidades trans, impondo o terrorismo da heterossexualidade sobre os corpos dissidentes. É preciso ressaltar que, a Daniela cursou toda sua graduação em uma instituição particular, mantido e frequentado por uma elite econômica.

Identificamo-nos ou não com o que é nos atribuído e nos aprimoramos daquilo que nos é cabível, internalizamos adjetivos, adjetivamos experiência e experienciamos o que nos é colocado pelo campo social (CIAMPA, 1988). Exemplo disso é o nome que nos é dado ao nascer: Somos identificados por ele ao longo de toda vida. Algumas pessoas amarão e outras possivelmente não. O nome é a primeira representação de quem é uma pessoa. No caso de homens e mulheres transexuais, sendo o nome uma representação de identidade, em muitos casos a designação atribuída ao nascimento não representará todo o construto identitário daquela pessoa, motivo pelo qual adota-se um nome social, que represente verdadeiramente sua identidade (DIAS, p. 37).

A representação da identidade passa pela questão do nome da pessoa, como um marcador sobre os corpos, nesse sentido, para as identidades trans existem outros significados envolvidos, que se entrelaçam com as relação entre política, direito e subjetividades construídas e aceitas socialmente do que se pode ser ou não a partir do gênero que lhe foi atribuído ao

nascimento e o nome recebido nesse momento, ou seja, o nome identifica o gênero que a pessoa deverá seguir socialmente, assim, reconhecer o nome social das identidades trans implica reconhecer a própria identidade dessas pessoas para além das identidades de gênero socialmente instituídas como únicas e como ideais, significa repensar a liberdade na produção das identidades de gênero, bem como qualquer outra identidade, significa repensar a dicotomia sexo-gênero e reconhecer a multiplicidade da sexualidade humana.

*Todas as vezes quando ia fazer chamada na sala de aula, meu coração disparava, eu ficava ansiosa, eu ficava constrangida, falava meu deus será que vai me chamar de “Caroline” ou não vai, porquê, porque eu não queria passar vergonha entre os meus colega, uma figura feminina né, ser chamada pelo nome masculino, isso é muito constrange.[...] e quando eu fui selecionada eu passei pra bolsa, olha o que que eles fizeram, colocaram o nome dos alunos num placar lá fora, aí colocaram assim, tananan o meu nome civil tananantanann e entre parentes “Caroline” tananantanann, eu falei mentira, nossa senhora quando minha amiga chegou falou assim “Caroline”, seu nome tá lá fora só que tá com dois nomes la no papel, eu falei, mentira, olha pra você ver que vergonha que eu passei, que constrangimento, que eu chego la olho meu nome grande que passei na bolsa, falei não acredito, esse povo tá de palhaçada comigo, a mas isso eu acho que foi triste, fui na coordenação, olha porque vocês fizeram isso comigo?, ou vocês colocassem só “Caroline e o sobre nome”, ou vocês colocassem só esse nome que eu não gosto, mas vocês quer me ridicularizar, vocês tem que colocar os dois nomes e me expor la fora pra sociedade da escola ver, a comunidade toda – **Caroline**.*

O nome civil é o nome que foi dado à pessoa no momento de seu nascimento, geralmente vinculado ao sexo de nascimento, enquanto o nome social é o nome adotado pela pessoa ao qual se identifica e é identificada. Para as transexuais que assumem uma das posições binárias (homem ou mulher), a utilização do nome social surge, normalmente, muito antes dos processos judiciais e médicos de transformação do corpo e dos documentos civis (CORREA, 2017, p.139).

Existem 7 projetos de Lei relacionados à mudança de nome civil de pessoas transexuais. O primeiro, PL 70-B de 1995, proposto pelo deputado José de Castro Coimbra, que propôs alterações nos artigos 129 do Código Penal de 1940 e no artigo 58 da Lei de Registros Públicos de 1973, que retira a condição de crime para as cirurgias de redesignação sexual, que era considerado crime até o ano de 1995 no Brasil (CORREA, 2017).

Artigo 129. Exclusão de Crime: §9º Não constitui crime a intervenção cirúrgica realizada para fins de ablação e órgãos e partes do corpo humano quando, destinada a alterar o sexo de paciente deste é precedida de todos os exames necessários e de parecer unânime de junta médica O art. 58 da Lei n.6015/73 – Lei de Registros Públicos passa a vigorar com a seguinte redação: art.58 O prenome será imutável, salvo nos casos previstos neste artigo. §1º

(...) §2º Será admitida a mudança do prenome mediante autorização judicial, nos casos em que o requerente tenha se submetido à intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo originário. §3º No caso do parágrafo anterior deverá ser averbado ao registro de nascimento e no respectivo documento de identidade ser a pessoa transexual. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995 apud CORREA, 2017, p. 148).

Segundo o deputado José de Castro Coimbra, o judiciário deveria acompanhar a evolução da ciência, uma vez que o mesmo era médico, e assim deveria reconhecer a condição do transexualismo como diferente do homossexualismo, ligando o primeiro ao desconforto com o sexo biológico e a necessidade de readequação do corpo ao gênero, bem como o direito a alteração do nome nos documentos após a cirurgia. No sentido contrário, o deputado Elimar Máximo Damasceno, propôs o Projeto de Lei nº 5872/2005, se manifestando contra o direito de pessoas transexuais façam a mudança do nome, com o objetivo de impedir que transexuais tivessem a “oportunidade” de fazer uso da Lei de Registros Públicos para mudar de nome, já que “agem contra sua individualidade atentando contra os próprios caracteres sexuais” (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2005, p. 2). Entre outras pautas que este deputado se manifesta contra o aborto de feto anencéfalos, a promoção do orgulho gay, contra a regulamentação da prostituição como profissão e defende a abstenção de sexo para prevenir doenças sexualmente transmissíveis, discurso semelhante ao da atual ministrada Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves do governo Jair Bolsonaro. (CORREA, 2017).

No ano de 2007, outro Projeto de Lei apresentado à Câmara dos deputados, para regulamentar a mudança de nome civil de pessoas transexuais, o PL72/2007, do deputado Luciano Zica (PT/SP) Partido dos Trabalhadores, com o intuito alterar a Lei 6015 de 1973, promovendo alterações no artigo 58, da Lei 6015/1973, Lei de Registros Públicos – LRP:

[...] de modo a permitir a substituição do prenome, mediante decisão judicial, também quando o interessado for reconhecido como transexual, “de acordo com o laudo de avaliação médica, ainda que não tenha sido submetido à procedimento médico-cirúrgico destinado à adequação dos órgãos sexuais. Como consequência, estipula-se que a sentença que determinar a substituição do prenome, nessa nova hipótese, seja averbada no respectivo livro de Nascimento, “com a menção imperativa de ser a pessoa transexual” (SENADO FEDERAL, 2013 apud CORREA, 2017, p.148).

Como podemos observar, há ainda aqui, a necessidade de expor a condição de transexual dessa identidade, de forma a hierarquizar as identidades de gênero entre as verdadeiras e as falsas, entre o eu é natural e o que não é. Atribuem ao discurso médico e jurídico a capacidade de legitimar ou deslegitimar uma identidade a partir das concepções essencialistas binárias da heterossexualidade compulsória, tornando impossível pensar as identidades de gênero

desassociadas da concepção sexo-gênero, ou seja, para o discurso médico e judiciário não existem mulheres com pênis, ou homens com vagina, e por isso as leis discutidas até o momento só tratavam das questões de mulheres transexuais, deixando de lado homens trans e travestis.

O deputado do PT, João Paulo Lima, propôs o projeto de lei, PL199/2011, sobre mudança de nome civil para pessoas transexuais, que realizassem a cirurgia de adequação sexo, sem exigir a decisão judicial para a troca do nome. Em contrapartida a Senadora Marta Suplicy, o Projeto de Lei do Senado – PLS 658/2011 para mudança de nome civil trans sem necessidade de cirurgia, mas ainda exigindo processo judicial e laudos médico e psiquiátrico. (CORREA,2017). Apesar dos esforços em se garantir o direito de pessoas transgênero a alteração do prenome, há ainda a manutenção do poder judiciário e médico, constituídos no sistema essencialista, binário, heterossexual compulsório, que insiste em regular as identidades e controlar e marcar os diferentes, como percebemos na fala de “Caroline”, uma presente necessidade de se mostrar a condição trans daquele indivíduo, de lembra-la constantemente que ela não é um indivíduo pleno e completo, precisando sempre de alguém para permitir que ela seja o que ela quer ser.

No ano de 2013, a deputada federal Érika Kokay (PT/DF) e o deputado federal Jean Willys (PT/RJ) apresentaram o Projeto de Lei nº 5003/2013 inspirado pela Lei de Identidade de Gênero Argentina. O escopo da lei tentava proibir qualquer requisição de laudos médicos ou psiquiátrico e autorização judicial, para mudança do nome civil, colocando como exigência somente o requerimento ao cartório de registro civil, realizado por pessoa maior de idade, com indicação do prenome a ser colocado no registro (CORREA, 2017).

Artigo 4º - Toda pessoa que solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem, em virtude da presente lei, deverá observar os seguintes requisitos: I - ser maior de dezoito (18) anos; II - apresentar ao cartório que corresponda uma solicitação escrita, na qual deverá manifestar que, de acordo com a presente lei, requer a retificação registral da certidão de nascimento e a emissão de uma nova carteira de identidade, conservando o número original; III - expressar o/s novo/s prenome/s escolhido/s para que sejam inscritos. Parágrafo único: Em nenhum caso serão requisitos para alteração do prenome: I - intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial; II - terapias hormonais; III - qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico; IV - autorização judicial (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Conforme aponta Bento (2014) a ideia da “gambiarra legal” para refletir sobre o nome social e os direitos trans em geral, seria uma aberração do ponto de vista técnico, uma vez que o prenome sempre foi pensado a partir do sexo biológico de nascimento da pessoa, ou seja, homem/mulher, na visão essencialista binária heteronormativa, que condiciona as identidades

de gênero ao sexo e as concebe de forma imutável, natural e a-histórica, assim, as identidades trans nunca foram pensadas e, por isso, não fazem parte da construção das leis de determinada cultura.

O que se percebe é uma tentativa de atender a algumas necessidades que surgem com a manifestação de movimentos sociais como o feminismo e os movimentos LGBT, que cobram por reconhecimento e novas formas de se conceber o sujeito sexual, bem como as identidades de gênero, nesse processo de reconhecer essas “novas” identidades, o judiciário pautado pelo discurso patologizante da medicina decide quem e quando a pessoa pode ser considerada transexual e pode assim viver sua identidade, mas nesse processo impõe que sejam sempre identificados como pessoa trans, hierarquizando as identidades cisgênero em detrimento das identidades transgênero. Conforme explica Bento, o objetivo é garantir que sejam incluídos, para que continuem a ser excluídos (CORREA, 2017, p. 154).

#### **4.3 “Não recomendado à sociedade”: redesignação**

Aquilo que não é autorizado, não é bem visto, não é recomendado pelas sociedade necessita claramente de uma intervenção, precisa se reeducar, se reenquadrar, precisa voltar a normalidade, nesse sentido tratarei sobre a questão da redesignação sexual, ou seja, como as entrevistadas percebem a necessidade ou não da cirurgia de readequamento sexual bem como qual a relevância desta para construção das suas identidades.

Em muitos discursos pautados no pensamento essencialista dicotômico e binário, criam-se concessões de direitos regrados para ser e existir nas questões das identidades transgênero, um exemplo claro dessas concessões regradas é a patologização das identidades transgênero que as condiciona de forma arbitrária a processos de afirmação da transgeneridade, através dos discursos médicos/psiquiátricos e jurídicos que estabelecem quais comportamentos a pessoa transgênero deve ter para ser considerada um verdadeiro transexual ou não, e uma vez afirmando essa transexualidade, necessariamente essa pessoa precisa ser “curada” para adequar seu gênero (corpo e performance) ao sexo, não concebendo identidades de gênero que não queira necessariamente condicionar seu gênero ao sexo, ou seja, não aceita pessoas que tenham conforto na sua identidade de gênero não conforme o sexo de nascimento e ainda assim não recuse, para se enquadrar novamente no padrão binário.

A transexualidade é a categoria que é entendida pela necessidade de intervenção corporal para adequar o sexo de origem à identidade de gênero, ou seja, a cirurgia de redesignação sexual, não basta o semblante, ou seja, não basta o parecer pertencer a um sexo, não basta performar a identidade de gênero escolhida, não basta apenas a transformação

corporal com o uso de hormônios, roupas, comportamentos etc, há exigência de ser de fato do outro sexo.

Essa exigência é feita pela ideia binária em que só é possível a existência de dois gêneros, masculino e feminino, condicionados respectivamente ao sexo macho e fêmea, assim, condicionam as identidades transexuais à essa exigência da cirurgia de redesignação sexual como fator final para reconhecimento da identidade de gênero desta pessoa.

A transexualidade, ainda é considerada pelos cânones da medicina e da psicologia como uma doença, sendo catalogada tanto no DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da APA (Associação de Psiquiatra Norte-Americana), cuja quarta edição a transexualidade configurava como “transtorno de identidade de gênero”, sendo que na versão mais recente – DSM V – passa a ser denominada como “disforia de gênero” (OLIVEIRA, 2014, p.87).

A partir desse entendimento, criam-se comportamentos, características, conceitos de quem é ou não transexual, dessa forma hierarquizam as identidades transgênero, valorizando aquelas que se submetem às normas de patologização impostas pela medicina, pelas leis e pelos discursos sociais, marginalizando, ou relativizando as outras identidades. Nesse sentido, a patologização médica adquire a função de delimitar quem é transexual, ou seja, quem necessita realizar os processos cirúrgicos de redesignação sexual, e quem não necessita, no caso, as travestis. Entretanto, encontramos mulheres transexuais que desejam preservar seus órgãos sexuais masculinos, não sentem desconforto com seu gênero e sua genitália, como podemos observar na fala de “**Caroline**”:

*No meu ponto sobre redesignação sexual eu to tranquila, não pretendo fazer, não quero, eu tenho amigas trans que fizeram, já ajudei no repouso, já acompanhei uma menina trans, um mês dois meses até três meses após o repouso, isso vai muito do sujeito né, de querer fazer essa redesignação ou não, tem mulheres trans que querem tem outras mulheres trans que não, que se sentem bem assim dessa forma.*

É importante perceber que o discurso que diferencia a travesti da transexual não pode mais ser pautado unicamente na questão da cirurgia de redesignação sexual, como comumente é falado nos ambientes acadêmicos, uma vez que como nos mostra Lanz (2015), não é consenso entre as mulheres que se identificam como transexuais que queiram realizar a cirurgia de redesignação sexual, como pontuou a entrevistada “Caroline”, assim como existem mulheres transgênero que realizaram a cirurgia mas se identificam com as identidades travestis. Nesse sentido o movimento transfeminista busca discutir a questão da patologização da transexualidade, bem como reconhecer as múltiplas identidades femininas para além do padrão

binário essencialista, elas apontam que se faz necessário ouvir as mulheres transgênero que pretendem realizar a cirurgia de redesignação ou não, compreendendo a mulheridade de cada uma como mais uma forma legítima de ser mulher, ou a masculinidade no caso dos homens trans, de forma a romper com essa ideologia de normalização do sujeito, ao qual só pode ser concebido e reconhecido cuja identidade de gênero esteja em concordância com o sexo e as formas de sentir prazer.

A cirurgia entra nesse contexto como um elemento de normalização, uma vez que, na lógica médica e jurídica, transforma a orientação de homossexual para heterossexual, reestabelecendo o seguimento compulsório vagina – mulher – desejo por homem. O discurso sobre o sexo como um dado da natureza reforça a ideia de “desvio” e de “síndrome psicossocial”. A intervenção cirúrgica somente é cogitada, porque não há outro recurso e nenhuma das áreas que trabalham com a mente conseguiu colocar na ordem cis-heteronormativa a conduta das pessoas trans (CORREA, 2017, p. 145).

Podemos perceber na fala de Sabrina, que as mulheres trans que não conseguem ou não querem adotar os padrões corporais, de beleza e de performances estabelecidos pela hegemonia hétero cisgênero, pode e enfrenta dificuldades para afirmar sua mulheridade, ou conseguir a passabilidade para o gênero performado:

*As minhas relações com a sociedade como um todo não foram dificultosas não, por causa dessa passabilidade que eu alcancei né, tá certo eu fiz cirurgia uma feminilização facial, em 2015 eu pude fazer minha redesignação sexual e tudo, então tudo com recurso meu, então tá tudo beleza -Sabrina.*

Observa-se na fala de Sabrina, além da questão da passabilidade cisgênero heteronormativa, questões relacionadas a classe, poder aquisitivo e política, ou seja, para se alcançar uma passabilidade e também ter acesso a redesignação sexual é preciso um determinado poder econômico, para pagar os gastos com a recuperação, remédios, repouso, que não são assegurados pelo sistema de saúde. Nesse sentido, é importante analisar as interseções de cor, classe, religião, etnia e o gênero sexual e até que ponto essas interseções aumentam a exclusão e criam preconceitos para as identidades dissidentes.

#### **4.4 “Não creia no seu coração”: formação superior**

Ao que tange a questão da formação superior as entrevistadas relacionaram com a questão da empregabilidade e afirmam que ainda há resistência do mercado de trabalho à aceitação da pessoa trans no ambiente de trabalho, mesmo quando essa possui formação e capacitação, dessa forma, questionam a função do ensino, e principalmente no ensino superior, em formar o pensamento crítico e contribuir para a construção de uma sociedade justa e

democrática. As entrevistadas, ressaltam o caráter de contribuição do ensino superior para a construção e entendimento de suas próprias identidades, bem como o processo de construção e hierarquia das identidades de gênero.

*Eu acho que o que mais mudou mesmo, é só pra mim, não uma coisa assim efetiva, a minha formação superior profissional ela não me garante, não me garante quanto renda, e a gente precisa muito de renda, porque a vida de uma mulher trans é muito cara -Daniela.*

Elas sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, acabam, em sua maioria, sendo excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo (LICCIARDI; WATMANN e OLIVEIRA, 2015, p. 207).

Conforme Marx (1963), o trabalho, além de ser uma forma de satisfação das necessidades básicas, representa para qualquer indivíduo uma fonte de identificação e inserção social. Ou seja, o trabalho é necessário para que as pessoas se desenvolvam e identifiquem-se socialmente (LICCIARDI; WATMANN e OLIVEIRA, 2015, p. 207). Segundo a Constituição Federal no *caput* 6º o trabalho é considerado um direito social, entretanto, esse direito não é assegurado as pessoas transgênero devido o preconceito criado em torno dessa parcela da população, que estigmatiza essas identidades e as concebe como não dignas de direitos, empurrando-as para a marginalização social, econômica e cultural.

*Assim, a minha reflexão é a seguinte, o mundo capitalista é muito escroto, né, porque a aquisição de conhecimento, que era pra ser uma coisa que você busca porque você quer aprender, se tornou um instrumento pra você ganhar dinheiro, o objetivo da universidade, da faculdade tal, no meu entendimento não deveria ser esse”. [...] eu quero fazer porque eu me identifico com isso e eu quero aprender mais sobre isso, eu fiz psicologia justamente nesse sentido, tipo, gastei horrores, o valor na mensalidade, eu fiz no CEUB, o valor da mensalidade do CEUB é absurda de cara, mas o curso é muito bom, saca, e eu não ganhei um centavo com a psicologia até hoje, saca, é, porquê? Porque eu fiz porque eu queria aprender -Sabrina.*

No mesmo sentido a Sabrina fala sobre a dificuldade do retorno econômico da sua formação e crítica a mercantilização do ensino, sem a preocupação com a formação para a liberdade do pensamento, do ser, do viver socialmente, da formação para a dignidade plena dos indivíduos e busca de uma democracia e da erradicação das exclusões e hierarquias identitárias, respeitando a diversidade, a liberdade individual e a multiplicidade humana.

Existe um consenso geral entre os acadêmicos de todo o mundo de que o ensino superior está em estado de crise. As universidades estão enfrentando atualmente, um crescente conjunto de desafios decorrentes de cortes

orçamentais, com a conseqüente diminuição da qualidade, redução do corpo docente, militarização da investigação, bem como a reformulação do currículo para se adaptar às necessidades do mercado (GIROUX, 2010, p. 26).

Percebe-se a crescente adaptação do ensino superior para formação de mão de obra para o mercado de trabalho, cada vez mais tornando o ensino um produto a ser vendido que uma forma de educar os jovens para a construção de conhecimentos, transformando e pensando uma democracia crítica, respeitando as capacidades cívicas de todos os indivíduos e a responsabilidade social necessários para diminuir e erradicar as desigualdades sociais naturalizadas por discursos elitistas, essencialistas do mundo, tido como verdades absolutas. O Ensino Superior tem a responsabilidade não só da busca da verdade, independentemente para onde ela pode levar, mas também de educar os estudantes a desempenhar uma autoridade política e moralmente responsável (GIROUX, 2010, p. 29).

*Me formei, me graduei lá em 2019, o mercado de trabalho se abriu pra mim né, a sociedade vê a gente com outros olhos né, mas isso foi através de muitas lutas, através de muitas resistências como você viu ai, começou algo lá da família desde criança e veio até a universidade né, essa trajetória de violências psicológicas, violências físicas, e a gente resistindo vai ali vai acolá, a sociedade te joga pra cá a sociedade te joga pra lá [...]*

*No que tange a graduação, eu acredito que é de suma relevância né, nós hoje temos uma graduação no sentido que, a pessoa que tem uma graduação ela é vista na sociedade com outros olhos né, uma pós, um mestrado, um doutorado né? - **Carolaine**.*

No mesmo sentido a entrevistada Sabrina afirma que, “*eu acredito que a formação possibilita melhores condições de trabalho né, pras pessoas trans.*” Conforme pode-se perceber nas falas das entrevistadas, essas acreditam que o acesso a uma formação educacional formal, possibilita alternativas para escapar e driblar o preconceito, a discriminação, as violências e a marginalização feita sobre as identidades e os corpos transgênero.

A formação acadêmica torna-se um ato de resistência aos constantes ataques sofridos por pessoas trans na sociedade. Entretanto para efetividade dessa formação, dessa resistência, é preciso que o espaço escolar, o espaço acadêmico transforme esses espaços em espaços de acolhimento das diversidades, e desconstruir discursos hegemônicos essencialistas e discriminatórios sobre as identidades de gênero.

Desse modo, outro fator que limita o acesso da população trans ao mercado de trabalho é sua baixa escolaridade. Contudo, notamos que o problema não é de acesso à educação, mas de dificuldades de permanência na escola, especialmente quando a pessoa começa a performar sua identidade de gênero. Assim, consideramos que, para promover o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho, também é importante proporcionar qualificação

profissional e refletir sobre maneiras de diminuir o preconceito nas escolas, a fim de permitir que elas possam se qualificar (ALMEIDA; VASCONELLOS, 2018, p. 16).

É preciso questionar os espaços de atuação do professor universitário com relação às identidades de gênero e as relações de poder presentes, bem como analisarem as relações de poder instituídos historicamente sobre os corpos e performances dos indivíduos dentro do espaço acadêmico e cultural. Ou seja, combatendo às concepções preconceituosas, homofóbicas, machistas, transfóbicas, racistas, classista, discriminantes e hierarquizantes, cometidas tanto pelos alunos como pelo corpo docente ao se silenciarem diante de tais processos, ao assumirem posturas de neutralidade, permitindo a repetição e manutenção de comportamentos e discursos de discriminação e exclusão, como podemos perceber na fala de “**Caroline**”:

*na universidade eu passei por um preconceito que marcou bastante a minha vida, eu estava no segundo ano da faculdade e chegou um sujeito que já era graduado de outro estado e veio fazer uma outra graduação de um curso de história, aí o que acontece, nós tinha uma matéria imbricada que era três cursos Letras, Matemática e História, aí então sempre que eu ia apresentar trabalho, esse sujeito ficava rindo lá no fundo, eu entrava na biblioteca esse sujeito ficava cochichando com o coleguinha com alguém próximo, e aí um dia eu não aguentei mais aquilo, e aí eu chamei a professora pra conversar, falei professora tá acontecendo o seguinte, em todas as suas aulas o fulano ele começa olhar pra mim e a rir, por a mão na cara por a mão na boca e começa a rir, quando você está me observando me avaliando que eu estou na frente do quadro ele está lá atrás rindo e cochichando, nossa “Caroline” não imagino, você não percebeu isso professora?, não não percebi, acho melhor você chamar ele pra conversar [...]. ele falou “Caroline” eu fico mesmo rindo, [...] e ele começou a alterar a voz [...] ele começou altera a voz e tinha aula né, aí eu falei assim pera aí então, pera aí, você quer fazer um discurso, quer fazer um escândalo, eu vou pegar um megafone aí porque você vai ali pro meio seu preconceituoso e começa destilar seu veneno seu ódio seu preconceito, aí todo mundo te ouve, ou você põe um bichinho vermelho no nariz, teretere, eu falei olha deixa eu te falar, eu só estou te pedindo é respeito, porque se você não me respeitar aqui dentro da universidade eu vou procurar os meus direitos cabíveis tá, porque eu só to querendo respeito e eu vou buscar os meus direitos, ele falou assim “Caroline” você pode buscar os seus direitos eu vou continuar do jeito que sou e não mudo nada, não tenho que aceitar a sua orientação, eu falei você não tem que aceitar a minha orientação mas me respeitar você me deve respeito e parar com esses buchichos [...] eu falei eu vou fazer um boletim de ocorrência, aí antes de eu fazer o boletim de ocorrência conversei com um professor, o professor conversou com o coordenador o coordenador já me chamou e pediu pra eu não fazer o boletim de ocorrência, porque aí ia envolver o nome da universidade ia envolver o curso de Letras.*

Para que a educação cumpra com o dever de garantir o direito ao desenvolvimento e a cidadania plena dos indivíduos, é necessário que os professores assumam uma postura

epistemológica, sobre as identidades de gênero e as relações de poder presentes na construção e manutenção das mesmas, conforme observamos na fala de “Caroline”, os professores universitários não se importam com relações de discriminação dentro do espaço acadêmico, possibilitando assim a hegemonia de comportamentos transfóbicos, discriminatórios e excludentes, na maioria das vezes, culpabilizando a vítima e isentando os agressores. Institucionaliza-se a discriminação e a hierarquia das identidades, a partir do escárnio, da exposição, da ridicularização do outro e da completa inércia ou quando não favorecimento institucional para o que comete tais atitudes que naturalizam o preconceito e as desigualdades a partir do sexo biológico, bem como a complexidade em torno da construção das identidades de gênero.

Compreender a relação entre diversidade e currículo implica delimitar um princípio radical da educação pública e democrática: a escola pública se tornará cada vez mais pública na medida em que compreender o direito à diversidade e o respeito às diferenças como um dos eixos norteadores da sua ação e das práticas pedagógicas. Para tal, faz-se necessário o rompimento com a postura de neutralidade diante da diversidade que ainda se encontra nos currículos e em várias iniciativas de políticas educacionais, as quais tendem a se omitir, negar e silenciar diante da diversidade (GOMES, 2007. p. 31).

Cabe a Universidade adotar atitudes que possibilitem cada vez mais o enfrentamento à discriminação e ao preconceito, combatendo toda e qualquer postura, comportamento, manifestação e discurso normalizador e hierarquizador das vivências sexuais, compreendendo as relações existentes entre a dominação do corpo, do sexo e do prazer, só assim o ambiente acadêmico conseguira romper com o padrão da heterossexualidade compulsória, que não só controla e delimita os corpos, mas os vigia e os pune severamente caso tentem romper as fronteiras estabelecidas.

## 5 PERCEBO QUE SOU INDESTRUTÍVEL: considerações finais, mas transitórias

*Eu sei que tudo vai ficar bem  
 E as minhas lágrimas vão secar  
 Eu sei que tudo vai ficar bem  
 E essas feridas vão se curar  
 O que me impede de sorrir  
 É tudo que eu já perdi  
 Eu fechei os olhos e pedi  
 Para quando abrir a dor não estar aqui, mas  
 Sei que não é fácil assim  
 Mas vou aprender no fim  
 Minhas mãos se unem para que  
 Tirem do meu peito o que há de ruim  
 E vou dizendo tudo vai ficar bem  
 E as minhas lágrimas vão secar  
 Tudo vai ficar bem  
 E essas feridas vão se curar  
 Eu sei que tudo vai ficar bem  
 Tudo vai ficar bem  
 E essas feridas vão se curar  
 Se recebo dor  
 Te devolvo amor  
 E quanto mais dor recebo  
 Mais percebo que sou indestrutível*

**Pablo Vittar**

A escolha da música “*Indestrutível*” interpretada pela personagem drag queen e também cantora Pablo Vittar, se deu por retratar com clareza os sentimentos de pessoas LGBTQIA+, que diariamente vivenciam a opressão sofrida por aqueles que não se enquadram na norma da heterossexualidade compulsória, como mostram o elevado número de pessoas LGBTQIA+ assassinadas de forma brutal no Brasil.

De acordo com os relatórios anuais promovidos pelo Grupo Gay da Bahia (Tabela 1), o número de mortes violentas da população LBGT+ aumenta a cada ano. No ano 2000, o número de pessoas violentamente mortas foi de 130, já em 2019, 19 anos depois, o número aumentou em mais de 253%, subindo para 329. O ano em que houve maior número de mortes violentas de pessoas LBGT+ foi em 2017, comparado aos anos 2000, houve um aumento de 342% do número de mortes (GOMES, 2021, p.2).

Como nos mostra Gomes (2021), o número de assassinatos contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil aumenta a cada ano, tornando o Brasil o país que mais mata LGBTs no mundo. Dessa forma, a música “Indestrutível” revela o sofrimento e o medo que pessoas LGBT passam constantemente, bem como uma possibilidade de “gritar” pela liberdade de poder ser quem realmente é e escolher sobre si. Desta forma, a música revela a opressão e violência exercida pela hegemonia da heterossexualidade normativa, e denuncia a falta de direitos e da dignidade da pessoa transgênero, sendo esta já o prenúncio do que encontrei na pesquisa.

As identidades transgênero sempre fizeram parte da história da humanidade, em diversas culturas as identidades não eram associadas ao sexo de nascimento, mas sim representações sociais e culturais, como no caso das tribos Norte Americanas, que respeitavam pessoas cuja identidade sexual e de gênero não eram performadas a partir do sexo de nascimento eram consideradas pessoas de dois espíritos e reverenciadas, e possuíam autorização para misturar performances de gênero livremente, normalmente estavam relacionadas aos mitos e lendas da criação de cada tribo.

Essas pessoas exerciam suas funções sociais a partir do gênero que performavam ou ambos os gêneros sem qualquer restrição ou condenação das comunidades que estavam inseridas até a chegada da invasão europeia e seus “valores religiosos”, que a partir do pensamento essencialista da construção da identidade humana, condicionava as performances de gênero ao sexo de nascimento, esses passaram a matar pessoas que não se enquadravam nos papéis de gênero estabelecidos pela cultura judaico-cristã.

Nesse sentido, percebo na pesquisa realizada, que as identidades de gênero, hoje conhecidas como transgênero, sempre fizeram parte da humanidade, mas devido as concepções normalizadoras, essencialistas, patológicas, econômicas, políticas e religiosas, passaram a ser perseguidas, condenadas, julgadas e destruídas. Entretanto, podemos observar uma constante luta pela existência e dignidade de pessoas transgênero na sociedade ocidental, que mesmo com tantos sofrimentos, entre lágrimas, dores, açoites, e tudo que passam, mostram que são indestrutíveis, e que suas formas de ser e viver não podem simplesmente serem silenciadas.

Pensar as identidades transgênero é pensar o processo de construção das identidades, percebendo as relações construídas socialmente e pessoalmente ao longo do percurso da construção da identidade individual, considerando as afirmações discursivas construídas a partir da linguagem e das performances estabelecidas e instituídas as pessoas a partir das diferenças, diferenças por vezes corporais entendidas como naturais a-históricas, como o são as diferenças da identidade de gênero e do sexo.

As diferenças fazem parte da multiplicidade e diversidade humana, entendo que cada pessoa é um ser único, mas ao mesmo tempo múltiplo, igual e diferente, diverso, mas que a partir do processo de diferenciação se hierarquiza as diferenças, entendo que as identidades não são um dado pronto e acabado, pelo contrário são construídas nas relações pessoais e interpessoais, pela cultura, pela sociedade, as leis, as normas e o olhar do outro, as identidades são múltiplas, construídas e desconstruídas continuamente a partir das formas que somos representados socialmente e das formas que nos representamos socialmente e culturalmente.

Com a possibilidade de hierarquizar as diferenças torna-se possível a construção das identidades coletivas, por exemplo, eu sou homem, cisgênero, negro, gay, ela não é homem, nem cisgênero, branca, hétero, essa é uma identificação que nos submete a qual somos ensinados a fazer a partir da delimitação das diferenças, entretanto, a partir dessa diferenciação criam-se fronteiras que separam o eu do outro, do nós para o eles. Essas fronteiras são estabelecidas a partir da nossa relação com a cultura ao qual estamos inseridos, ou seja, na nossa relação com o outro delimitamos o que faz parte ou não da nossa identidade, uma relação de pertencimento e de estranheza demarca o processo de construção das identidades. Cria-se relações de poder que ditam o que é “normal”, “anormal”, “igual”, “diferente”, “aceitável” ou não “aceitável”, essas relações de poder determinam quais direitos, deveres, lugares, performances e status que cada pessoa deverá exercer socialmente, criando a marginalização de algumas identidades como é o caso das identidades de gênero transgênero.

Observo a construção da identidade sexual pensada a partir da ideologia do homem branco heterossexual cristão de classe média, ao qual, delimita as funções do sexo e as performances que devem ser adotadas por cada pessoa a partir do seu sexo de nascimento, dando surgimento ao que conhecemos hoje como gênero masculino e gênero feminino, de forma naturalizante, como um dado pronto e acabado, um destino divino dado aos corpos, sem possibilidades de desvios ou mudanças. O que determina o sujeito e seu lugar na sociedade é a referência feita sobre seus corpos, historicamente construídos a partir das normas, dos padrões estabelecidos socialmente e culturalmente, classificados, ordenados, hierarquizados a partir dos valores culturais de cada época, assim os corpos ganham sentido dentro da cultura e do tempo que estão inseridos.

Com o surgimento dos movimentos de luta de classe, em busca de melhores condições de vida realizado pelos movimentos organizados dos trabalhadores fabris, deu vazão para o surgimento de outras parcelas populacionais insatisfeitas com os privilégios relegados a identidade entendida como a superior, a identidade masculina branca, cristã, de classe média, a superioridade masculina atribuída ao pensamento de força, virtude e virilidade relegou as

mulheres ao segundo plano, sem direitos civis e políticos, sem acesso à educação formal, ou mesmo a condições de trabalho (vale lembrar que até esse momento estou falando de mulheres brancas, de classe média, heterossexuais, uma vez que as mulheres negras de classe baixa não tinham esses direitos mas já trabalhavam a muito tempo nas casas de pessoas brancas, servindo-as), assim surge o movimento feminista para discutir as questões dos direitos relegados aos homens (brancos), e negados a elas.

Como surgimento do feminismo passa-se a entender a categoria de gênero como uma unidade de sentido, para compreender os processos de diferenças instituídas para homens e mulheres, percebe-se nesse processo o viés biologizante que condiciona a mulher à um lugar de fragilidade em relação ao homem, mas que discute a delimitação de direitos a partir dessas diferenças, sem discutir o processo de construção dos discursos de hierarquização masculina.

Conjuntamente ao surgimento do movimento feminista, outros movimentos surgem para reivindicar os direitos negados a essas parcelas populacionais, como o movimento negro e o movimento GLS, enquanto o movimento negro surge para cobrar melhores condições de vida para a população preta do Brasil e do Mundo, como acesso à educação de qualidade, direito à moradia, acesso ao mercado de trabalho, segurança pública, saneamentos básico e atendimento à saúde, o movimento GLS surge para reivindicar a liberdade sexual para além do condicionamento do sexo biológico imposto pela heterossexualidade compulsória, que impõe o sexo como condição única para a procriação, reconhecendo apenas as relações sexuais e afetivas de homens com mulheres, as relações heterossexuais, pautados na ideologia religiosa do cristianismo ocidental, e nos discursos médicos psiquiátricos, relegando o sexo apenas como uma questão de casais, das famílias.

Assim, esses movimentos, feministas e GLS, trazem pra cena política o que antes era entendido como algo de cunho familiar, ao qual o Governo não tinha obrigação de interferir, ou pelo menos era isso que queriam que as pessoas acreditassem, quando na verdade o processo de construção da sexualidade ocidental está imbricado de relações de poder nos discursos perpetuados pelas instituições sociais como, a Igreja, a família, a medicina e as leis. Percebo que a sexualidade, o sexo, está sob o olhar destas instituições, com o objetivo de controlar a população e manter, ordem social e hegemônica da superioridade da identidade masculina. Dessa forma, o movimento feminista e o movimento GLS, surgem com a finalidade de discutir as verdades impostas sobre os indivíduos a partir do sexo de nascimento, nascem assim, as discussões acerca da construção das identidades de gênero para além do posicionamento binário da heterossexualidade compulsória.

As questões da construção das identidades, apesar das entrevistadas passarem pelas mesmas situações de exclusão e discriminação, significam essas experiências de formas diferentes, trazendo à tona a questão da formação da identidade pelas relações pessoais de cada indivíduo, reverberando a multiplicidade e diversidade humana, reconhecendo que o padrão identitário de gênero estabelecido nos dias atuais não são capazes de explicar e contemplar as diversas possibilidades de se viver as identidades para além das fronteiras da heterossexualidade compulsória.

O modelo binário da heterossexualidade compulsória, só reconhece apenas a identidade de gênero masculina/homem, e a identidade de gênero feminina/mulher, a primeira relacionada ao sexo macho designando assim o homem que deverá sentir-se atraído, sexual e afetivamente, apenas pelo sexo/gênero oposto ao seu, o segundo relacionado ao sexo fêmea designando assim a mulher, que também só poder sentir-se atraída, sexual e afetivamente, pelo sexo/gênero oposto ao seu. Nega-se qualquer outra forma de manifestação de identidade sexual e identidade de gênero, que não seguisse a ordem sexo-gênero-prazer. Esse pensamento se pauta na concepção biológica de que atribui sentido aos corpos a partir do sexo biológico, ou seja, impõe que o sexo delimita e norteia o que uma pessoa é, pode ser ou sentir.

As histórias de vida das participantes possibilitam entender um constante processo de negação a suas identidades transgênero, e uma incessante necessidade de readequação do corpo ao sexo performado dentro dos padrões das cisgeneridade. A partir desse entendimento penso que as identidades de gênero são um aparato discursivo de poder sobre os corpos sociais, ou seja, um mecanismo de imposição e conscientização sobre os indivíduos sociais a partir das performances estabelecidas ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento, conforme seu sexo de nascimento. e comportamentos socialmente aceitáveis para cada indivíduo a partir do seu sexo biológico

A partir desse entendimento a teoria *queer* critica a concepção de identidade, por acreditar que as identidades podem se tornar cúmplices do mesmo sistema que pretendem desconstruir, nesse sentido propõe uma política pós-identitária, assim, creio que é possível pensar as identidades para além da concepção binária da heterossexualidade compulsória, entretanto, para reconhecimento dos direitos no campo político e jurídico ainda se faz necessário a afirmação da existência das múltiplas identidades, e que estas devem ter sua autonomia e liberdade garantidas. Entretanto, acredito também que as identidades ainda são um mal necessário para a aquisição de direitos e reconhecimento da multiplicidade humana, bem como através da teoria *queer* a possibilidade de pensar além das fronteiras enrijecidas que

reforçam a hierarquia das identidades mesmo quando se reconhece outras identidades pré-estabelecidas.

Ao longo da pesquisa evidenciou-se que as relações sociais dos indivíduos trans são inicialmente forma de impor a identidade pré-suposta sobre esses indivíduos, mas que ao longo de suas experiências são capazes de ressignificar e reconstruir suas identidades e as formas de se ver e se mostrar na sociedade.

Nesse processo compreendo que o ser humano é capaz de dar sentido as experiências vividas e reconfigurar aquilo que se diz sobre o vivido somente à partir das experiências de determinada pessoa, por meio das relações inter e intra pessoais com o meio social. Entendo que a identidade pré-suposta é transformada pelo indivíduo a partir daquilo que o mesmo significa, ou seja, a partir das suas experiências e vivências com vários fenômenos como a família, a religião, a cultura, a política, os direitos, e os significados atribuídos a esses fenômenos, logo, não é possível supor a questão da identidade como algo imposto, dado, imutável, é preciso reconhecer a capacidade humana de interagir e transformar o meio que está inserido.

Do mesmo modo, as identidades de gênero são fruto de delimitações socialmente impostas aos indivíduos, na lógica ocidental pensada pelo viés essencialista binário da heterossexualidade compulsória, se insiste em reafirmar que só existe um jeito de se conceber os corpos, a partir do sexo de nascimento, negando a capacidade humana de resignificar tais experiências e de adotar ou não as performances estabelecidas sobre seus corpos, reafirmando constantemente sua identidade quando fora do estabelecido pela concepção da identidade pré-suposta que tenta incessantemente normatizar a experiência das identidades e principalmente da identidade de gênero, se referindo apenas as que condizem com ao sexo biológico.

Compreendo que as identidades de gênero são divididas a partir da concepção binária da heterossexualidade compulsória, que as delimita em dois grupos, o primeiro é a identidade cisgênero, que diz respeito as pessoas que vivem e performam o gênero que lhe foi atribuído conforme o sexo de nascimento, o segundo grupo trata das identidades transgênero, que vivem e performam um gênero oposto ao de seu nascimento, ou não performam nenhum ou os dois ao mesmo tempo independente do seu sexo biológico.

Faz-se necessário reconhecer a multiplicidade das identidades de gênero para pensar as identidades para além do binarismo heterossexual, logo pensar as identidades transgênero requer um trabalho árduo de investigação sobre as concepções que hierarquizam as identidades de forma a se conceber o entendimento das múltiplas identidades de gênero sem, no entanto, hierarquizá-las ou patologizá-las, entendo que a patologização das identidades de gênero

transgênero serve apenas para categorizar as identidades que não se adequam as normas e hierarquizá-las de forma a legitimar ou não essas identidades, a partir de sua aproximação com as normas cisgênero da heterossexualidade compulsória. Aqui reside a contribuição dos estudos *queer* : na construção epistemológica do pensar sobre as identidades fora da concepção de identidade, assim como o movimento transfeminista afirma que o entendimento das identidades transgênero, se trata na verdade de vivências e experiências identitárias.

Percebe-se uma cristalização dos papéis e identidades estabelecidos socialmente a partir de mecanismos de manutenção das relações sociais e de discursos que pretendem amenizar e mesmo anular aqueles que se desviam da norma para que voltem a se enquadrar no padrão pré-estabelecido da identidade de gênero, ao qual condiciona sexo ao gênero, e aqueles que não pretenderem se enquadrar estarão sujeitos a não ter direito de existir e de vivenciar suas identidades e seus corpos.

O que o movimento transgênero procura é o reconhecimento da sua dignidade humana, das suas identidades, da liberdade individual, do respeito à diversidade humana, reconhecendo que nenhum termo é capaz de identificar e classificar todas as experiências de gênero. O movimento transgênero luta contra toda forma de classificação e hierarquização de qualquer identidade, seja a identidade de gênero, identidade sexual, identidade racial, identidade de classe, etc, de forma a construirmos uma sociedade realmente democrática.

Assim esse trabalho procurou dar espaço para que pessoas transgênero nos digam como essas percebem as relações sociais, civis, culturais e afetivas com a construção da suas identidades de gênero, evidenciando uma constante negação por parte daqueles que se consideram os “normais”, os “ideais”, assim nessas relações sociais, pessoas trans conseguem diariamente ressignificar e desconstruir os conceitos e pré-conceitos enraizados e naturalizados nas questões das identidades de gênero. Bem como revelam as desigualdades e dificuldades de acesso a uma formação educacional e a recusa de algumas instituições públicas em reconhecer suas identidades.

Concomitantemente, a pesquisa realizada e as reflexões e considerações nos sugere questionar quais medidas podem e devem ser tomadas para diminuir as desigualdades, injustiças e violências sofridas por aqueles e aquelas que não se enquadram nos padrões identitários estabelecidos socialmente e tidos como imutáveis? E ainda, a escola e os professores devem se responsabilizar pelos conhecimentos acerca da identidade de gênero que circulam na escola? Ou, é possível desconstruir a hegemonia da heterossexualidade compulsória e garantir direitos iguais a todas as múltiplas identidades sem, no entanto, recorrer às classificações identitárias?

Muitas questões podem e são levantadas quando discutimos as relações de poder presentes na sociedade, mas o que não podemos fazer é parar de nos questionar como essas relações são naturalizadas e a quem elas servem. De forma a reconstruir os saberes socialmente instituídos como naturais, entendendo que em uma sociedade o que é natural ou não é delimitado por um grupo com relações de interesses pessoais, o natural não é natural se não for estipulado socialmente. Essa é a luta que se desvela em resistência de vidas que teimam em existir, que tombam sem direito e mancham com o vermelho de seu sangue o solo para que germinem outras e novas resistências.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Rosa et al. **Alfabetização**: livro do aluno. Brasília: FUNDESCOLA/SEFMEC, 2000. 3 v. n. 2.

ADÃO, Jorge Manoel. **Políticas públicas de ações afirmativas, educação e aba (pensamento) negro brasileiro diaspórico**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? Escola De Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. **Revista Direito GV**. São Paulo. V. 14 N. 2, P. 302-333. Maio-Ago 2018.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. O Princípio Fundamental da Dignidade humana e sua concretização judicial. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 23, p. 316. 335, 2003.

ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990. Howto Do Thingswith Words.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Soyonara. **Assassinatos contra travestis e transexuais em 2021 boletim nº 01/2021**. In: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso em: 19 de ago de 2021.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Soyonara. **Assassinatos contra travestis e transexuais em 2021 boletim nº 02/2020**. In: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 19 de ago de 2021.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. In: **Cadernos Pagu** (43), julho-dezembro de 2014: p. 441-474. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)  
Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. **Resolução Nº 1**, de 29 de Janeiro de 2018. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires: Paidós, 2005.

BUTLER, Judith. Sobre os limites discursivos do “SEXO”. *In*: Guacira Lopes Louro. **Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 151-171.

CAIO Prado, et al. **Não recomendados**. Believe Musicas. 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GsaR0TQNu\\_w](https://www.youtube.com/watch?v=GsaR0TQNu_w).

CARNEIRO, Nuno Santos; RODRIGUES, Liliana; NOGUEIRA Conceição. Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. *In*: JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.) **Transfeminismo**: teorias e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 137-156.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Edgard de Assis; ALMEIDA, Maria da Conceição (Org.). **Ensaio de complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

CARVALHO, Natália Silveira de. Gênero e sexualidade: intersecções em disputa. *In*: JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.) **Transfeminismo**: teorias e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 69-86.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. **Ensino Religioso na Escola Pública**: histórias e memórias. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

CAVASIN, Sylvia; JESUS, Beto de; RAMIRES, Lula; UNBEHAUM, Sandra. **Diversidade Sexual na Escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: Corsa, 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**. Versão Beta. 2020b. Disponível em:<[<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Plataforma Sucupira**. Versão Beta. 2020b. Disponível em:<[<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do brasil. 2017.Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2017.

DIAS, Robson Batista. **Identidade de gênero trans e contemporaneidade**: representações sociais nos processos de formação e educação. 2015. Mestrado. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul Centro De Ciências Humanas E Sociais. Mato Grosso do Sul. p. 138. 2015.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados** [online] v. 17, n. 49, pp. 151-172. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>>. Acesso em: 15/06/2021. 2003.

FERREIRA, Guilherme Gomes. A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais. *In*: JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.) **Transfeminismo**: teorias e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.p. 107-124.

FIGUEIREDO, Núbia Maria Almeida. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. 3. ed. São Caetano do Sul, SP. Editora Yendis, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GARCIA, Agnaldo. Relações interpessoais e sociedade: uma introdução. GARCIA, Agnaldo. In: GARCIA, Agnaldo; PEREIRA, Fábio Nogueira; OLIVEIRA, Mariana Sarro Pereira de (orgs.). **Relações Interpessoais e Sociedade**. 1. ed. Vitória: UFES, 2013. p. 7-14.

GIROUX, Henry. Ensino superior, para quê? **Revista Educar**. Curitiba-PR. n. 37, p. 25-38, Ed: Universidade Federal do Paraná. 2010.

GODIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais com técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pfd/paideia/v12n24/04.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

GOELLNER, Silvana V. . Imperativos do ser mulher. **Revista Motriz**, Rio Claro, SP, v. 5, n. 1, p. 40-42, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília.2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Org.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2007.

GOMES, Robert Moura Sena. Um canto drag pela liberdade: indestrutível como característica lgbtqi+. **Revista Linguagem**, São Carlo. v.38. 2021, p. 110-126.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 14, p. 45–86, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>. Acesso em: 29 ago. 2021.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**. Sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). São Paulo: Nova Cultura, 1988.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. *In*: JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.) **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 03-18.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2018.

KOCH, [Jan]diro Adriano; VOLKMER, Márcia Solange. História, religião e gênero: uma experiência trans no ensino médio no vale do taquari. *In*: BUBLITZ, Grasiela Kieling et al. (Orgs.). **Travessias: experiências de estágio**. Ed: Universidade do Vale do Taquari-Univates, Lajeado-RS. 2017.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero**. Ed: Universidade Federal do Paraná, ES. 2015.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. *In*: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEOPOLDO, Raphael Novaresi. O diabo: o malfeitor cósmico. *In*: MAGALHÃES, A. C. M., et. al. (Orgs.). **O demoníaco na literatura**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 77-89.

LENINE. **Diversidade**. Rio de Janeiro. Mameluco Produções e Edições Musicais. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=29Mj-8RdvUE>.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, n. 14. p. 201-218. 2015.

LINN da Quebrada. **A Lenda**. São Paulo. Showlivre. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4DpkHftQJg>.

LINN da Quebrada. **Mulher**. São Paulo. Showlivre. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-50hUUG1Ppo>.

LOPES, Carlos Renato. Em busca do gênero lenda urbana. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 2, p. 373-393, maio/ago. 2008.

LOPES, Fábio Henrique. Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. *In*: JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.) **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 157-180.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. 3. Reimp. Belo Horizonte- MG: Autêntica. 2012.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

MOREIRA, Felipe. Não-vidência e transexualidade: questões transversais. *In*: JESUS, Jaqueline Gomes de et al. (Orgs.) **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 125-136.

MORIN, Edgar. Sobre a reforma universitária. *In*: ALMEIDA, M. C. de; CARVALHO, E. A. de (orgs). **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. *In*: CASTRO, Gustavo de; NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. Cultura e identidade gay: a diferença do múltiplo. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande. **Anais...** Campo Grande. 2001.

NOBRE, Nalú Faria e Miriam. **Que é ser mulher? O que é ser mulher? subsídios para uma discussão das relações de gênero.** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Brasília. 2007.

OLIVEIRA, André Lucas Gerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. *In:* JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.). **Transfeminismo: teorias e práticas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 87-106.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PONTES, Júlia Clarade; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus,** 1(8), p. 396–417. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23211>. 2018. Acesso em: 10 de jul de 2021.

PRECIADO, Paul B.. **TRANSFEMINISMO.** 2015. Disponível *In:* <https://www.n-ledicoes.org/cordeis/TRANSFEMINISMO-12>. Acesso em: 01/07/2021.

PREU, Roberto de Oliveira. BRITO, Carolina Franco. **Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM.** *Revista Gênero.* v. 19 n. 2 (2019). Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/issue/view/1691>. Acesso em: 30 de Set de 2021. p 134- 154.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica:** para alunos do curso de graduação e pós-graduação. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe:** enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2017. Mestrado (Mestrado Em Educação). Universidade Federal de Sergipe. Sergipe. 2017.

SARAIWA, Márcia Sales. Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista. *In: JESUS, Jaqueline Gomes de, et al. (Orgs.) **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 43-68.*

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo; Cortez, 2008.

SILVA, Ricardo Gomes A representação do Diabo no conto A Igreja do Diabo de Machado de Assis e no romance Grande Sertão: veredas de Guimarães Rosa. *In: MAGALHÃES, ACM., et al., (orgs.). **O demoníaco na literatura**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 255-262.*

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.*

SIPAVK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. **XII Encontro Anual da Anpocs**. Águas de São Pedro, SP. 1988. Disponível em: [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10\\_02.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf). Acesso em: 04 de set de 2021.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhão. **Anais...** Universidade Federal do Maranhão, 2015.

STELLMANN, Renata. **A masculinidade na clínica**. 2007. Mestrado. (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAVARES, José. Relações interpessoais em uma escola reflexiva. *In: **Escola reflexiva e nova racionalidade**. ALARCÃO, Isabel. Porto Alegre. Ed: Artmed. 2007.*

TEXEIRA, Daniel de Azevedo. **Patologia geral**. Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE). FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE TEÓFILO OTONI. ISBN: 978-65-992205-2-4. Copyright. Teófilo Otoni. 2020.

URIAS. **Diaba**. São Paulo. BMT Produções. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_r83\\_ualtpM](https://www.youtube.com/watch?v=_r83_ualtpM).

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

VITTAR, Pablio. **Indestrutível**. São Paulo. BMT Produções. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O8B72HzTuww>.

WATANABE, Kelli Vergara. **Inclusão de pessoas trans na UFPEL**: pelo direito de ser igual quando a diferença inferioriza e ser diferente quando a igualdade descaracteriza. 2019. Mestrado. (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP) Universidade Federal De Pelotas Faculdade de Administração e de Turismo. Pelotas-RS. 2019.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 35-82.

WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2000.

## APENDICE A – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

### IDENTIFICAÇÃO DO VÍNCULO INSTITUCIONAL DO/A PESQUISADOR/A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS CÂMPUS/ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONOMICAS E HUMANAS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO ENSINO SUPERIOR”. Meu nome é Railson Soares Cardoso, sou pedagogo, especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior, mestrando do curso de pós graduação strictu senso Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, pesquisador(a) responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricar todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) responsável, via e-mail cardosorailsoares@gmail.com, e ainda sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s):(61)30267319/(61)991011663. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefone: (62) 3328-1439, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O contato também poderá ser feito pelo e-mail do CEP-UEG: cep@ueg.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares. Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são, o professor Dr. Raimundo Marcio de Mota Castro, meu orientador, e eu, Railson Soares Cardoso.

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 05 minutos/horas e a sua participação na pesquisa 120 minutos/horas.

#### **Justificativa, objetivos e procedimentos:**

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é a necessidade de compreender as relações e sentidos da Educação Superior na vida de pessoas Transgênero, assim, identificar os fenômenos sociais a partir do olhar e da narrativa de pessoas Transgênero no contexto Universitário.

O objetivo desta pesquisa é desvelar as relações da construção das identidades transgênero e suas relações com os fenômenos sociais, bem como as implicações da formação superior e as relações socioculturais que emergem nas narrativas de pessoas Transgênero. Além disso, conhecer a trajetória de pessoas Transgênero na Universidade e suas significações para a vivência nesse espaço; analisar a significação da Educação Superior na formação da pessoa humana, profissional, social e intelectual das pessoas Transgênero; analisar e investigar a construção teórica das identidades de gênero, de forma social e histórica, bem como sua influência na vida de pessoas Transgênero.

Os procedimentos de coleta de dados serão um questionário inicial e final com suas informações pessoais (número de identificação do participante, idade, sexo/gênero, cor/raça, renda familiar média, grau de escolaridade, universidade onde estuda/estudou, sexualidade). Além disso, gravar sua história de vida, principalmente no período da graduação e após a graduação. Serão obtidas cópias gravadas da conversa durante o estudo, você fará uma narrativa pessoal (oral) sobre sua trajetória no ensino superior. Caso o Senhor/Senhora permita ou não a divulgação da sua história de vida, assine com sua rubrica dentro do parêntese:

- ( ) Permito a gravação da minha voz  
( ) Não permito a gravação da minha voz

### **Riscos e formas de minimizá-los:**

A pesquisa poderá oferecer risco moral mínimo aos participantes. Para os/as entrevistados/das mais tímidos/tímidas, durante os momentos de narrativa de suas trajetórias de vida, podem haver momentos de constrangimento ou desconforto, uma vez que precisarão expor suas experiências e seu percurso de vida antes, durante e depois da graduação superior, revelando momentos de discriminação com suas identidades de gênero e de sexo. Contudo, o pesquisador tentará minimizar o risco moral deixando o participante a vontade e ciente de que ele não é obrigado a informar todos os episódios de desconforto ou discriminação sofridas em sua trajetória de vida, e ainda para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação, no início da pesquisa, será pedido aos participantes que escolham pseudônimos para si, para assegurar que sua identidade seja resguardada. Além disso, a participação é voluntária e há a possibilidade de desistência em qualquer momento, sem prejuízo ao participante. Como esta pesquisa se realiza durante um período de pandemia mundial, a coleta de dados será realizada a partir de plataformas de comunicação digitais, como whatsapp e google meet, desta forma, para reduzir os riscos aos participantes será seguido todas as orientações da Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, ênfase ainda os seguintes procedimentos citados pela mesma: 3.1. É da responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. 3.2. Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". 3.3. O mesmo cuidado deverá ser seguido para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. É recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". 3.4. Em consonância ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 9 inciso V), para os participantes de pesquisas que utilizem metodologias próprias das Ciências Humanas e Sociais, deve haver a manifestação expressa de sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas. 3.4. Em consonância ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 9 inciso V), para os participantes de pesquisas que utilizem metodologias próprias das Ciências Humanas e Sociais, deve haver a manifestação expressa de sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas.

### **Assistência:**

Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

**Benefícios:**

Os possíveis benefícios aos participantes serão a oportunidade de compartilhar sua trajetória de vida e os benefícios do acesso ao ensino superior para pessoas transgênero, pontuando ou não, sua importância no reconhecimento das identidades trans e no acesso ao mercado de trabalho.

**Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:**

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo físico e digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

**Indenização:**

Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo (como por exemplo, transporte e alimentação) este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

IDENTIFICAÇÃO DO VÍNCULO INSTITUCIONAL DO/A PESQUISADOR/A  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CÂMPUS/ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONOMICAS E HUMANAS

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador(a) responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Ao fim da pesquisa, todos os participantes serão convidadas a participarem da banca de defesa da dissertação, após as correções e mudanças finais e publicação da mesma será enviada uma cópia digital para cada participante.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, nós disponibilizaremos os telefones da secretaria do curso de mestrado vinculado a pesquisa, IELT/UEG, fones:(62)3328-1188 - E-mail: ppgielt@ueg.br / ppgielt@gmail.com. Bem como os telefones do pesquisador responsável acima citado (61)30267319/(61)991011663.

**Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável**

Eu, pesquisador(a) responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. Asseguro que utilizarei o material e os dados da pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista neste protocolo, como a produção da dissertação para o mestrado e artigos científicos acadêmicos, para publicação em revistas e eventos. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

**Declaração do(a) Participante**

Eu,....., abaixo assinado, discuti com o pesquisador(a) Railson Soares Cardoso sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do Estudo VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO ENSINO SUPERIOR. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERO: entrelaçamentos entre seu lugar na sociedade e na educação

O objetivo principal desta pesquisa é desvelar os sentidos construídos e as implicações da construção das identidades transgênero e suas relações socioculturais que emergem das narrativas de pessoas Transexuais. Como objetivos específicos esta pesquisa busca conhecer a trajetória de pessoas Transexuais no que chegaram ao Ensino Superior e suas significações para a vivência nesse espaço; bem como compreender a significação da Educação Superior na formação da pessoa humana, profissional, social e intelectual, bem como a garantia de direitos para as pessoas Transexuais; por fim, mas não menos importante, analisar e investigar a construção teórica das identidades de gênero, de forma social e histórica, bem como sua influência na vida de pessoas Transexuais.

### MÉTODO e PROCEDIMENTOS

Entrevista não estruturada ou completamente aberta, aqui já não há um conjunto específico de questões, mas algumas guias de ordem geral. O pesquisador supõe que pouco ou nada conhece do assunto em pauta e sua função é ouvir e entender (MOREIRA, 2002, p. 54-55).

Desta forma, nesta pesquisa, será adotada a entrevista semiestruturada, a fim de responder algumas questões referentes aos objetivos geral e específico deste trabalho, mas valorizando as falas e expressões das experiências vividas de cada pessoa pesquisada. Nesse sentido, para enfatizar as experiências de vida das pessoas pesquisada, será adotado principalmente a técnica de história de vida.

O método da história de vida busca a visão da pessoa acerca das suas experiências subjetivas de certas situações. O entrevistado faz uma descrição em primeira mão de sua vida ou de alguma parte dela. [...] Por detrás do método da história de existe a suposição de que o comportamento humano pode e deve ser entendido a partir das perspectivas dos agentes envolvidos. [...] Este método documenta os vários eventos que afetaram suas vidas, tal como eles o vêem. O objetivo do pesquisador é registrar as histórias dos sujeitos tal qual eles a contam – a sua “definição da situação” (MOREIRA, 2002, p. 55-56).

Sendo assim, eu, Railson Soares Cardoso, pesquisador principal desta pesquisa, gostaria de ouvir a sua HISTÓRIA DE VIDA, começando por sua apresentação, NOME. IDADE, ÁREA DE FORMAÇÃO SUPERIOR, a fim de compreender algumas questões pouco discutidas na nossa sociedade, como:

**Como se deu o seu processo de entendimento de gênero?**

**Como identifica sua identidade sexual?**

**Como foram suas experiências familiares e escolares com relação a sua identidade de gênero?**

**E ainda, como foi sua experiência no ensino superior com relação a sua identidade de gênero, antes, durante e depois da sua formação superior**

## APÊNDICE C - ENTREVISTAS

### HISTÓRIAS E NARRATIVAS DE VIDA

#### História de Vida I

— Bom meu nome é Sabrina, tenho 42 anos, quero dizer, vou fazer 42 anos dia 15 de abril agora, tenho 41 ainda, calma né. É, sou uma mulher trans, sou assexual, e sou birromantica. Não sei se esses termos são comuns pra você, é tipo, eu não tenho interesse em sexo, não vou dizer que eu não faço, mas é uma coisa que não me faz falta nenhuma, entendeu? Aí por isso que me identifico como assexual. Sou formada em psicologia, me formei em psicologia em 2019, foi um curso sensacional que eu adorei, e sou formada também em TI, eu me formei em Sistema da Informação em 2007, antes da minha transição.

— Bom vou contar um pouquinho de mim, de desde sempre, eu nunca me identifiquei com os estereótipos que são atribuídos ao gênero masculino, porque nossa sociedade meio que impõe que pessoas com pênis tem que ser meninos, tem que se comportar como meninos e tem que gostar de meninas, tem toda uma determinação social em cima do genital da pessoa, e desde os meu quatro anos, cinco, eu nunca me identifiquei como menino, mas eu sabia que essa revelação para as pessoas a minha volta seria um choque, né, porque já naquela idade, eu já tinha a percepção, não sei como, mas eu já tinha percepção de que essa minha não identificação com o universo masculino poderia causar desconforto, desconforto? É, afastamento, rejeição da família, sei lá, então eu sempre tentei me esconder. Esse meu comportamento de esconder teve um reforço da igreja, que minha família, sempre, sempre não, quer dizer, minha família que eu falo assim, meus pais né, porque parente, avô, tio é pra mim é parente, não é família, mas meus pais eles começaram a frequentar mais a igreja quando eu era criança, aí eu fiz catequese, fiz primeira comunhão, fiz aquela coisa toda da igreja católica, e naquela época, eu, eu, como que posso falar, tinha lá a catequista né, todo sábado eu ia pra catequese, eu tinha preguiça mas eu ia, e teve um dia que a catequista falou que, quando a gente faz alguma coisa escondida a gente tá pecando e quem peca vai pro inferno, as palavras dela foram essas, eu tenho a lembrança nítida, eu tinha uns 7 anos por ali, então as palavras dessa mulher, e aí eu lembrei, me veio à cabeça porque desde muito nova eu vestia as roupas da minha mãe escondida, e aí eu não tinha nenhuma intenção de revelar isso pra ninguém e também não tinha a intenção de parar, então pensava fudeu, vou para o inferno, fudeu não porque 7 anos de idade eu não pensava fudeu, mas eu pensava beleza vou para o inferno me lasquei o que eu faço, e essa frase essa catequista, me conduziu, conduziu minhas atitudes até meus 28, por ali assim.

— Vamos lá, eu sempre fui uma pessoa muito reclusa, eu ia pra escola e depois voltava pra casa, fim, minhas relações com as pessoas a minha volta não tinham um caráter de amizade, saca, eu não tinha uma amizade profunda sincera com ninguém, eu não me permitia me aprofundar em uma amizade porque eu tinha medo das pessoas, então todos meus colegas de escola e tudo mais, eram muito superficiais, eu não me aprofundava nas minhas relações, e quando eu tinha meus 16 para 17 anos, minha mãe preocupada com essa minha reclusão ela comprou dois ingressos para um show dos Paralamas do Sucesso, um pra mim e um para meu irmão, meu irmão sempre foi muito saído mas pra eu não ir só, daí ela falou assim: “eu comprei dois ingressos pro Paralamas do sucesso e você vai”; aí eu fui, acabou que gostei pra caramba do show. Ai, ainda nesse ano eu já tinha feito 17 e meu pai me cutucou e falou assim: “ah o pessoal da família tá falando que você não arruma namorada, tão começando a falar”. Ai eu pra dar satisfação pra esses parentes, eu arrumei uma namorada, não foi muito difícil porque modéstia parte eu era um cara bonitão, (risos), mas eu arrumei uma namoradinha lá, tipo duas meninas estavam brigando por mim, por incrível que pareça, uma era mais velha, deveria ter seu 20, eu tinha 17 anos né, e uma outra tinha 13, ai eu pensei, “bom, vou ficar com a de 13 porque essa menina com certeza não vai querer transar”, eu tinha um pavor terrível de sexo, terrível, terrível, então essa menina não vai querer transar e ai eu me escondo da sociedade nesse namorico aqui né. E aí o namoro durou 3 meses, porque a menina de 13 anos queria transar também e eu não queria. Beleza né, meus namoros foram sempre assim, um mês acabava, dois meses acabava, porque as meninas queriam transar e eu me fazia de besta e ai não rolava nada e ai acabava o namoro. Aí arrumei uma menina que era da igreja, que tinha a autoestima baixa, meio gordinha com sardas, eu achava ela linda sabe, mas minha intenção pra com ela não era sincera, eu queria me esconder da sociedade, eu queria o disfarce perfeito de homem hétero cisgenero pra poder sobreviver no meio onde eu vivia, e ela me serviu sem saber, depois de um ano e meio sem transar sem anda, ela entendeu que minha atitude era de respeito por ela, não de fuga, dai ela decidiu que, “não agora a gente pode dar o próximo passo”, ai eu pensei, puta merda, fudeu, fudeu, fudeu, ai ela disse pra mãe dela que a gente ia pro cinema, passei na casa dela, ela se arrumou e a gente foi pro motel. Aí o que que acontece, eu sempre quando arrumava esses namoricos, eu pensava na possibilidade, de entre aspas me curar, “ah eu preciso me curar desse desejo de ser mulher, porque não é correto, porque eu nasci com pinto, não sei o que não sei o que”, ficava pensando essas coisas né, coisa de igreja e tudo mais, porque eu não quero ir pro inferno, eu ainda frequentava a igreja nessa época. Mas nunca dava certo, eu ficava me enganando, tipo, quando eu arrumar uma namorada de verdade eu me curo.

— Ai eu arrumei essa menina e a gente foi ficando, ficando, até que chegou esse fatídico dia da gente ir pro motel, daí como ela era virgem também, eu tinha 22 e ela tinha 18, daí meio que a gente deu uma transada meio esquisita assim, a gente não chegou a consumir direito porque ela era virgem e ela sentiu desconforto, sentiu dor, mas meio que deu certo, consegui uma mini penetração, (risos), dai eu sai do motel pensando assim, beleza me curei, sou o macho alfa, é isso ai obrigado deus, só que não né.

— Dai passou pra próxima fase da minha etapa de enganação, falava, quando eu noivar eu me curo, dai deu dois meses mais ou menos, não não, quatro meses, meti uma aliança no dedo dela, e ai nossas transas eram bem esporádicas, porque eu morava na casa dos meus pais e ela morava na casa dos pais dela, e beleza, quando foi um ano depois do noivado, a gente se casou na igreja tudo bonitinho ela de branco eu de terno tal, se você olha minha foto de terno você não acredita, mas, casamos, padre bonitinho e tal, e ai a nossa transa que era esporádica porque a gente morava com os pais, passou a ser esporádica porque eu não conseguia procurar ela, eu não conseguia, por mais que eu tivesse um carinho especial por ela, que eu tenho até hoje, é uma pessoa muito querida, uma pessoa muito gente boa, e o meu arrependimento é ter casado com ela, mas eu não tinha nenhum tesão, não é nem porque era ela, é porque era eu, tentando performar um papel de uma pessoa que eu não era entendeu, hoje eu tenho essa consciência, antigamente eu ficava me perguntando porque, fiz teste de hormônio, fiz teste de sangue, fiz terapia, procurei psicólogo e tudo, mas tipo é aquele negócio, quando você procura um psicólogo e não tem a intenção de se abrir totalmente não dá certo e não deu certo comigo, ai no frigir dos ovos eu contei pra ela, eu tinha 28 anos na época ela tinha 24.

— Eu contei pra ela porque que eu não estava procurando ela, porque ela já estava suspeitando que eu tinha outra pessoa, outra mulher na rua e por isso que eu não procurava ela, devido a baixa autoestima dela que ela sempre teve, enfim coitada da bichinha, mas eu falei não, não é isso, ai eu contei pra ela tudinho, foi muito difícil contar isso pra ela, porque era um segredo que eu queria levar pro caixão, não era uma coisa que eu queria contar pra ninguém, mas eu contei pra ela, né ai depois que contei pra ela a gente ainda tentou mais uns 8 meses.

— Eu fiz cirurgia de fimose, porque nessa época eu ainda estava tentando me enganar, né, porque eu pensava, ah eu não sinto tesão porque eu não tenho a tatibilidade certa no pênis, uma parada assim, eu sempre tentava me enganar de qualquer jeito, fiz cirurgia de fimose que foi horrorosa, e realmente não deu certo.

— Ai quando foi agosto de 2008 a gente teve uma conversa definitiva de que olha, não vai rolar, e a gente começou o processo de separação, ela começou a separar umas coisas pra ela, a gente tinha uma casa, ela não queria vender, mas eu fiz questão de vender pra gente dividir o

dinheiro metade metade, ai ela levou um carro e umas coisas e eu fiquei com o outro carro que agente tinha, um fusquinha, que eu tenho até hoje, meu bichim, vendi a casa separei o dinheiro comprei um apartamento pra mim e a vida seguiu.

— Na família também foi muito difícil, principalmente com meu pai, com minha mãe também foi difícil, minha mãe falou muita merda pra mim, muita merda, saca, ela chegou a falar que ela preferia que fosse um pinguço que bate na mulher porque isso é normal, meu pai chegou a pedir pra eu devolver o filho dele, falou que eu estava destruindo a família dele, e ai tipo, né, isso deixa marcas né, até hoje eu tenho uma certa dificuldade, por mais que a gente hoje eu e meus pais a gente se dê super bem, fica ainda uma rusguinha, pelo menos pra mim né, mas hoje a gente tá bem, já colocamos os pingos nos is e tudo mais.

— O fato de eu ter transicionado tarde, depois que eu separei, isso foi em fevereiro de 2009, depois de uns 6 meses que eu separei, eu conheci um cara no Facebook e agente começou a bater um papo, e o cara ficou muito interessado por mim, não sei porque, e ai o cara ficou me assediando, me assediando um tempão, até que eu topei encontrar com ele e a gente foi pro motel e foi a primeira vez que eu tive experiência com homem, e foi muito legal, né, me senti naquela posição né, foi muito bom, só que ao mesmo tempo, sabe, eu costumo comparar com couve-flor, couve-flor se eu estiver na casa de alguém e a pessoa me oferece couve-flor eu como, mas se nunca mais passar um couve-flor na minha frente também tá ótimo, não me faz falta, o sexo pra mim é isso daí.

— Ai depois que a gente transou a gente meio que estabeleceu uma relação bem legal, porque tipo assim, ele era casado e ele tinha os rolos dele e lá fora eu, era a esposa, várias outras e eu, a esposa com certeza não sabia né, a esposa e duas filhas inclusive, e eu fiquei sabendo disso porque ele me contou porque eu nunca perguntei nada pra ele, mas a gente estabeleceu uma relação bem legal de amizade, quando ele queria transar comigo ele me procurava, se eu não quisesse eu falava que não, a gente transava mais ou menos a cada 6 meses, que era o período mais ou menos que eu toparia, uma vez ele me procurou com menos de 6 meses eu falei que não.

— Mas quando foi lá pro final de 2010, ele perguntou pra mim, vem cá Sabrina, e tipo assim, nessa época eu não tomava nada de hormônio, meu cabelo era curto cortado na máquina 3, e tipo, eu tinha bastante pelo no rosto, eu fiz muito laser pra ficar com a pele lisinha, eu passava muita base pra disfarçar o azul no rosto, ele nunca me viu de menino, né, quando ele ia lá pra casa eu botava uma peruca, vestia uma roupa legal e tudo mais, passava a base, e a gente se encontrava, transava, tudo mais, era bem legal. Só que, quando eu me via no espelho, eu pensava, cara, nunca que esse ser humano vai ser uma mulher respeitável na sociedade, isso na

minha cabeça na época né, nunca que essa pessoa vai ter passabilidade o suficiente pra ter uma vida confortável enquanto mulher, na sociedade, né, essa era minha interpretação na época.

— E aí o que aconteceu, teve esse dia em dezembro de 2010, não sei qual é o dia, que agente teve essa conversa, aí ele falou assim, Sabrina porque que você não se assume logo pra sociedade, aí eu falei assim, você tá falando do que? Aí ele falou, não porque eu sempre te vi como uma mulher, daí eu pensei assim, cara como que ele tá vendo uma mulher em mim? Porque tipo quando eu me via no espelho sem aquela montagem era o cara né, não tinha, por mais que eu me disfarçasse na época eu não conseguia me ver como uma mulher na época, mas aquela conversa que ele teve comigo, ficou com essa pulguinha atrás da orelha, e aí ele falou, olha tem um site que as meninas fazem regime de hormônios, dá uma lida, tira umas dúvidas elas tiram umas dúvidas também, daí eu comecei a ler, eu li muito, comecei a ler artigos, li esses sites, conversei com algumas travestis e tudo né, e aí elas me informaram os nomes dos hormônios pro objetivo que eu tava procurando e tudo, e aí depois de uns 6 meses, é, 5 pra 6 meses, eu comprei minha primeira injeção de hormônio, e aí eu liguei pro Rodrigo pro menino que eu ficava, o nome dele não é Rodrigo, ele me deu esse nome, pra outra menina lá ele falou outro nome, eu liguei pra ele e falei Rodrigo vem cá aplicar, porque era injeção e eu não sabia aplicar injeção, eu falei assim, eu comprei hormônio vem cá aplicar em mim, aí ele foi lá a gente transou e aí ele aplicou o hormônio em mim, e aí eu sabia que era uma injeção daquela por mês né, e aí quando eu apliquei minha primeira injeção de hormônio, foi em 2012 isso, não, foi 2011, a nem lembro mais se foi 2011 ou 2012, ah nem lembro mais, mas quando apliquei minha primeira injeção de hormônio eu falei, não corto mais o cabelo, porque antes eu cortava o cabelo na 3 né, passava a máquina na 03, falei não corto mais o cabelo, hoje eu tenho cabelão grande, aí ele aplicou a injeção em mim pah, e aí eu pensei cara eu não quero transar uma vez por mês, eu não quero transar de novo mês que vem, então eu tenho que aprender a aplicar esse danado, fui no YouTube e aprendi a aplicar esse danado, e aí todo mês eu aplicava e a gente continuou nessa coisa legal, tipo a cada seis meses o Rodrigo ia lá dava uma transadinha e a gente batia um papo, ele fazia questão de conversar comigo eu achava isso bem legal, e a gente trocava altas idéias ele tomava um banho e ia embora pra casa, e assim foi até 2015, que foi a última vez que a gente se encontrou, que foi a transa da despedida, porque eu fiz minha redesignação sexual em dezembro de 2015, e de lá pra cá eu não transei mais, uma coisa que já não fazia falta, e aí eu passei a, pensei a velho, se eu for transar de novo vai ser com alguém que merece muito, muito, se eu não achar esse ninguém não tem problema, couve-flor, e assim foi, aí tipo, o que que acontece, eu ia falar isso antes né, o fato de eu ter transicionado muito tarde em relação ao que as outras meninas transicionam, por exemplo, a minha primeira injeção

foi com meus trinta e dois anos, minha primeira injeção de hormônio foi com 32 anos, bastante tarde né, enquanto tem meninas que começam com 18 (anos) e falam ai comecei tarde demais, e mesmo eu começando tarde eu tive, eu consegui uma boa passabilidade, assim, passabilidade é um termo esquisito porque né, não é justo a pessoa ter que ter algum tipo de padrão pra poder ter respeito na sociedade né, mas no final das contas é isso, é muito estranho isso de você ter que alcançar um certo padrão pra que as pessoas te respeitem, não pode ter nenhum traço, é, hoje tá um pouco menos né, mas em 2012, se você tivesse um traço de travestilidade no seu, até no seu gestual, não precisa ser nem no corpo no rosto, até no seu gestual era perigoso você sofrer agressão na rua, hoje, apesar da agressão da agressividade permanecer a mesma ou até mais, a gente percebe que a sociedade como um todo tá alterando se alterando os valores né, então as pessoas hoje, tem lá os escrotos, que nunca vão deixar de ser escrotos, mas as pessoas que antigamente ficavam em cima do muro hoje compram nossa briga, por exemplo você, né, eu não sei qual a sua motivação pra pesquisar sobre o universo de pessoas trans, né, mas isso em 2012 por exemplo, eu acho que isso seria praticamente impensável, a possibilidade de uma pessoa, de um homem, não sei se você é heterossexual, mas enfim, mas de um homem cisgênero né, ter interesse em pesquisar a história de pessoas trans, isso eu acho muito legal na sociedade mesmo, eu acho bem legal, e isso é fruto dessa transformação que a sociedade vem passando, por mais que hoje a gente tenha um Governo de extrema direita, autoritário, que cospe ódio pra todos os lados, que odeia todo tipo de diversidade, é, a nossa sociedade como um todo, não compra mais esse discurso, por mais que esse merda tenha ganhado né, enfim, voltando à questão da passabilidade e da vivência no mundo acadêmico e no ambiente de trabalho enfim, eu nunca passei por muita dificuldade, porque justamente eu consegui esse tal dessa passabilidade, e também o que que acontece, por conta de eu ter me assumido tarde, eu pude fazer faculdade né, porque, não sei se você sabe, provavelmente você já pesquisou sobre isso, a maioria das pessoas trans não terminam nem o ensino médio, mais da metade não terminam nem o ensino fundamental, são empurrados pra fora da escola porque a escola não é um espaço nenhum pouco inclusivo, hoje eu não sei como é que tá, mas até um tempo atrás era um espaço de exclusão e a família ia no embalo, e essas pessoas abandonavam os estudos né, então pelo o fato de eu ter me assumido tarde, eu pude fazer uma faculdade, eu pude estudar pra um concurso, hoje sou concursada, trabalho na caixa econômica, tenho uma vida bem confortável, tenho meu apartamento, tenho meu fusquinha, que to reformando ele, to gastando horrores, tenho um outro carro pro batente que não é qualquer carro é um carro bom, tenho dinheiro guardado, então minha vida tá boa.

— sobre a religião, eu fui batizada na igreja católica, mas sou ateia. E tenho muito nojo das estratégias adotadas pelo cristianismo pra manutenção da própria hegemonia. Tipo cnbb ser convidada no STF pra dar pitaco sobre aprovação de lei, bancada evangélica nas casas legislativas pra barrar projetos de cunho progressista. O cristianismo hoje não tem nada de amor. É puro ódio e sede de poder. Se bem q eu não sei se algum dia foi amor. Na minha cara poucas vezes. Muito provavelmente parentes falem pelas minhas costas q eu vou pro inferno e aquela baboseira toda. Nas redes sociais, sim. Mas eu também “cagay” baldes pra essa galera. Bom, meus pais usaram e abusaram de discurso religioso pra tentar me convencer q eu não sou quem eu sou... Então sim, sofri.

— Enfim, bom como eu te falei né, as minhas relações com a sociedade como um todo não foram dificultosas não, por causa dessa passabilidade que eu alcancei né, tá certo eu fiz cirurgia uma feminilização facial, em 2015 eu pude fazer minha redesignação sexual e tudo, então tudo com recurso meu, então tá tudo beleza, o que eu tive maior trabalho foi dentro de casa né, com meus pais tudo mais como eu te falei antes, mas no trabalho eu me assumi em 2013, né, conversei com o pessoal do trabalho e foi muito tranquilo, o pessoal foi muito receptivo, sabe, eu contei pras pessoas no trabalho, o que que acontece, quando eu contei pela primeira vez pra alguém no trabalho, eu trabalhava ainda em agência, né, então eu não escancarei, mas as pessoas começaram a perceber, tipo o efeito do hormônio, tipo o peito começou a pular, o traço do rosto começou a ficar mais suave, porque muda, muda, a textura da pele muda, sabe?, e ai as pessoas começaram a perceber, e ai eu contei pra uma ou duas pessoas dentro da agência, poucas pessoas, e os clientes começaram a perceber, sabe, as clientes do gênero feminino gostavam muito, quando eu chamava a senha delas, eu trabalhava no caixa, quando eu chamava a senha delas elas comemoravam, “ai que bom que você que me chamou e tudo mais”, uma eu atendia bem, outra eu era rápida, e outra as pessoas se simpatizam comigo, simpatizam, não sei porque, eu sou gente boa, eu acho que sou gente boa, (risos), ai, pouco tempo depois eu fui pra área meio, pra uma centralizadora que não atendia clientes, e lá eu contei pras pessoas, abri o jogo pro meu gerente, pra minha coordenadora e pros meus colegas, e a receptividade foi muito tranquila, as pessoas vieram me perguntar com qual nome eu queria ser chamada, eu achei muito legal, porque tipo eu falei pras pessoas mas eu continuei frequentando o banheiro masculino, com muito constrangimento, mas eu não queria naquele momento que as pessoas (mulheres cisgênero), tivessem a percepção que eu estava invadindo o espaço delas, entendeu?; então eu contei pra elas, mas eu continuei muito timidamente frequentando o banheiro masculino lá, e ai uma das minhas colegas percebeu e fez uma enquete com as minhas outras colegas sem eu saber, e ai foi unânime, que elas falaram que eu podia, que eu devia frequentar

o banheiro feminino, foi muito legal, muito legal, e aí mesmo com meu nome não tendo sido alterado lá no sistema do meu trabalho, tanto o pessoal do meu setor, quanto o pessoal das áreas que eu me relacionava da matriz, começaram a me chamar de Sabrina, tipo, nunca rolou nenhum tipo de desrespeito, quer dizer, teve lá um colega que ele foi babaca, mas ele que se queimou, porque ele foi babaca na frente de todo mundo, saca, eu não precisei nem me defender, foi maior tranquilo assim, no trabalho foi muito de boa, na faculdade então.

— Assim, em 2007 eu terminei a faculdade de TI, eu ainda não tinha me assumido né, então, e foi um curso que eu odiei, mas na faculdade de psicologia que foi um curso que eu amei, psicologia nossa, forever, eu me assumi um ano depois que eu já tinha ingressado no curso, e a recepção foi maravilhosa assim, calorosa, meu nome ainda não estava alterado na chamada, os professores pegavam, antes do CEUB, informatizar né, as chamadas e tudo mais, os professores escreveram com lápis em cima lá do meu antigo nome, pra não errar né, quando fossem me chamar, sem problema nenhum, quando foi informatizado eu entrei com uma solicitação pro meu nome social constar na chamada, né, esse foi um pouquinho mais burocrático, eu precisei de uma carta de recomendação de um psicólogo, pra poder eles fazerem essa alteração, aí eu consegui essa carta e eles alteraram numa boa, né, na justiça foi um pouco dificultoso eu alterar meu nome, eu dei entrada no processo em 2014, e só foi alterado em 2016, depois que eu fiz minha cirurgia de redesignação sexual, porque o juiz não quis fazer antes, por mais que houvesse jurisprudência no sentido contrário, é, mas assim, pra mim, Sabrina eu, não tenho muito o que reclamar, inclusive porque vou fazer 42 anos dia 15, é, e isso já é um feito, porque acho que você sabe que a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil hoje, né, e não só hoje, já há algum tempo, é de 35 anos, né, a maioria morre antes, vítima de violência, vítima de auto sabotagem também, suicídio, sabe, é um mundo que não é muito legal, as pessoas são expulsas de casa muito cedo, 13/14 anos, tem que se virar, tem que comer, tem que vestir, tem que né, tem que sobreviver, muitas, a maioria esmagadora, noventa por cento das pessoas trans, apelam pro mercado da prostituição né, porque é pra onde a sociedade empurra essas pessoas, então nesse sentido, eu sou uma privilegiada, eu não queria ser, que queria que isso fosse direito de todos, respeito, dignidade, queria que isso fosse um direito de todos, mas infelizmente não é, mas eu fico feliz de qualquer forma que as pessoas mesmo no cenário atual, as pessoas tenham comprado mais a nossa briga, que você e outras pessoas é, tenham essa visão de que é importante falar sobre isso, que é importante lançar luz sobre este assunto.

— A minha segunda graduação, eu sempre quis fazer psicologia, assim, quando a gente é criança a gente fica idealizando um monte de coisa, quando eu era criança eu queria ser piloto de corrida, até hoje se fosse pra fazer o que eu gosto eu seria piloto de corrida, mas como meus

pais nunca foram endinheirados, eles sempre foram muito humildes, meu pai tem o primeiro grau, a minha mãe tem a quarta série, eles não tiveram chance de estudar nem de ter ganho financeiro né, começamos a ter uma vida melhorzinha por agora, agora assim, de 97 pra cá que melhorou, a vida da gente assim, na minha infância foi um perrengue terrível, eu já cheguei a ficar três meses com um pé de chinelo, porque o outro arrebentou e meu pai não tinha dinheiro pra comprar um par de chinelo pra mim, sabe, então, a gente chegou a escovar os dentes com sabonete porque não tinha pasta de dente e não tinha dinheiro pra comprar pasta, saca, a gente chegou a comer pão com açúcar porque acabou a margarina e não tinha dinheiro pra comprar margarina, esse tipo de coisa, quando eu tinha lá meus 12 anos até meus 14 anos era bem perrengue assim, ai depois que a coisa começou a ficar um pouquinho melhor. Aí, assim, fora piloto de corrida que não foi possível, por causa das condições financeiras, que é uma profissão que exige um investimento financeiro muito alto, eu sempre quis entender como é que funciona a cabeça das pessoas, na verdade eu acho que todo mundo, todo mundo assim né, a grande maioria das pessoas que fazem o curso de psicologia tem uma questão íntima pra entender, pra desvendar e acham que vão encontrar essa resposta no curso de psicologia, eu pelo menos era uma dessas né, eu conheci várias outras pessoas que tinham esse tipo de questão, várias pessoas que eu conversei, que eu tive oportunidade de conversar no curso, tinham alguma questão que queriam entender dentro de si e por isso estavam fazendo psicologia, e aí no final das contas, eu pelo menos aprendi muito, nesse curso que, foda-se, foda-se, se o que eu quero, desde que não seja ilícito, desde que eu não esteja prejudicando ninguém, foda-se se a sociedade acha legal ou não sabe, foi o que eu aprendi no curso de psicologia, eu aprendi muito a ouvir também, a gente no dia a dia a gente não tem o hábito de ouvir, que dizer ouvir a gente ouve, a gente não escuta, a gente tá ouvindo ali mas já tá pensando no que vai falar depois, não tá prestando atenção de verdade, e no curso de psicologia a gente aprende o que o curso chama de escuta ativa, então é isso, eu sempre quis fazer psicologia por conta dessas questões que existiam dentro de mim, e no final das contas eu aprendi que foda-se o que a sociedade acha, foda-se se o que eu quero a sociedade condena, porque eu não tô fazendo mal pra ninguém, eu quero viver minha vida do jeito que eu acho certo pra mim, eu não to defendendo que ser transexual é mais correto que ser cisgênero, que ser transgênero é mais legal, que ser transgênero é mais correto, não, eu encontrei esse caminho pra mim e eu quero viver esse caminho pra mim, não tô defendendo nada nem de um lado nem de outro, tô falando que esse é o melhor pra mim e foi isso que eu aprendi no curso de psicologia e isso é importante.

— Por que que é importante falar sobre transgênero( no ensino superior)?Porque representatividade importa né, a gente vê que ainda hoje, por mais que seja um tema que hoje

tá mais em voga né, hoje é muito difícil você ir numa farmácia e a balconista ser uma mulher trans, você ir num restaurante e o garçom ser um homem trans, uma vez eu tive a oportunidade de ser atendida por um homem trans em um bar em Águas Claras-DF, eu tava até com um amigo gay, e esse meu amigo gay não soube lidar com aquilo, e ele tratava o garçom no feminino e eu falei, amigo é um cara, um cara, até que eu tive a oportunidade de perguntar o nome dele, e era um homem trans, dava pra perceber que era um homem trans, aí eu falei tá vendo amigo o nome dele é fulano, eu esqueci o nome dele, então todo tipo de representatividade importa. E é por isso que gente não deve se furtar de discutir os assuntos, de debater os assuntos, conversar sobre o que surge sempre que tem oportunidade, é importante. Bom, brigada a você pelo convite, eu sempre gosto de, porque assim, pra mim é uma oportunidade ímpar, é sempre uma oportunidade ímpar, de quebra de preconceito, de quebra de barreira sabe?; quando eu posso falar sobre mim, eu não estou falando sobre a comunidade trans, não, eu tô falando sobre mim, tem coisas que se identificam pra caramba, tem dados estatísticos que são sobre a comunidade trans, tem, mas o que eu contei pra você é sobre a minha vivência né, não tô falando em nome de ninguém, tô falando só em meu nome, e valeu demais pelo seu interesse, pelo esse tema né, sobre a transexualidade, da transfobia, e que essa realidade mude cada vez mais no sentido de um mundo mais inclusivo, de um mundo mais igual com oportunidade pra todo mundo.

— Ah, deixa eu te responder sobre a última questão que você me fez né, se eu acredito que a formação possibilita melhores condições de trabalho né, pras pessoas trans. Assim, a minha reflexão é a seguinte, o mundo capitalista é muito escroto, né, porque a aquisição de conhecimento, que era pra ser uma coisa que você busca porque você quer aprender, se tornou um instrumento pra você ganhar dinheiro, o objetivo da universidade, da faculdade tal, no meu entendimento não deveria ser esse, deveria ser, porra eu quero aprender sobre filosofia, eu vou estudar sobre filosofia, eu quero aprender sobre psicologia, eu vou aprender sobre psicologia, eu quero aprender sobre administração de empresas, por mais que isso me sirva de alguma forma pra capitalizar isso de alguma forma, eu quero fazer porque eu me identifico com isso e eu quero aprender mais sobre isso, eu fiz psicologia justamente nesse sentido, tipo, gastei horrores, o valor na mensalidade, eu fiz no CEUB, o valor da mensalidade do CEUB é absurda de cara, mas o curso é muito bom, saca, e eu não ganhei um centavo com a psicologia até hoje, saca, é, porquê? Porque eu fiz porque eu queria aprender. Muitas pessoas estão fazendo como uma primeira profissão, muitas colegas minhas, eram nenéns, tipo 19/20 anos, tavam aprendendo a viver agora né, e aí elas estavam escolhendo já, o campo da psicologia como uma forma de se profissionalizar e tudo mais, nada contra, só que eu acho que o objetivo da

universidade da minha opinião não deveria ser esse né, de qualquer forma, ainda mais nesse sentido, de a academicização, nem sei se existe essa palavra, mas, a inclusão de pessoas trans no mundo acadêmico, nesse momento acredito que não, não tenha servido, porque olha, imagina, hoje o Brasil tem um monte de gente formada trabalhando de Uber, imagina pessoas trans sacou?; em um país de oportunidades pode ser que de repente sim, hoje no Brasil, nos últimos quatro anos pelos menos, cinco anos pelo menos, não, mas se for pensar na graduação como um aprimoramento do pensamento crítico, da possibilidade de você enxergar as coisas além do que elas se apresentam, é valido demais, você investir nos seus estudos independente de você ser cis ou trans, negro ou branco, mulher ou homem, ou não binário porquê não?; não sei se eu respondi sua pergunta, mas é isso que eu acho, eu acho muito bizarro no mundo capitalista, você capitalizar tudo, inclusive a sua vontade de aprender sobre determinados temas saca?; Mas serviria de alguma forma pra capitalizar, vamos dizer, uns seis anos atrás, quando ainda tinha CLT, quando tinha alguma segurança no trabalho, não sei, talvez, é isso.

## **História de Vida 2**

— Sou a Daniela Nunes, tenho 29 anos, sou uma mulher trans, me identifico enquanto uma mulher trans, sou formada em Serviço Social, minha identidade sexual é hétero, me vejo quanto mulher que sente atração por corpos masculinos. Vou falar um pouco sobre minha trajetória de vida, brevemente resumida, até o ensino médio, o ensino superior. É, eu me identifico como mulher desde quando eu tinha uns 6 anos de idades, de 6 a 8 anos de idade por ai, tive a experiência de me compreender quanto mulher, a partir de atividade e brincadeiras desempenhadas mais pelo gênero feminino, então foi assim que eu percebi que eu me identificava como mulher, eu via que eu gostava mais de estar entre as mulheres e atividades de meninas do que estar com os meninos, talvez por uma questão mais de agressão, que envolve muito a masculinidade. Ah, sobre a minha família, eu tenho uma relação muito boa atualmente com a minha família por parte de mãe, uma parte né, da família de parte de mãe, e outra parte não tenho uma relação muito boa, e com a família paterna também é a mesma coisa, são poucas as pessoas com quem eu tenho uma relação muito boa, e meu afastamento se deu justamente por não ver pertencente no seio familiar, da parte de pai, inclusive o meu pai, agora a família da minha mãe aonde eu mais fui criada, onde que passei mais tempo de criação, com as pessoas com que eu mais tive contato ao longo da minha criação, do meu desenvolvimento enquanto pessoa, eu tenho uma relação muito boa, eu consegui quebrar muitos paradigmas junto a eles e hoje eu tenho uma relação muito boa com essa minha família. É uma família que sempre prezou pelos estudos e que sempre deixou essa mensagem de que, pra conseguir alguma coisa na vida

é preciso estudar, se dedicar a escola e se dedicar a alguma coisa na vida, ter algum objetivo, então foi assim que eu cheguei ao ensino superior, com a minha mãe sempre bem rígida com relação aos estudos e me apoiando na minha transição de gênero, esse seio familiar, depois que eu me assumi enquanto mulher trans.

— Um dos pontos assim mais fortes na minha vida com relação a minha transição de gênero e a minha formação profissional, é que, eu sempre tive né, o incentivo dos estudos, mas eu tinha um desestímulo muito grande, que é o bullying, a dificuldade de lidar com as pessoas no dia a dia, a realização de pequenas coisas no dia a dia, como pegar um ônibus, ir pra escola, ir pra, comprar um pão, ir no mercado, todas essas atividades do dia a dia, é, requer muito esforço mental e muita disposição física e psicológica diante das adversidades que um corpo trans sofre, exclusão social, bullying, o preconceito, a marginalização, todas essas questões, todos esses processozinhos, faz com que nossos corpos fiquem desestimulados de ocupar os espaços e na faculdade na escola não foi diferente, eu tinha que ter uma disposição muito grande que eu não sei de onde é que vinha, eu só sei que eu precisava realizar essas coisas, eu precisava comer então eu precisava ir no mercado, eu precisava me alimentar, me manter, então eu precisava buscar um emprego, e enfim, todos esses processos vai desestimulando a nossa resistência a nossa existência, e esse é um dos motivos de eu acreditar que, depois que eu me formar, depois que eu me formasse, eu teria uma vida melhor, eu teria uma; a gente quando tá estudando quando é criança, a família a sociedade diz que a gente precisa estudar, ter uma profissão pra ser alguém na vida e é, poder ter uma família, poder viver bem, poder viajar, poder consumir e eu não queria viver a vida que eu vivia, que eu levava. E eu achava que quando eu me tornasse adulta, pelo menos adulta essas questões de discriminação elas iriam melhorar, porque eu achava que eu sofria discriminação não só por eu ser uma pessoa LGBT, por ser uma mulher trans, mas também por ser uma criança, e que ser criança é estar à mercê de, dos adultos, é ter que responder aos adultos, é ter que obedecer os adultos independente se eles estivessem errados, e eu desde criança sempre tive esses questionamentos, de que não é porque é uma pessoa mais velha do que eu, eu devo total respeito, e que a pessoa mais velha sempre está certa, por que eu na minha condição de mulher trans criança, eu era agredida com palavras e agressões físicas mesmo, como se eu não fosse uma criança, como se eu fosse uma igual a eles, então eu tive que amadurecer muito rápido nessa questão, de se posicionar de igual pra igual, e então é, eu entendia que eu precisava estudar, precisa ter uma formação profissional pra ter mais respeito e achava que ia vim junto com o momento que eu deixasse de ser criança pra ser uma adulta, e ao mesmo tempo conquistando o espaço profissional, e o que não foi bem assim, não foi verdade, não foi essa realidade.

— Entrei na adolescência e aí que as coisas foram mais complicando, o processo depressivo foi aumentando, ansiedade, eu não sabia que eu tinha ansiedade; eu descobri que eu tinha ansiedade a dois anos atrás, mas aí eu descobri que a ansiedade sempre esteve comigo, por que eu ficava com medo de sair de casa, de ocupar determinados lugares por que eu poderia sofrer alguma agressão e que essa agressão era quase de 90% que poderia acontecer. Aí eu entrei na adolescência e eu fui me sentindo desconfortável com meu corpo, porque eu entendia que a mulher que eu queria ser, que eu era, e queria ser tratada quanto mulher, não poderia ser possível com as características corporais que eu tinha, com os marcadores de gênero corporal que a sociedade tem como norma, como norma corporal do que é um gênero ou não. E aí foi que as coisas foram se gravando, com a necessidade dos hormônios, eu reprovei a segunda série, eu reprovei a quarta série e reprovei o segundo ano do ensino médio, tudo isso tinha grande peso por conta dessas questões da minha identidade de gênero.

— Depois eu comecei a fazer faculdade de Serviço Social, me formei em Serviço Social com muita dificuldade, porque eu não tinha a empregabilidade garantida, eu vivia de bicos de cabelo, de maquiagens, era muito explorada em salão de beleza, obrigada a fazer progressivas e progressivas, tenho um problema de respiração, sempre tive, e se agravou um pouco na época que trabalhei com salão de beleza, depois fui trabalhar como telemarketing, que foi a maior dificuldade pra conseguir um trabalho formal, que foi assim, através de pessoas que eu já conhecia, que me conheciam muito bem e ainda assim tiveram grande dificuldade em me colocar lá por ser uma mulher trans, e eu fui mandada embora depois de um tempo justamente por ser uma mulher trans, e eu me formei e hoje sou assistente social, e continua não sendo muito diferente a minha vida de antes da formação, durante a formação e pós a formação, o mercado de trabalho não fica garantido, ainda mais nesse cenário pandêmico com esse governo retrógrado.

— Eu sinto que mesmo na assistência social não existe uma grande empregabilidade ao público trans não, até porque as instituições não são lideradas por pessoas LGBTQs, são lideradas por pessoas cis, brancas e sempre por uma questão sei lá, política, não existe muito assim da direção de quem está à frente das instituições, uma preocupação efetiva com seu quadro de funcionários, com quem estamos empregando, se é uma instituição vamos empregar as pessoas que realmente necessitam, e vamos tratá-las como elas devem ser tratadas, de acordo com suas especificidades. E ai mais uma vez eu não me vejo nesse local enquanto assistente social.

— Durante a minha faculdade eu tive dificuldade muito grande, pra, no início dos anos da minha faculdade, de ser respeitada, o meu nome, o meu nome na época era um nome social, hoje é um nome que foi retificado nos documentos, e eu tive que falar com todos os professores

de um por um, e teve resistência de alguns professores de me chamar de me tratar pelo meu nome feminino, mesmo dentro da Assistência Social num curso de Assistência Social em que a gente falava sobre Direitos Humanos, os direitos do público LGBTs, dos direitos de pessoas pretas, e ainda assim era ceifado o meu direito dentro da universidade. Fora da faculdade, depois de formada, também continua essa dificuldade de ser empregada, hoje não mais sofro essa dificuldade de ser tratada pelo meu nome porque é um nome retificado, não tem o que as pessoas né, contestarem isso, mas é sobre isso, a dificuldade ela sempre está presente.

— Eu acho que o que mais mudou mesmo, é só pra mim, não uma coisa assim efetiva, a minha formação superior profissional ela não me garante, não me garante quanto renda, e a gente precisa muito de renda, porque a vida de uma mulher trans é muito cara, os nossos procedimentos estéticos são três vezes mais cobrados do que uma mulher cis, porque se uma mulher cisgênero ela tem que ser feminina a travesti ela tem que ser muito mais, até por questões biológicas, distintas do nosso corpo, que muitas vezes a gente não tem características e passabilidade cisgênero, e a beleza é uma beleza cisgênero, pedófila, que é uma beleza que precisa ser muito jovem, que precisa ter as características de pessoa cisgenero embranquecida, tem que ser branca; e aí como é que uma travesti que não tem essa passibilidade de corpo cisgênero, que tem os marcadores corporais masculinos, né, se torna feminina? Através de muitos custos, através de terapia hormonal, de procedimentos estéticos, de cirurgia plástica, e a performance também né, de performar a estética a beleza. E para além disso, a gente precisa comer, a gente precisa ter lazer, a gente precisa se divertir, e como é que a gente faz tudo isso não tendo empregabilidade mesmo depois de formada?

### **História de Vida 3**

— Meu nome é “Carolaine”, sou professora aqui no estado do Mato Grosso, o professor Raimundo entrou em contato comigo pra estar falando um pouquinho das vivências das pessoas, das professoras transexuais das mulheres transexuais na universidade né, e eu logo já aceitei porque eu acho muito interessante muito relevante esse tema para pesquisa, eu concordo com o que você disse (relacionado o Termo de Livre Esclarecimento), e concordo com a gravação.

— Eu trabalho aqui no estado do Mato Grosso, mas a minha relação com a educação já vem de uns tempos atrás, né, é, o que que acontece, quando eu estava no ensino médio no segundo para o terceiro ano, eu descobri essa vontade pela leitura, eu descobri que eu amava isso, que eu gostava, então na época eu fiquei indecisa de fazer um vestibular entre o curso de letras e o curso de história, eu tava lá no ensino médio ainda, no segundo pro terceiro ano, aí optei, por

escolher língua portuguesa, licenciatura Português e Inglês, foi no ano de 2014, quando eu ingressei na universidade Railson, foi no ano de 2015, através do vestibular.

— Então, é, como na maioria dos casos, ainda aqui no Brasil né, acontece, quando se da na fase, como que eu falo, que você vai falar pra família sua orientação sexual, tem a fase da não aceitação da família né, esse comunicado, a maioria das vezes o pai não aceita, a mãe não aceita, um familiar não aceita, vira um questionamento, como se pudéssemos escolher né, escolher nossa orientação sexual, né, então essa fase da minha adolescência não foi tão relevante com relação a isso. O que eu passei, acredito que muitas passaram, e que bom que, e que não passam, né, porque eu sempre falo assim, que eu acredito na educação, que educação ela transforma vidas, e o que que acontece, muitas de nós não estamos na universidade, não está na universidade, não está nas escolas, no ensino médio, no ensino fundamental, está a mercê da população, né, por quê?; assim que a pessoa ela, vai se assumir para o pai, para a mãe, para a família em si, a família vem com preconceito, a família nega a pessoa, na maioria das vezes a família coloca esse sujeito na rua, fecha as portas de casa, né, ai então o que que acontece, essa pessoa vai procurar o mercado de trabalho, no mercado de trabalho se ela é afeminada mais difícil ainda dela encontrar trabalho, dela encontrar serviço. Na escola muitas das vezes, ela sofre bullying quase o tempo todo, dentro da sala de aula, no recreio, antes de entrar na escola e após sair, chega em casa você tem essa pressão toda contra você contra sua orientação sexual.

— Você sai na rua você é constrangido, com palavras de baixo calão quase o tempo todo, e com olhares, olhares de vários significados e significantes, o que que acontece, é, e isso que eu falei pra você, tem a ver comigo, com o que eu passei, né, eu precisei sair de casa cedo, aos treze anos de idade, minha família não aceitou na época minha orientação sexual, então eu tive que me expor, né, afeminada o mercado de trabalho fechou né, o que que acontece, você fica desanimada com a escola, você combina com o coordenador sobre bullying sobre piadinha nada resolvido, com a direção nada se resolve, começa aquele desanimo total na mente da pessoa né, então tem pessoas, tem mulheres trans que não aguentam essa pressão, então o que que acontece, ela sai da escola, não tem?; aonde começa a evasão escolar, vem a exclusão da família, né, o mercado de trabalho formal se fecha, a partir do momento que ela sai da escola, com que ela vai ter um curso, uma graduação, um curso técnico para se ingressar na sociedade, porque a sociedade já marginaliza a pessoa por si só, por ela ser uma travesti ou uma mulher trans, né, ai o que que acontece, junta todos esses fatores, a sociedade jogam nos pra onde?; quando não é pro salão de cabeleireiro, é pra marginalidade da prostituição na rua né, que é o que sobra para maioria das mulheres trans, é o salão de cabelo ou a prostituição, e sobra 3% de mulheres

trans que são graduadas, mestre e doutoras, aqui no Brasil nós somos em 3%, junta todos esses fatores é onde que temos poucas mulheres trans na universidade, no mercado de trabalho, né. Hoje eu ocupo o espaço como professora, mas se eu não tivesse persistido através de poucas coisas que eu resumi ai por cima que eu passei, e que outras passam, eu não estaria ocupando esse lugar de professora hoje, eu estaria ocupando outros espaços.

— Meu processo de transição começou aos treze anos, comecei a tomar hormônio por si só, por conta, nessa época a gente não tem é benefícios, é custo, como que eu te falo, recurso né, nessa época a gente não tem recurso nem pra comprar um hormônio, né, adolescente, excluída de casa, excluída da família, sem trabalho, tentando se sobreviver, né, então eu comecei a tomar hormônio também aos treze anos sem indicação de endócrino, né, sem indicação de endócrino, mas eu não indico isso pra nenhuma mulher trans, nem pras mulheres cis também não.

— Eu tinha, eu tinha não, eu tenho uma irmã, uma irmã de sangue que sempre me orientou, é me ajudou em várias situações, situações mesmo, foi o anjo da minha vida e ainda é sabe?, a minha única irmã legítima, então o que meu pai fez comigo, a minha família fez, eu tenho deus colocou essa pessoa iluminada na minha vida que não me deixou desamparada, que me acolheu que me deu um lar também, essas coisas.

— Eu me afastei da escola, parei de estudar em meados de 2005, 2005 eu parei de estudar, e retorno a escola em, parei em 2005 que eu te falei né?, parei de estudar em 2005 e retorno a escola em 2013, 2013 para 2014, isso mesmo. Então eu fiquei um tempo ali tentando me encontrar, tentando entender esse universo todo que estava a minha volta, e tantas violências psicológicas né, e também já sofri violências físicas na sociedade de mãos de homens homofóbicos também já passei por isso. Então ai em 2013, mas antes eu já fazia, fiz curso de cabeleireira né, pela embeleze essas coisas, então eu comecei a trabalhar em salão mas não era isso que eu gostava, né, ai foi quando eu falei, eu vou decidir, eu vou voltar a fazer o ensino médio né, quero prestar o vestibular assim assim, e coloquei isso, sabe?; era um projeto a longo prazo né, cê vê, e ai foi quando eu resolvi voltar pra sala de aula voltei pelo EJA, na época, em Goiás, voltei pelo EJA, fiz o segundo e o terceiro, e ai já no primeiro vestibular eu já passei em segundo lugar, na UEG de Iporá, pra Letras, e é assim sabe uma bênção mesmo as coisas acontecendo.

— Tem a violência silenciada né, eu falo isso porque através do olhar né, você chega a um certo ambiente a pessoa te dispara um certo olhar de que tipo, que te recrimina, te reprimindo, não tem?, eu falo assim, meu deus tá amarrado esse olhar de certas pessoas que olham agente, com as vezes ou as vezes começa com piadinhas risadinhas, na universidade mesmo eu passei por

isso, duas vezes, foi uma questão de transfobia eu passei dentro da universidade com essas olhadinhas essas risadinhas, sem ter necessidade né, e então, as vezes a gente vai ao mercado tem isso também, na rua no dia a dia né, mas é, eu sou assim, as vezes eu retruco, as vezes eu não retruco, depende muito do meu humor Railson. Através de palavras eu tento perpassar o conhecimento para o sujeito, ou para a sujeita né, através de palavras, através de conhecimento, na maior tranquilidade, porque as vezes Railson, muitas pessoas não tem conhecimento, eu tento explicar, as vezes quando a pessoa fala comigo e me trata no gênero masculino, tem pessoas que tem conhecimento, ai tem pessoas que não tem conhecimento como chamar a gente, pronunciar o nome da gente, mas tem pessoas que fazem de propósito, chamar um homem trans de ela, uma mulher trans de ele em algum estabelecimento.

— Eu passei, passava bastante constrangimento antes de eu retificar meus documentos, retifiquei meus documentos tem dois anos e meio, sabe?, inclusive foi no dia que retifiquei meu registro, foi no dia da, a dois anos atrás, 28 de junho, dia internacional da visibilidade trans, 28 de janeiro dia da visibilidade trans, então quando eu não tinha feito a retificação nos meus documentos, eu passava bastante constrangimento em relação a hospital, em relação a chegar numa rodoviária, pra mim fazer um concurso, chegava toda feminina né, ai na hora de entregar a prova alguma coisa alguém lia aquele nome, que era o nome do registro civil que eu tinha no passado, era bastante constrangedor, quando você vai numa clinica ou num hospital, a enfermeira recepcionista fala fulano todo mundo olha pra trás sabe?, e ai Railson o que eu tenho percebido que depois que eu fiz minha transição, minha retificação eu percebo fulanos esperando chamar o meu nome pra ver qual é o meu nome, bota sentido naquilo sabe?, fica fixado, e ai quando fala “Caroline”, eu me levanto toda fina, sou eu mesma com muito orgulho, porque é uma conquista que nós conquistamos a partir de 2018, antes de 2018 nós mulheres trans não podíamos fazer a retificação no civil, então a gente passava muito preconceito, isso era muito ruim, um nome que não se identifica com o gênero ou com a orientação sexual da pessoa, né, é um pé pra pessoa fazer piadinha, não tem?, no português informal a palavra pé.

— Vou fazer um breve resumo sobre a universidade, antes de eu chegar na universidade já tinha um burburinho segundo os alunos, uma expectativa que tinha uma mulher trans pro curso de Letras, uma mulher trans que passou pro curso de Letras, por que eu tinha comentado com alguns colegas que eu ia estudar na universidade em outra cidade, só que eu só fui pra universidade após o carnaval, a faculdade começou antes do carnaval, quando eu fui pra universidade eu já fui direto na secretária da universidade e comentei: “oi boa noite tudo bem, então meu nome é “Caroline”, eu sou aluna do curso de letras daqui do campus, e meu nome

la no civil está o nome tal, está ai na lista, só que eu não desejo ser chamada por esse nome, eu não gosto desse nome e eu sou reconhecida por esse outro nome, e eu gostaria que vocês colocassem se possível meu nome em parênteses antes no diário, porque na época era diário, o dos professores la não era eletrônico, meu nome em parênteses ou parênteses depois e eu gostaria se possível que meu nome não fosse, que esta no registro civil, não fosse pronunciado em sala de aula”. “Não “Caroline”, tudo bem eu vou chamar o coordenador, ai o coordenador veio eu expliquei a situação.” Até porque era uma das minhas, eu tive uma luta comigo mesma com relação a isso, porque la no ensino médio eu pensava, será que vão me chamar pelo nome no registro civil, será que vou passar por esse constrangimento durante esses quatro, cinco anos?; eu tinha isso na minha mente o tempo todo.

— ai o que aconteceu, passou acho que no mesmo dia ou outro, o coordenador fez uma reunião com os professores do curso e ficou salientado pra eles que no número três era pra me chamar pelo número, ou fazia parênteses em cima do nome e escrevia “Caroline” tanatanan, sabe?, então fizeram uma reunião com esses professores, só que, muitos entrou aqui e saiu aqui, (risos); que os professores através de muitas coisas na cabeça, e as vezes, já aconteceu das vezes do professor me chamar pelo nome civil que eu tinha antes de retificar na sala de aula, ai eu ficava envergonhada, eu ficava constrangida, eu me sentia triste, porquê?; porque eu pedi na coordenação, eu pedi na secretaria, e ai eu não respondia o professor falava falava e eu não respondia presença, ai ele passava pra outra pessoa, ai quando chegava no final da aula eu falava, professor aquele nome fulano é o meu nome só que eu não gosto desse nome, eu pedi aqui na universidade eu gostaria de ser chamada por “Caroline”, assim assim, ai eles nossa “Caroline” desculpa eu não sabia que era você, tananatanan, nossa me desculpa, então o professor sempre pedia desculpa quando esquecia.

— Todas as vezes quando ia fazer chamada na sala de aula, meu coração disparava, eu ficava ansiosa, eu ficava constrangida, falava meu deus será que vai me chamar de “Caroline” ou não vai, porquê, porque eu não queria passar vergonha entre os meus colega, uma figura feminina né, ser chamada pelo nome masculino, isso é muito constrangedor, e ai o que acontece, teve uma vez que, eu morava ne outra cidade né, eu ia de ônibus pro campus, eu não fui na faculdade, e ai dizendo a aluna que o professor ficava falando “fulano, fulano, fulano”, ai ela pegou e falou assim, eu nunca esqueço, no primeiro ano, ela falou assim, professor esse nome ai é o nome da “Caroline”, só que ela não gosta que fale esse nome, ai ela me contou que falou assim, nossa mais isso é inadmissível porque até hoje a universidade ainda não colocou o nome dela no diário, ai disse que ele bateu na mesa bruto e ficou nervoso e foi la na coordenação, conversar

o porque que meu nome ainda não estava como “Caroline” no diário e eu passando por esse constrangimento né. Então as vezes, de 2015 até 2018 foram três anos né, eu passando por esse perrengue com essa luta, de vez em quando eles esquecia, ai eu pedia pra me chamar de “Caroline”, se não me chamar de “Caroline” eu vou desistir dessa universidade eim.

— E ai tinha vezes que tinham matérias que eram três salas, tipo meu curso era de Letras, vinha Matemática, Biologia e Letras, e Matemática é assim de homens né, então nossa meu coração disparava demais em relação a chamada mas muitas vezes dava certo só que algumas vezes os professores esqueciam né, então eu era constrangida. Outra vez que eu passei por um constrangimento na universidade em relação ao nome, foi quando eu fui fazer a carteirinha da universidade, é eu coloquei na ficha de inscrição “Caroline” taranamtaranan, e ai quando foi pra mim ir lá pegar a carteirinha na biblioteca, não, tava o nome civil lá que estava no documento, e eu falei não, essa carteirinha não é minha, eles uai não é sua, eu falei não, porque eu fiz a inscrição da carteirinha como o nome “Caroline”, e ai vocês fez essa inscrição sem me comunicar, sem perguntar se eu queria essa carteirinha, esse nome eu não gosto desse nome, eu não atendo por esse nome, eu não quero essa carteirinha, eu fiço a ficha com nome de “Caroline” eu não fiço a ficha com esse nome, isso é uma falta de respeito comigo, vocês me perguntou, vocês viram la na ficha da inscrição que tava “Caroline”, porque que vocês colocou esse nome?, isso não é transfobia não?, preconceito aqui dentro da universidade, eu não quero essa carteirinha de estudante, só vou pegar ela com meu nome “Caroline”, tá. Eu falando pra você eu lembrando! E ai o que que acontece, de lá eu fui na coordenação coordenador não estava, fui na secretaria e falei eu não vou pegar aquela carteirinha com aquele nome, porque eu não vou colocar isso xpindurado ne mim, eu não gosto desse nome, eu tenho vergonha desse nome, eu não me vejo com esse nome. Olha pra você ver a batalha que a gente vai enfrentando, pra chegar até onde que a gente quer ou Railson, ai eu fui la na sala do diretor, conversei tive uma conversa com ele, ele falou assim, me da um prazo até amanhã pra te falar sobre isso, eu falei tudo bem. Quando eu cheguei na universidade no outro dia, o coordenador já veio e falou “Caroline” menina, eu fique sabendo que tu deu um barraco aqui na universidade, eu queria estar aqui pra te ajudar, olha (risos), olha aqui o fulano, que era o coordenador, é foi, eu fiquei muito triste porque não tinha necessidade, eu escrevi na carteirinha um nome e a universidade me entrega outro nome, sendo que é pra mim usar ela internamente, eu vou usar essa carteirinha só dentro da UEG, eu não vou usar ela fora, eu não vou usar ela em outra UEG, porque de eu não poder usufruir do meu nome nessa carteirinha, quando de fé la vem o diretor de la pra ca, da universidade, “Caroline” eu quero aqui ó, te pedir mil desculpas

pelo constrangimento, eu a direção, a gente não podia ter feito isso com você, aqui está sua a carteirinha, nós vamos pesquisar, nós vamos conversar com reitor la de Anápolis, e descobrimos que a gente pode né, por você usar a carteirinha no ambiente interno da universidade você pode sim, eu pois é né diretor, eu podia ter evitado eu ter passado nervoso, ter passado constrangimento, ir la na biblioteca chatear a mulher, vir aqui falar umas coisas pra vocês né, não mas, me desculpa porque você é a primeira trans aqui da universidade a gente não tem, a gente não sabe lidar com isso, nós estamos aprendendo, eu falei não tudo bem, e que isso não repita com outras pessoas da comunidade LGBTQIA+ que entra aqui dentro não passe por esse constrangimento que eu passei.

— Outro constrangimento, o terceiro, sobre relação ao nome também, eu ganhava bolsa na época, eu participava da bolsa científica na universidade, e quando eu fui selecionada eu passei pra bolsa, olha o que que eles fizeram, colocaram o nome dos alunos num placar la fora, ai colocaram assim, tananan o meu nome civil tananantanann e entre parentes “Caroline” tananantanam, eu falei mentira, nossa senhora quando minha amiga chegou falou assim “Caroline”, seu nome tá la fora só que tá com dois nomes la no papel, eu falei, mentira, olha pra você ver que vergonha que eu passei, que constrangimento, que eu chego la olho meu nome grande que passei na bolsa, falei não acredito, esse povo tá de palhaçada comigo, a mas isso eu acho que foi triste, fui na coordenação, olha porque vocês fizeram isso comigo?, ou vocês colocassem só “Caroline e o sobre nome”, ou vocês colocassem só esse nome que eu não gosto, mas vocês quer me ridicularizar, vocês tem que colocar os dois nomes e me expor la fora pra sociedade da escola ver, a comunidade toda, eu não acredito que vocês fazem isso comigo, nossa é papa, passei por esse constrangimento (emocionada neste momento), ah desculpa “Caroline” foi erro de digitação, ranca todos os cartazes que estão la fora com nome da “Caroline” e faz outro, eu falei acho bom porque é meu direito né, é meu direito (voz embargada), e ai então Railson, em relação ao nome, eu passei por esses três preconceitos em relação ao nome sim.

— Eu só fui retificar meu nome poucos dias antes de eu concluir grau, colar grau, porque até, ai o que que acontece, nas avaliações eu já assinava “Caroline”, e no eventos que tinham da universidade e só assinava “Caroline”, então tinha vários certificados como “Caroline”, ai foi indo deu uns quatro anos eu falei meu deus eu preciso conseguir retificar meu nome, porque minha vida acadêmica tá toda aqui assinada como “Caroline”, e ai o pessoal falou “Caroline” você precisa ver se consegue fazer a retificação do nome porque como ce vai retificar sem, como que a gente cai comprovar quem é “Caroline” e quem é o outro nome na hora de colar

grau, e eu consegui graças a deus na época, retificar antes da colação de grau, que logo ai depois entrou a pandemia em 2020.

— É durante esse tempo meu na universidade eu passei por um preconceito que marcou bastante a minha vida, eu estava no segundo ano da faculdade e chegou um sujeito que já era graduado de outro estado e veio fazer uma outra graduação de um curso de história, ai o que acontece, nós tinha uma matéria imbricada que era três cursos Letras, Matemática e História, ai então sempre que eu ia apresentar trabalho, esse sujeito ficava rindo la no fundo, eu entrava na biblioteca esse sujeito ficava cochichando com o coleguinha com alguém próximo, e ai um dia eu não aguentei mais aquilo, e ai eu chamei a professora pra conversar, falei professora tá acontecendo o seguinte, em todas as suas aulas o fulano ele começa olhar pra mim e a rir, por a mão na cara por a mão na boca e começa a rir, quando você esta me observando me avaliando que eu estou na frente do quadro ele está la atrás rindo e cochichando, nossa “Caroline” não imagino, você não percebeu isso professora?, não não percebi, acho melhor você chamar ele pra conversar, eu falei pois bem, fui e chamei esse sujeito pra conversar no corredor da escola, e falei fulano, porque que você ta de buchicho de risadinha quando eu entro na sala, quando eu entro na biblioteca, quando eu vou apresentar trabalho, qual que é seu, o que que tá acontecendo?, ele falou “Caroline” eu fico mesmo rindo, eu falei não eu já notei mesmo, só que eu falei assim, você é preconceituoso né, ele falou assim, olha eu tenho preconceito e conceitos, então eu vim conversar com você numa boa pra você parar com esses buchichos taratanan, e ele começou a alterar a voz Railson, ele começou altera a voz e tinha aula né, ai eu falei assim pera ai então, pera ai, você quer fazer um discurso quer fazer um escândalo, eu vou pegar um megafone ai porque você vai ali pro meio seu preconceito e começa destilar seu veneno seu ódio seu preconceito, ai todo mundo te ouve, ou você põe um bichinho vermelho no nariz, teretere, eu falei olha deixa eu te falar, eu só estou te pedindo é respeito, porque se você não me respeitar aqui dentro da universidade eu vou procurar os meus direitos cabíveis tá, porque eu só to querendo respeito e eu vou buscar os meus direitos, ele falou assim “Caroline” você pode buscar os seus direitos eu vou continuar do jeito que sou e não mudo nada, não tenho que aceitar a sua orientação, eu falei você não tem que aceitar a minha orientação mas me respeitar você me deve respeito e parar com esses buchichos, e ai o que que acontece, e ai eu falei eu vou fazer um boletim de ocorrência, ai antes de eu fazer o boletim de ocorrência conversei com um professor, o professor conversou com o coordenador o coordenador já me chamou e pediu pra eu não fazer o boletim de ocorrência, porque ai ia envolver o nome da universidade ia envolver o curso de Letras, vamos resolver isso internamente, ai o que que

acontece, ai chamou o coordenador do curso do fulano, com coordenador do meu curso, com o diretor da universidade e o fulano, fizeram uma reunião pra ele parar com isso, mas não me chamaram, fiquei sabendo dessa reunião depois, né, e ele falou que era daquele jeito e que não muda, tananantanana, ai o coordenador depois me chamou eu falei se ele começar a fazer piadinha eu não sou mulher de levar desaforo pra casa, até porque eu estava no segundo ano da faculdade eu tava um pouco desconstruída do meio acadêmico, era muito mesmo assim, mais de fazer do que de falar, igual as minhas amigas, a gente sofre tanta violência que a gente acaba nos armando né.

— E ai o que que acontece, o coordenador ainda comentou comigo esses tempos atrás, “Caroline” menina eu achei que aquela época la você ia desistir, eu achei que você não iria aguentar, eu pois é professor, eu não desisti eu aguardei firme, porque eu tava ali era uma luta era meu sonho aquilo, e outras coisas pesadas e mais ruins eu já passei no passado, e preconceitos eu sofro dentro de casa, sofro na rua, só que la dentro da universidade eu não queria sofrer e não aceitaria passar por isso não, porque eu já sofro preconceito 24 por 48 dentro da universidade eu quero tranquilidade pra mim aprender, eu já passei por isso la no ensino médio. E ai eu fiquei um tempo desanimada, mas continuei frequentando a escola, e ai o que que acontece, passei por esse sujeito, foi na época desse sujeito foi um dos preconceitos que eu não esqueço, ai eu levei pra direção e a direção tratou de cuidar disso e logo passou ela pra outro período de curso, porque eu fazia o curso a tarde ele foi fazer na parte da manha, e é uma coisa que eu nunca esqueço, ai depois no meu quarto ano como eu canto musica, ele ofereceu pra cantar uma música pra mim, olha pra você ver por incrível que pareça, porque eu sempre fazia apresentações musicais no intervalo, além da universidade, né. E ele também se dizia que era artista, já era professor com esse tipo de preconceito, pra você ver né, e se dizia que era artista, e se ofereceu pra cantar uma música pra mim, Liniker Zero, e ai eu aceitei sabe, e ai a gente começou a conversar, mas não aquela coisa, mas foi onde que fluiu algum entrosamento, sabe, porque não sou muito de entrosamento com preconceituoso não.

— Pra eu retificar o nome, nesse decreto de 2018 que STF sancionou, nós mulheres trans não precisamos passar por psicólogos, não precisamos passar por médicos e também não precisamos passar pelo juiz. No dia que eu fui fazer a retificação, leva um documento leva outro, eles reviram seu cpf da gente inteiro, pra ver se você não tem nome no cerasa, se já passou por, se tá com nome sujo na polícia, não sei o que não sei o que, aquela ficha toda, ai por ultimo a moça falou assim pra mim, ela veio com a lista falou falta isso aqui, eu falei não, eu já conhecendo as leis já me iterada no direito, falei pra moça do cartório não, ela falou falta, falei

um momento, tá, só compartilhei pra ela, falei lê por favor tá bom, amanhã eu venho aqui, aí ela falou, não então amanhã você vem, quando foi de tardezinha eu liguei pra ela, ela falou assim, a você tá certa, agora não precisa de juiz e nem laudo médico e nem laudo psicológico, falei logo que não precisa, né, mudamos o mundo mudou graças a deus, através delas, de outras mulheres transexuais de várias lutas que a gente conseguiu isso, né, ainda é um decreto, não é uma lei é um decreto.

— No meu ponto sobre redesignação sexual eu to tranquila, não pretendo fazer, não quero, eu tenho amigas trans que fizeram, já ajudei no repouso, já acompanhei uma menina trans, um mês dois meses até três meses após o repouso, isso vai muito do sujeito né, de querer fazer essa redesignação ou não, tem mulheres trans que querem tem outras mulheres trans que não, que se sentem bem assim dessa forma. Agora a questão da patologia, eu acho que, não tem aquele, tem uma lei que tirou a patologia da comunidade LGBTQIA+, ou foi dos homossexuais ou das trans? Eu não aceitava quando meu orientador lá do campus, a gente conversava muito sobre gênero, aí ele me mostrou, eu falava assim, professor eu não aceito, eu não acho que eu tenha disforia de gênero, né, eu não me sinto assim, ao pé da letra como o que é a disforia de gênero, então é, eu não sei a que ponto que esta a medicina em relação a isso, o Railson, só que eu acho muito forte colocar que todas as mulheres trans sofrem de disforia de gênero né, eu não vejo por esse lado, eu vejo por, em relação porque cada sujeito é um sujeito, cada corpo é um corpo, e tem muitas pessoas que não estão no lugar de fala, mas é a medicina né, o que que eu posso falar contra a ciência né, mas não, depende do objeto de estudo que eles estudam sobre isso, porque como que toda a população trans sofre de disforia de gênero, né, se cada sujeito é um sujeito a parte né, como estudar a mente daquele sujeito e estudar a mente e o corpo daquele outro sujeito?

— No que tange a graduação, eu acredito que é de suma relevância né, nós hoje temos uma graduação no sentido que, a pessoa que tem uma graduação ela é vista na sociedade com outros olhos né, uma pós, um mestrado, um doutorado né, então o que que acontece, quando eu passei a, me formei me graduei lá em 2019, o mercado de trabalho se abriu pra mim né, a sociedade vê a gente com outros olhos né, mas isso foi através de muitas lutas, através de muitas resistências como você viu aí, começou algo lá da família desde criança e veio até a universidade né, essa trajetória de violências psicológicas, violências físicas, e a gente resistindo vai ali vai acolá, a sociedade te joga pra cá a sociedade te joga pra lá, então eu acho muito importante e acredito nessa vibe da educação né, que a educação ela é transformadora que a ela transforma vidas, e eu gostaria de ver mais pessoas da comunidade LGBTQIA+, homens trans e mulheres trans, no

ensino médio, fundamental e na universidade, acho que precisamos ocupar todos os espaços que as pessoas cisgênero se acha capaz de ocupar né, acho que somos capaz de isso tudo, independente de orientação sexual, independente de gênero, eu falo que quando eu entro em sala de aula, não entra a mulher trans, não entra a mulher, não entra o homem trans, mas entra sim um corpo neutro, eu me vejo em sala de aula como um corpo neutro, não é o corpo a se sobressair, não é a roupa que tem que se sobressair, mas o conhecimento a troca de conhecimento.

— Eu ingressei no ano passado em 2020, então nós já estávamos no modo online ainda não tive contato presencial com os alunos, desde o ano passado eu trabalho na forma online, então é um contato só online com os pais e também com os alunos, e não ligo a câmera, sempre dou aula, e como a maioria dos professores acredito, lá da escola, é só por microfone mesmo, não abro a câmera deixo eles bem a vontade pra responder as tarefas e fazer as intervenções. Eu trabalho esse ano com sete turmas diferentes, ano passado eu estava com cinco, eu não tive nenhum problema em relação nesse modo online, com preconceito de aluno, de aluna ou mãe de aluno. Essa semana eu coloquei na, dia 28 de junho foi o dia internacional do orgulho né, e aí eu coloquei na foto do meu, porque no online eles tomaram conta da privacidade da gente no whatsapp entre outros aplicativos, aí eu coloquei na foto a bandeira LGBT, colorida no meu whatsapp, aí veio uma aluna e falou assim, professora tudo bem, eu tudo bem, aí ela falou assim, professora você é da comunidade LGBT, aluna do oitavo ano, eu falei sim, aí ela falou assim, posso fazer outra pergunta?, eu sim, a senhora é mulher trans?, aí eu li parei um tempo e falei sim, aí ela falou, que legal professora na verdade só vim desejar que a senhora tenha um bom dia, na verdade bom dia para nós. Achei isso tão bonitinho Railson, aí depois eu até comentei com outros professores. A coordenadora da escola disse que os alunos e os pais estão super ansiosos pra me conhecer, porque vê falar super bem de mim na escola, né, aí até hoje eu dou super bem com esses alunos no modo online. Quando eu cheguei aqui em Querença no Mato Grosso, eu fui super bem recebida pelo corpo administrativo, pelo corpo docente da escola, por todos funcionários, não tive rejeição com relação a coordenação, com os professores e nem com a direção. Não vou dizer que tudo são flores, porque aqui a gente tem, eles são quase trezentos professores, então a gente vê bem pouco, mas a maioria que eu converso do pequeno grupo me tratam normalmente não tive nenhum tipo de preconceito não. Acredito que todos os professores e funcionários saibam que eu sou trans.

— Eu sou igual as outras, um dia eu conversei com uma amiga minha lá em Rio Verde, falei mulher, volta a estudar né, vamos pra educação, ela falou, não “Caroline” eu vou morrer, eu

vou ficar de bengala mas me prostituindo, é uma coisa que eu gosto, e ela tá super bem de vida, e eu tenho várias amigas que trabalham dessa forma, que é honesto também, e elas falam “Caroline” acha que eu vou estudar estudar, não, elas ganham o dinheiro fácil, gostam, tem umas que gostam, tem muitas que não, que nem eu te falei, a sociedade empurrou essas pessoas pra lá, né, e né falar assim que as pessoas que estão lá é porque gostam, é a minoria, sabe, porque a violência é grande ali naquelas ruas em volta dos motéis, né, e muitas dessas pessoas que trabalham lá na prostituição nas ruas, elas nem moram com a família, tem um, existe um pensionato em todas essas cidades, vários pensionatos, que é um lugar só de pessoas trans, que recebe só pessoas trans, pra elas trabalharem por sites, trabalharem presencial nas esquinas nas ruas também, e essas pessoas muitas vezes se transforma aquele hotel, aquele pensionato na casa delas, ai ficam dois, três, cinco, até seis, sete anos, naquele pensionato porque família não aceita essas pessoas, a pessoa perdeu o espaço, perdeu um lar, então aquelas outras meninas que moram ali se tornam família uma irmandade. O que me torna diferente dessas outras pessoas é só o título, não tem nada a mais.

— Na universidade eu fiquei os quatro anos sendo bolsista, graças a bolsa, a bolsa salvava meu aluguel e ainda pagava minha lua e minha água, na época eram quatrocentos reais, que lá na cidade que eu morava era bem baratinho, e as outras coisa na minha vivencia era minha irma mesmo, que nem eu te falei, ela sempre me orientava, questões de compras, de alugueis, essas coisas mesmo, porque, e era quando a bolsa atrasava eu atrasava meu aluguel. Por que no caso, nós falamos sobre privilégios né, as pessoas em outros tempos não tinham condições de entrar numa universidade, as universidades a maioria eram privadas, né, as pessoas tinham dificuldade de tarem entrando nas faculdades, não tinha esses descontos nas bolsas, não sei como que fala nas faculdades privadas que tem desconto nas bolsas, Sisu, não?, essas outras oportunidades, a população não tinha essas oportunidades, FIES, isso mesmo, então com a vinda desses programas aos poucos a sociedade ela vai conseguindo se conectar com a educação com o mundo universitário.

— A “Caroline” hoje é uma pessoa experiente, mais madura, ciente, ciente das coisas que ela quer, ciente do que ela quer passar para frente para o próximo, e eu sou uma pessoa que eu quero a igualdade para o próximo, sabe, eu quero, o mesmo que posso usufruir de bom que meu próximo também possa usufruir também, né, eu quero igualdade para todos, educação para nossos manos e manas, porque em relação a classe social é só através da educação pra nós chegarmos lá, né, ocuparmos uma cadeira no legislativo, as vezes na politica e nossos espaços também na educação e outros espaços, é através da educação, porque ela que não tem como nos

roubar é a educação, é algo que não podem nos tirar, a educação o conhecimento né, porque bens materiais podem nos tirar, mas o que aprendemos o conhecimento é algo que fica pra sempre mesmo, então a “Caroline” hoje é essa pessoa mais madura, que acredita que, luta pela igualdade das manas dos manos, e que deseja um mundo com menos violências para as mulheres trans para as pessoas LGBTQIA+, porque nós falamos agora de questões sociais, preconceitos, violências, mas sabemos que o Brasil é o país que mais mata mulheres trans né, só durante esses seis meses foram 78 (setenta e oito) mulheres trans desse ano que faleceu e 2(dois) homossexuais, 2 (dois) homens trans né, então é um país muito violento, muito perigoso ao extremo, né, que não dá pra você, pra eu ir ali na praça agora a noite ou de manhãzinha e ficar sentada tranquila de costas, né, a gente tem que se privar pela vida da gente, não tem aquela liberdade não, por ser mulher trans é isso aí.

—Quando uma pessoa trans entra na igreja, uma mulher trans, uma travesti, são disparados olhares, olhares críticos, céticos, até parece é a única pecadora que chegou ali dentro da igreja naquele espaço. Isso é em várias religiões, seja na católica na evangélica. O que que acontece, a minha relação com a igreja, eu deixei de frequentar a igreja justamente devido a isso, devido a olhares e a comentários, porque as pessoas acham que ta lá não tem tanto pecado como a gente. Uma vez eu tava na igreja e o pastor percebeu que o pessoal tava de picuinha, de conversinha, de risadinha, e eu tava quieta já dentro de uma igreja evangélica, e o pastor falou lá na frente sobre as pessoas se acharem diferente dos outros, se acharem melhor do que outras pessoas, inclusive falou sobre , devido a orientação sexual, eu acho que aquilo foi justamente para as pessoas ali da igreja ouvirem.

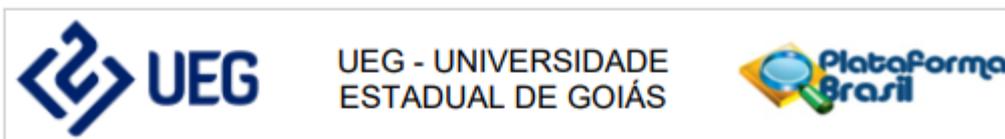
- Na igreja católica eu também já sofre vários, disparos de olhares, não antes de eu passar pela minha transição, porque antes da minha transição eu fiz catequese, fiz primeira comunhão, fiz crisma, né, aí depois que eu comecei minha transição e tudo foi mudando a igreja já me vê com outros olhos.

- Ai eu tenho amigas lá na minha cidade, na cidade dos meus pais, elas já são mulheres trans já mais de 50 anos, elas são mulheres trans pouco meio idosas, elas vão pra igreja e a sociedade ali já acostumou com elas, todos os dias na igreja, então não dispara olhares, mas se chega outra pessoa diferente se eu chegar lá na igreja todo mundo vai me olhar. Ai um dia ela falou, ai vamos lá na igreja “Caroline”, que não sei o que, não sei o que, vai ser diferente, eu falei olha, não vai ser diferente, justamente, e não foi diferente, cheguei na igreja no momento que eu pisei lá pra dentro todo mundo fica olhando, e fica de buxixo, fica olhando, né, e uma que a pessoa que é transexual as meninas, eu mesma sou, a igreja católica não aceita comungar, né, não pode

ir lá pegar a óstia né, mas as outras pessoas que não é trans, não é pecadora também não? Porque diz que só pode comungar quem não pecou durante a semana, né, e aí o que acontece, que as outras pessoas lá ninguém são pecadoras, só a mulher trans que não vai poder comungar, na igreja católica.

- Ai o que acontece, a minha fé é aqui dentro da minha casa, eu leio a bíblia, leio os salmos todos os dias, eu tenho uma fé muito grande em Deus, tudo que eu peço pra Deus, Deus me dá, Deus faz, Deus me dá força, e é isso, não frequento igreja, mas às vezes eu sinto vontade, e não vou devido a esses olhares que eu vou me sentir constrangida, né, e é uma coisa assim que às vezes tento trabalhar isso comigo, às vezes o problema pode estar em mim, porquê, mas será mesmo que o problema está em mim? Que eu tenho que aceitar esse pessoal me olhando dentro da igreja desse jeito? Então eu acredito em Deus, tem pessoas que não acredita, mas se acredita “Caroline?” Eu acredito, super demais, e é isso, eu converso com Deus aqui em casa.

## ANEXO “A”



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO ENSINO

**Pesquisador:** RAILSON SOARES CARDOSO

**Área Temática:**

**Versão:** 7

**CAAE:** 45358921.1.0000.8113

**Instituição Proponente:** UEG CÂMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.918.236

**Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1715263.pdf", de 16/08/2021) e projeto detalhado ("Projetodetalhado21.docx", de 16/08/2021).

"O presente estudo pretende realizar uma pesquisa qualitativa com abordagem fenomenológica, a pesquisa qualitativa é o eixo mais utilizado pelas Ciências Sociais e Humanas, enquanto que as Ciências Naturais optam pelo eixo quantitativo que fazendo uso da Matemática e da Lógica, priorizando a investigação dos fatos as Ciências Sociais e Humanas investigam as relações e sentidos que são construídas pelas pessoas em sociedade com esses fatos, como aponta Moreira (2002)".

"Nesta pesquisa farei uso da modalidade de história de vida, cuja pesquisa de campo será realizada a partir do estudo de caso da história devida de Pessoas Transexuais na Universidade. Este estudo se pautará nos estudos sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual, entre eles, (SOUZA, 2015), (FOUCAULT, 1993), (JESUS, RAMIRES et al., 2008), (FOUCAULT, 1999), (LOURO, 2000), (CARRERA, 2010) entre outros".

"O grupo que pretendo ouvir é composto de três pessoas, que serão selecionados a partir de contatos com amigos e conhecidos, para a coleta dos dados serão feitas perguntas às

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo  
**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903  
**UF:** GO **Município:** ANAPOLIS  
**Telefone:** (62)3328-1434 **E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 4.918.236

ANAPOLIS, 19 de Agosto de 2021

---

**Assinado por:**  
**MARCO JUNIO PERES FILHO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo  
**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO      **CEP:** 75.132-903  
**UF:** GO      **Município:** ANAPOLIS  
**Telefone:** (62)3326-1434      **E-mail:** cep@ueg.br